

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM PSICOLOGIA



PRESIDENTE DO GRUPO IME

Wellington Lins de Albuquerque

REITORA DO GRUPO IME

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA ACADÊMICA DO GRUPO IME

Cinara da Silva Cardoso

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Irene Oliveira

Sumário

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	8
1.1 MANTENEDORA.....	8
1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA.....	8
1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA.....	8
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO	9
1.4.1 DADOS DO MUNICÍPIO.....	12
1.4.2 ETIMOLOGIA.....	13
1.4.3 HISTÓRIA.....	13
1.4.4 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	14
1.4.5 HISTÓRIA RECENTE.....	15
1.4.6 GEOGRAFIA.....	15
1.4.7 MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	16
1.4.8 CLIMA.....	17
1.4.9 HIDROGRAFIA.....	17
1.4.10 FAUNA E FLORA	17
1.4.11 DEMOGRAFIA.....	17
1.4.12 RELIGIÃO.....	18
1.4.13 CULTURA E SOCIEDADE.....	19
1.4.14 FESTIVAL DE CIRANDAS.....	20
1.4.15 TURISMO.....	20
1.4.16 FUTEBOL.....	21
2 SÍNTESE DA IES.....	22
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MANTENEDORA.....	22
2.2 BREVE HISTÓRICO DA MANTIDA.....	22
2.3 ORGANOGRAMA DA IES.....	24
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	25
3.1 NOME E ATOS LEGAIS DO CURSO	25
3.2 RELATO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PPC:	25
3.3 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	25
3.4 ATOS LEGAIS DO CURSO E DATA DA PUBLICAÇÃO (AUTORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO/RENOVAÇÃO).....	26
3.5 CONCEITOS DO CURSO (CC, CPC, ENADE).....	26
3.6 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO E TURNOS DE FUNCIONAMENTOS.....	26
3.7 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO E TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	26
3.8 PROTOCOLO DE COMPROMISSO OU TERMO DE SANEAMENTO DE DEFICIÊNCIA, MEDIDAS CAUTELARES, TERMOS DE SUPERVISÃO	26
3.9 PERFIL DO COORDENADOR.....	26
3.10 DISCIPLINA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	26
3.11 CONVÊNIOS.....	27
3.12. QUANTITATIVO ANUAL DO CORPO DISCENTE, DESDE O ÚLTIMO ATO AUTORIZATIVO (INGRESSANTES MATRICULADOS EM TCC, PARTICIPANTES DE PROJETOS DE PESQUISA POR ANO, PARTICIPANTES EM PROJETOS DE EXTENSÃO POR ANO, PARTICIPANTES DE FINANCIAMENTO POR ANO	27
3.13.1 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO.....	27
3.13.1 DEMANDAS DE NATUREZA ECONÔMICA.....	30
3.13.2 DEMANDAS DE NATUREZA SOCIAL.....	32
3.13.3 DEMANDAS CULTURAIS.....	34
3.13.4 DEMANDAS POLÍTICAS DE SAÚDE.....	35
3.13.5 DEMANDAS DE NATUREZA AMBIENTAL.....	36
3.13.6 NÚMERO DE IES QUE OFERTAM O CURSO NO MUNICÍPIO	37
DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	37
1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	37
1.1.1 POLÍTICA DE ENSINO.....	37
NÚCLEOS DE APOIO AO ENSINO	40
PROGRAMAS DE ENSINO.....	41
AÇÕES DE ENSINO	42
<i>Sistemática de atualização de currículos e novas competências.....</i>	<i>43</i>
POLÍTICA DE PESQUISA.....	52
<i>Programas de Pesquisa.....</i>	<i>52</i>
<i>Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica</i>	<i>54</i>
POLÍTICA DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	55

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	56
PROGRAMAS DE EXTENSÃO	57
POLÍTICA AMBIENTAL	59
POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	61
1.1.2 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE ACADÊMICA	62
1.1.3 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À DIFUSÃO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS	63
1.1.4 POLÍTICAS DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	64
1.1.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	65
1.1.6 PAPEERI – <i>Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social</i>	66
PROJETO DO PAPEERI DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	68
PROJETOS INTERDISCIPLINAR DO CURSO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	70
PROJETOS TRANSVERSAIS PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	70
PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	71
PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO	72
PROJETOS DE EXTENSÃO PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	72
PROJETOS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	73
PROJETOS DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES PREVISTOS PARA OS PRIMEIROS ANOS DO CURSO	73
PROJETO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS DO CURSO	74
PRÁTICAS EXITOSAS OU INOVADORAS DO CURSO	74
1.2 OBJETIVOS DO CURSO	74
1.2.1 OBJETIVO GERAL	74
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	75
1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	77
1.3.1 PERFIL DO EGRESSO EM CONSONÂNCIA COM O CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	77
1.3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS	78
1.3.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS	79
1.3.4 PLANEJAMENTO PARA AMPLIAÇÃO DO PERFIL DO EGRESSO PARA O MUNDO DO TRABALHO	79
1.4 ESTRUTURA CURRICULAR (LIBRAS- OBRIGATÓRIA PARA LICENCIATURAS E FONOAUDIOLOGIA)	81
1.4.1 ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR	83
1.5. POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	85
1.6 POLÍTICAS DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	86
1.6.1 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO	87
1.7 MATRIZ CURRICULAR COM QUADRO DE OPTATIVAS E QUADRO RESUMO DO CURSO	91
1.8 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	93
1.9 METODOLOGIA	118
1.9.1 <i>Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade</i>	118
1.9.2 <i>Metodologia das Atividades Presenciais</i>	122
1.9.3 <i>Metodologia das Atividades Interdisciplinares</i>	127
1.9.4 <i>Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial</i>	128
1.9.5 <i>Metodologia da Educação para os Direitos Humanos</i>	130
1.9.6 <i>Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	132
1.9.7 <i>Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem</i>	135
2.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	139
2.1.2 DETERMINAÇÃO DAS DCNS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO	139
2.1.3 <i>Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio</i>	139
2.1.4 <i>Convênios Para Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.5 <i>Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.6 <i>Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.7 <i>Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado</i>	140
2.1.8 <i>Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho</i>	140
2.1.9 <i>Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio</i>	140

2.1.10 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	140
2.1.11 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	140
2.1.12 Atividades complementares	140
3.1 FORMA DE APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	142
3.1 ADERÊNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA DO DISCENTE.	145
3.2 MECANISMOS INOVADORES NA REGULAÇÃO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	146
3.3 AO COORDENADOR DO CURSO COMPETE	147
3.4 NA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES, DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS, SERÃO CONSIDERADOS	147
3.5 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES – EM ANEXO	147
4.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	147
4.1.1 DETERMINAÇÃO DAS DCNS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC	147
4.1.2 ÁREAS, PERÍODO, CARGA HORÁRIA E PRODUTO DO TCC	148
4.1.3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DO TCC	148
4.1.4 FORMA DE ORIENTAÇÃO DO TCC	148
4.1.5 FORMA DE COORDENAÇÃO DO TCC	148
4.1.6 FORMA DE DIVULGAÇÃO DE MANUAIS ATUALIZADOS DE APOIO À PRODUÇÃO DOS TRABALHOS	148
4.1.7 FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS TCC'S EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	148
4.1.8 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	148
5. POLÍTICA DE APOIO AO DISCENTE	148
5.1 Acolhimento ao Ingressante	150
5.2 Controle de Evasão	150
5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental	150
5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório	152
5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA	152
5.6 Nivelamento	153
5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico	153
5.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica	153
5.9 Ações Inovadoras	153
5.10 GESTÃO DO CURSO E AS AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO CURSO	157
5.11 ATIVIDADES DE TUTORIA	168
5.12 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS TUTORES	176
5.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	178
5.14 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM – AVA	180
5.15 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	182
5.16 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	184
5.17 NÚMERO DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	188
5.18 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (LICENCIATURAS)	195
5.19 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE – SUS	195
5.20 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DE SAÚDE	196
6 - DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	197
6.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	197
6.1.2 COMPOSIÇÃO DO NDE	198
6.1.3 ATRIBUIÇÕES DO NDE	198
6.1.4 PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO PERIÓDICA O PPC PELO NDE	198
6.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	198
6.2.1 PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E PROCESSOS DE TRABALHO FORMALIZADOS	202
6.2.2 ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E PROCESSOS DE TRABALHO FORMALIZADOS	203
7.1 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	204
7.1.2 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	204
7.1.3 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO	204
7.1.4 RELAÇÃO DO COORDENADOR COM DOCENTES, DISCENTES, TUTORES	205
7.1.5 REPRESENTATIVIDADE DO COORDENADOR NOS COLEGIADOS SUPERIORES	206
7.1.6 PLANO ACADÊMICO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DO CURSO SUA DOCUMENTAÇÃO E COMPARTILHAMENTO	206
7.1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO DO COORDENADOR E SUA PUBLICAÇÃO	209
8.1 PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO CORPO DOCENTE	210

8.1.2 CORPO DOCENTE.....	211
8.1.3 RELAÇÃO DO CORPO COM A RESPECTIVA TITULAÇÃO	211
8.1.4 <i>RELAÇÃO DA TITULAÇÃO DOS DOCENTES COM SEU DESEMPENHO EM SALA DE AULA, CAPACIDADE DE ANALISAR CONTEÚDOS CURRICULARES E FOMENTAR O RACIOCÍNIO CRÍTICO E RELEVÂNCIA PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÊMICA</i>	212
8.2 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE.....	212
8.2.1 RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM O RESPECTIVO REGIME DE TRABALHO	212
8.2.2 ATRIBUIÇÃO DOS DOCENTES E FORMA DE REGISTRO DAS ATRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS CONSIDERANDO A CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	213
8.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	213
8.3.1 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM AS RESPECTIVAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	213
8.3.2 <i>RELAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE PREVISTO E SEU DESEMPENHO FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	213
9.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	213
9.1.1 <i>ESTUDO QUE DEMONSTRA E JUSTIFICA A RELAÇÃO ENTRE A EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CORPO DOCENTE</i>	213
10.1 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE NA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	214
10.2 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM AS RESPECTIVAS EXPERIÊNCIAS NO MAGISTÉRIO SUPERIOR</i>	214
11.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA...214	
12.1 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....217	
13.1 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO	218
13.2 <i>INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COLEGIADO COM REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS E PERIODICIDADE E REGISTRO DAS REUNIÕES</i>	219
13.3 <i>FLUXO PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DECISÕES, ENCAMINHAMENTO E EXECUÇÃO</i>	220
13.4 <i>AValiação PERIÓDICA DO DESEMPENHO DAS DECISÕES COLEGIADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO OU AJUSTE DE PRÁTICAS DE GESTÃO</i>	220
14.1 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E TUTORES A DISTÂNCIA.....	220
14.2 <i>DEMONSTRAÇÃO QUE TODOS OS TUTORES SÃO GRADUADOS NA ÁREA DA DISCIPLINA E DA TITULAÇÃO DA SUA MAIORIA</i>	220
15.1 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES	220
16.1 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO 221	
16.2 <i>PLANEJAMENTO DA INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADOR DE CURSO</i>	221
16.3 <i>AValiação PERIÓDICA PARA INCREMENTO NA INTERAÇÃO ENTRE OS INTERLOCUTORES</i>	222
17.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	223
17.2 <i>RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE PREVISTO E SUAS RESPECTIVAS PRODUÇÕES</i>	223
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	224
18.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	224
19.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	224
20.1 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	224
21.1 SALAS DE AULA	224
22.1 ACESSO DOS ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	224
23.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR.....	225
24.1 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	225
25.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	226
26.1 <i>LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</i>	232
27.1 <i>UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS</i>	239
28.1 <i>BIOTÉRIOS</i>	239
29.1 <i>PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO</i>	240
<i>Processo de Validação do Material didático pelo NEaD</i>	242
30.1 <i>NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICOS REAIS</i>	249
31.1 <i>AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO</i>	250
31.4 <i>INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS</i>	250
31.5 <i>AUDITÓRIO</i>	251
31.6 <i>ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS</i>	251
31.7 <i>ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO</i>	251
31.8 <i>LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS</i>	252
31.9 <i>INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA</i>	252

31. 10 BIBLIOTECA.....	252
32.1 BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	253
33.0 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE.....	253
34.0 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	254
35.0. ESTRUTURA DOS POLOS EAD	254
36.0 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	254
37.0 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE	254
38.0. PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	254
39.0 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	255
40.0 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA.	255
40.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DO NEaD	259
40.2 REDES E EQUIPAMENTOS	260
40.3 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	261
40.4 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE APOIO PEDAGÓGICO	262
40.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA DO POLO DE APOIO PRESENCIAL.....	264
40.6.1 Recepção e secretaria do Polo.....	265
40.6.2 Sala de aula/Auditório	265
40.6.3 Laboratório de Informática	266
40.6.4 Espaço de convivência	266
40.6.5 Sanitários	266
40.6.6 ACESSIBILIDADE.....	266
40.6.7 EQUIPE DO POLO	267
40.6.8 Coordenador de Polo	267
40.6.9 Atendimento e Secretaria.....	268
40.6.10 Comercial	268
40.6.11 Técnico de TI.....	269
40.6.12 Tutor	269
40.6.13 Atendimento ao Aluno.....	270
ANEXOS	

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 MANTENEDORA

a) Nome e Base Legal da Mantenedora:

RAZÃO SOCIAL: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Endereço da Mantenedora:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru –
CEP 69402-093 – Amazonas.

1.2 NOME E BASE LEGAL DA MANTIDA

Faculdade Amazonas – Código da mantida: 21592

Sociedade Empresarial Limitada

CNPJ: 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação

Representante Legal: Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque Catunda de Souza

a) Endereço da Mantida

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru –
CEP 69402-093 – Amazonas.

1.3 PERFIL E MISSÃO DA MANTIDA:

- ✓ Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.
- ✓ Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.
- ✓ Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio educacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste, o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita à região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US\$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2017 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 4.063.614 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 2.130.264 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2030, haverá no Estado do Amazonas 4.728.027 habitantes. A criação de uma Faculdade no Município do Estado do Amazonas, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município. Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços

educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o Norte/Nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção “Educação no Brasil” do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso

- Norte:69,8%
- Nordeste:71,4%
- Centro-oeste:55,6%
- Sudeste:56,9%
- Sul:37,9%

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 – Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos

- Norte:36,6%
- Nordeste: 37,1%
- Centro-Oeste:49,5%
- Sudeste:59,7%
- Sul:60,5%

Estas realidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação à realidade da Educação

superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do ranking mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocados no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, que, apesar de abrigar um fluxo migratório intenso de famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais. Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas, como no caso de Manacapuru.

1.4.1 Dados do Município:

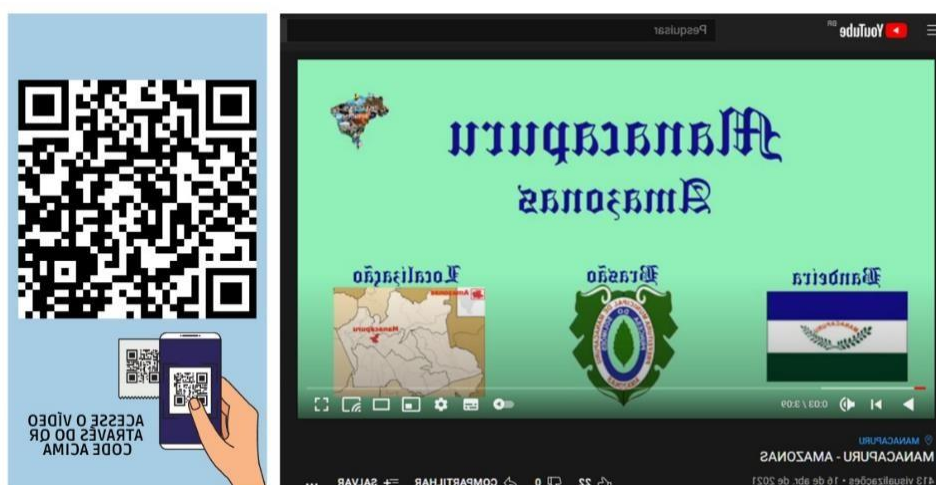
Localização de Manacapuru no Amazonas



Fonte G1

Manacapuru é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Manaus, no estado do Amazonas. É a quarta cidade mais populosa do estado com 97 377 habitantes, segundo estimativas do IBGE de 2019. Situada às margens do rio Solimões, a 93 quilômetros de Manaus via terrestre, o principal acesso à cidade é através da Rodovia Manoel Urbano, onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, sendo fundamental para a integração e o desenvolvimento da Grande Manaus.

O município ocupa uma área de 7 329,234 km², representando 0.4666% da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro. Manacapuru possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média



máxima. A vegetação, típica da região amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Fundada em 1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. Manacapuru é conhecida nacionalmente como a Princesinha do Solimões, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como sua tradicional festa popular, o Festival de Ciranda de Manacapuru, o que coloca o município entre os mais visitados por turistas na Amazônia.

Manacapuru possui o terceiro maior PIB do Amazonas, representando, isoladamente 1,35% de todo o PIB do estado. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja Matriz é o principal cartão-postal da cidade.

1.4.2 Etimologia

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões Manacá e Puru. Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor". Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa Flor Matizada.

Outra possível tradução do nome do município de Manacapuru vem do dialeto indígena mura e significa também "Flor Matizada". Mana: Flor. Capuru: Matizada. O nome Manacapuru faz referência a uma aguerrida cunha poranga que governava com mão de ferro, esta nação das margens esquerda do Rio Solimões onde hoje se encontra a cidade do mesmo nome.

1.4.3 História

Os índios muras, antigos habitantes da região, ocupavam a área que pertence ao atual município de Manacapuru, já no século XVII. Os muras eram conhecidos pelos portugueses como índios belicosos e hostis, motivo pelo qual foram alvos de guerras movidas pelos invasores portugueses, a partir de 1774, sob o comando de Matias Fernandes e do diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi, situada no Japurá, muito distante da região.

Por conta da grande distância de Japurá à localização dos muras, por volta de 1785 já existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do rio Manacapuru, uma

feitoria de pesca denominada Caldeirão, cuja produção era destinada ao abastecimento da guarnição militar sediada em Barcelos, que a essa época era sede da capitania. A feitoria de pesca era administrada por Sebastião Pereira de Castro.

Sebastião Pereira de Castro comunicou ao general Pereira Caldas a grande migração de índios muras vindos de outras regiões para a localidade. Segundo Castro, em 27 de setembro daquele ano, haviam chegado ali um "grosso número de gentio mura", que desejavam estabelecer-se nas vizinhanças. Em resposta a essa comunicação, o general Pereira Caldas recomendou que os índios fossem deslocados para o povoado de Anamã - que mais tarde viria a ser um município - ou um outro lugar designado pelo administrador. O local escolhido para o estabelecimento dos muras foi a margem do lago Manacapuru. Ali, cerca de 290 indígenas muras se estabeleceram em 15 de fevereiro de 1786, edificando assim, a povoação que recebeu o nome de Manacapuru, nome este pertencente ao lago.

1.4.4 Formação Administrativa

Manacapuru, fundada em 15/02/1786, originou-se de uma aldeia de índios muras, cuja pacificação teria ocorrido em 1785. Nessa época existia, à margem do rio Solimões, pouco abaixo da foz do Manacapuru, uma Feitoria de Pesca denominada Caldeirão, cuja produção abastecia a guarnição militar sediada em Barcelos, sede da Capitania. A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da lei n.º 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a lei n.º 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895.

A Comarca de Manacapuru criada pela lei n.º 354 de 10 de setembro de 1901. Através da lei n.º 1.126 de 5 de novembro de 1921, a comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da lei n.º 1.133 de 7 de fevereiro. Foi concedido ao município foros de cidade em 16 de julho de 1932, com o ato estadual n.º 1.639.

Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Beruri e Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados. Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já teve proposta, em 2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

Em 1894, pela Lei Estadual n.º 83, Manacapuru é elevada à categoria de Vila e é criado o município, desmembrado do município de Manaus. De acordo com a Formação Administrativa a Lei n.º 148, de 12 de agosto de 1865, criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru, com sede na povoação de Manacapuru. Elevado à categoria

de vila, com a denominação de Manacapuru, pela Lei Estadual n.º 83, de 27-09-1894, foi desmembrada do município de Manaus. Instalado em 16-06-1895.

Por força da Lei n.º 1.126, de 5 de novembro de 1921, foi extinta a comarca de Manacapuru e restabelecida no ano seguinte, conforme Lei n.º 1 133, de 7 de fevereiro. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Manacapuru, pelo Ato Estadual n.º 1.639, de 16-07-1932. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, foram criados os distritos de Caapiranga e Beruri e anexados ao município de Manacapuru.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943 o município é constituído de 3 distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 14, de 07-6-1957, é criado o distrito de Vila Rica e anexado ao município de Manacapuru. De acordo com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959 compõem o município três distritos: Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 4 distritos: Manacapuru, Beruri, Caapiranga e Vila Rica. Pela Lei Estadual n.º 1, de 12-04-1961, é desmembrado do município de Manacapuru o distrito de Beruri, elevado à categoria de município.

Assim, pela Lei Estadual n.º 7, de 09-04-1963, são desmembrados do município de Manacapuru os distritos de Caapiranga e Vila Rica, elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

1.4.5 História Recente

Em decorrência do crescimento demográfico de Manacapuru, que atualmente ostenta a posição de quarta cidade mais populosa do Amazonas e uma das maiores em população da Região Norte, o município foi incluído à Região Metropolitana de Manaus em 27 de dezembro de 2007. Possui atualmente área de 7,329 quilômetros quadrados. e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,663.

1.4.6 Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, a 93 km via terrestre da mesma. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do

Paru e Calado. A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

1.4.7 Municípios Limítrofes

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Anamã e Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste. Com o município de Iranduba: O limite de Manacapuru com Iranduba se inicia na cabeceira do Igarapé Açú, divisor de águas entre os rios Negro e Manacapuru. Este divisor se estende para sudeste, alcançando as cabeceiras do Igarapé da Anta, por sua linha mediana, até alcançar a confluência no lago Aracapuri.

A partir daí, o Igarapé Açú, dividindo os dois municípios, estende-se até alcançar o lago Ubim. Na região norte do município, a linha divisória deste com Iranduba é a rodovia AM-070, que liga Manaus a Novo Airão. Também nesta região, o divisor do município é o Paraná do Ariaú, lago que desemboca no rio Solimões.

- ✓ Com o município de Manaquiri: O limite entre Manacapuru e Manaquiri se inicia na margem direita do rio Solimões, subindo por essa margem até alcançar o lago Paraná do Barroso, na parte mais ocidental da ilha do Barroso. A partir daí, o limite entre os dois municípios se dá por uma linha atravessando o povoado de Paraná do lago Grande, até alcançar o lago Grande. A partir deste lago, o divisor entre os dois municípios torna-se novamente o rio Solimões, finalizando no lago Manaquiri e na nascente do Igarapé Sucuri.
- ✓ Com o município de Beruri: Manacapuru inicia seu limite territorial com Beruri também na nascente do Igarapé Sucuri. Após o Igarapé Sucuri, o divisor territorial dos municípios passa a ser o Igarapé Pupunha, que divide os limites através de uma linha mediana, até alcançar os lagos do Acarituba, Papagaio e Baruri. A partir daí o divisor territorial torna-se o rio Solimões.
- ✓ Com o município de Anamã: Inicia-se na margem direita do rio Solimões, na parte mais ocidental da ilha do Iauara, descendo o rio pela margem ocidental. A partir daí o divisor territorial entre Manacapuru e Anamã torna-se uma linha mediana, até alcançar sua interseção com o paralelo de 3° 30' sul. Com o município de Caapiranga: Começa no paralelo de 3° 30' sul. Este paralelo, para nordeste, alcança a nascente Igarapé Cuité. Outros divisores usados para os limites territoriais entre Manacapuru e Caapiranga são os lagos Cabaliana, Paraná do Anamã, Campina, Cláudio e Piraí e os rios Manacapuru e Solimões.
- ✓ Com o município de Novo Airão: O limite entre os dois municípios se inicia no Igarapé Piraí e alcança o Igarapé Posto da Petrobrás. O rio Manacapuru é usado como limite entre os dois municípios, após o fim do Igarapé da Petrobrás. Por fim, o rio Negro finaliza o limite geográfico e territorial entre Manacapuru e Novo Airão.

1.4.8 Clima

Manacapuru possui clima tropical úmido, presente em toda a Amazônia. O clima é amenizado por alta pluviosidade e pelos ventos alísios que sopram do Atlântico. Quedas de temperatura são comuns no município e diminuem bastante os rigores de calor, acontecendo quase sempre à noite. Há duas estações distintas: inverno, que se inicia em dezembro, e verão, que se inicia em maio.

Entre abril de 1958 e dezembro de 1960, a maior temperatura registrada em Manacapuru foi de 35,8 °C, observada no dia 15 de outubro de 1958. A mínima foi de 18,1 °C, no dia 21 de julho de 1958.[24] Também durante este período, o maior acumulado de chuva ocorrido em 24 horas foi de 94 mm, em 29 de dezembro de 1958.

1.4.9 Hidrografia

Manacapuru está localizada junto à bacia hidrográfica amazônica. Os rios que passam por Manacapuru são os rios Solimões e o Manacapuru, que dá origem ao nome da cidade. O rio Solimões começa no Peru e, ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, recebe o nome de Solimões. Além dos rios Solimões e Manacapuru, banham o município os rios Purus e Jará.

1.4.10 Fauna e flora

A fauna e flora da Amazônia é diversificada, sendo encontrada a mesma fauna da floresta tropical úmida presente na Amazônia em diversos municípios. É possível encontrar no município, inúmeras espécies de plantas e pássaros, inúmeros anfíbios e milhões de insetos.

Os grandes mamíferos da água, como o peixe-boi e o boto, são encontrados principalmente em regiões sem muita movimentação do rio Negro. A hidrografia do município é privilegiada, principalmente na divisa com Novo Airão, este conhecido por ser a "terra do Peixe-boi". Algumas árvores de origem amazônica, como a andiroba e mafumeira (também conhecida como Sumaúma), são encontradas em algumas regiões da cidade, principalmente em áreas intactas.

Na área urbana, pouco se encontra tais árvores. Répteis como tartarugas, caimões e víboras também ali habitam. Há pássaros e peixes de todas as espécies, plumagens e peles. Em algumas regiões ao longo dos rios, encontramos a planta vitória-régia, cujas folhas circulares chegam a mais de um metro de diâmetro.

1.4.11 Demografia

A população do município, de acordo com o Censo de 2019 promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 97 377 habitantes, sendo o 4º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 13,29

habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

O crescimento populacional de Manacapuru na última década foi de 15,54%. Em um período de nove anos, entre 1991 e 2000, a população de Manacapuru teve uma taxa média de crescimento anual de 2,97%, onde sua população se elevou de 57 173 habitantes em 1991 para 73 695 habitantes em 2000. Em contrapartida, a taxa de urbanização cresceu apenas 2,66% passando de 63% de urbanização no município, em 1991, para 64,67% em 2000. Em 2000, a população do município representava 2,62% da população do estado e 0,04% da população do país.

Ainda no período de 1991 a 2000, houve um declínio no quesito razão de dependência. Em 1991, a razão de dependência entre os habitantes era altíssima: 107,6%. Em 2000, com o declínio, este índice baixou para 85% dos habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru é considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No ano de 2000, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,761 enquanto o do Brasil é 0,849. O índice da saúde é de 0,684 (o brasileiro é 0,787) e o de renda é de 0,544 (o do Brasil é 0,723). Comparado aos outros municípios do Brasil, Manacapuru apresenta uma situação intermediária, ocupando a 3.555ª posição no quesito IDH, sendo que 3.554 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 1.952 municípios (35,5%) estão em situação pior ou semelhante.

Comparando com os municípios do Amazonas, Manacapuru apresenta uma situação considerada razoável: ocupa a 15ª posição, sendo que 14 municípios (22,6%) estão em situação melhor e 47 municípios (77,4%) estão em situação pior ou semelhante. No período de 1991 a 2000 o IDH de Manacapuru cresceu 11,24% passando de 0,596 em 1991 para 0,663 em 2000. A Longevidade foi o que mais contribuiu para este crescimento, com 51,2%, seguida pela Educação, com 49,8%. Caso Manacapuru mantivesse esta taxa de crescimento de IDH, levaria 26 anos para alcançar São Caetano do Sul, o município com o melhor IDH do Brasil (0,919) e 12 anos para alcançar Manaus, o município com o melhor IDH do estado (0,774).

1.4.12 Religião

A variedade cultural em Manacapuru se faz presente e são diversas as manifestações religiosas presentes na localidade. Assim como diversos municípios brasileiros, o município se desenvolveu sobre uma matriz social eminentemente católica e é possível encontrar atualmente na cidade dezenas de denominações protestantes diferentes.

Também é notório o crescimento dos sem-religião que, segundo dados de 2000, correspondem a 6,09 % da população religiosa da cidade. Manacapuru está localizada no país mais católico do mundo em números absolutos. A Igreja Católica teve seu estatuto jurídico reconhecido pelo governo federal em outubro de 2009, ainda que o Brasil seja atualmente um estado oficialmente laico.

De acordo com dados do censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Manacapuru é composta por: Católicos (65,68%), evangélicos (25,73%), pessoas sem religião (6,09%), budistas (0,01%) e 2,14% estão divididas entre outras religiões. Entre as igrejas protestantes, destacam-se a Assembleia de Deus (15,36%), Igreja Batista (2,09 %) e Igreja Adventista do Sétimo Dia (1,72 %).

Entre as denominações cristãs restauracionista, destacam-se A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (1,16 %) e as testemunhas de Jeová (0,40 %). O espiritismo, judaísmo, a umbanda e o candomblé não foram identificados entre a população religiosa.

1.4.13 Cultura e Sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas.

Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

1.4.14 Festival de Cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é



conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade. São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

1.4.15 Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.



O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um

observatório de pássaros, de jacarés e aves, situado na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena **Sahu-Apé** também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é outra atração natural muito visitado. O Cais do Porto, no centro da cidade, é um dos principais pontos turísticos, sendo um porto histórico e regional.

A centenária Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré é o cartão postal mais conhecido de Manacapuru. Um marco, com grande presença na educação e na formação religiosa do povo manacapuruense, erguida com espírito de colaboração e solidariedade, é uma das 10 Paróquias da Prelazia de Coari. O prédio passou por várias edificações, que melhoraram e ampliaram a estrutura ao longo do tempo. Antes da construção do templo atual, os ofícios religiosos eram realizados em uma capelinha singela, construída no início do século XIX e situada onde, atualmente, é a praça 16 de julho. A capela era, a princípio, uma iniciativa da população local, que se responsabilizava pela manutenção e organização dos cultos religiosos.

A construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré teve início em 1904 e foi concluída em 1907. A família Ventura se destacou pelo apoio dado à construção. O altar em forma de canoa que há na igreja foi usado na missa feita pelo Papa João Paulo II, quando visitou Manaus em 1980. Na cidade há também o Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal, um dos mais antigos da cidade; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho e entre outras atrações turísticas.

1.4.16 Futebol

No futebol, o principal clube de futebol de Manacapuru é o Princesa do Solimões Esporte Clube, tendo sido fundado no dia 18 de agosto de 1971. Sua sede é estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, no Centro Histórico de Manacapuru. O Princesa do Solimões fez a primeira partida Oficial do Primeiro Campeonato Amazonense de Futebol em 1987, sendo o terceiro clube de futebol do interior amazonense a participar de tal evento, sendo precedido pelos clubes Penarol, de Itacoatiara e Olaria, de Humaitá. Grande revelador de talentos, fez surgir uma gama de estrelas do futebol nortista, tais como Naílton, Zédvan e Alcimar. O "Tubarão do Solimões", assim como é comumente conhecido pelos amazonenses, tem como símbolo um "Tubarão".

Conquistou vice-campeonatos estaduais, em 1985 e 1997, além da conquista do Torneio Início de 1997 e 2007. Em 1989, disputou seu único torneio nacional, ficando em sexto lugar no seu grupo, vencendo apenas dois clubes: O Mixto Esporte Clube, de Cuiabá, capital do Mato Grosso e o Dom Bosco Futebol Clube, da cidade de Três Lagoas,

no Mato Grosso do Sul; este feito torna Manacapuru o único município do interior a ter sido representado na Segunda Divisão mais importante do futebol Brasileiro.

Outro clube de Manacapuru a chegar no futebol profissional foi o Operário, fundado em 10 de Junho de 1982 o clube profissionalizou-se em 2010 sagrando-se logo campeão da Série B do campeonato Amazonense, e em menos de dois anos chegando à Série A.

2 Síntese da IES:

2.1 Breve Histórico da Mantenedora

- ✓ Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol, Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior
- ✓ Mantida: FACULDADE AMAZONAS – Instituição de Ensino Superior Privada-IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES está credenciada pela Portaria 722 de 27/07/2018, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

2.2 Breve Histórico da Mantida

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa



e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino – CEMETRO, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, e ensino técnico pós-médio. Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando destes cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 329,234 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, era de 94 175 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

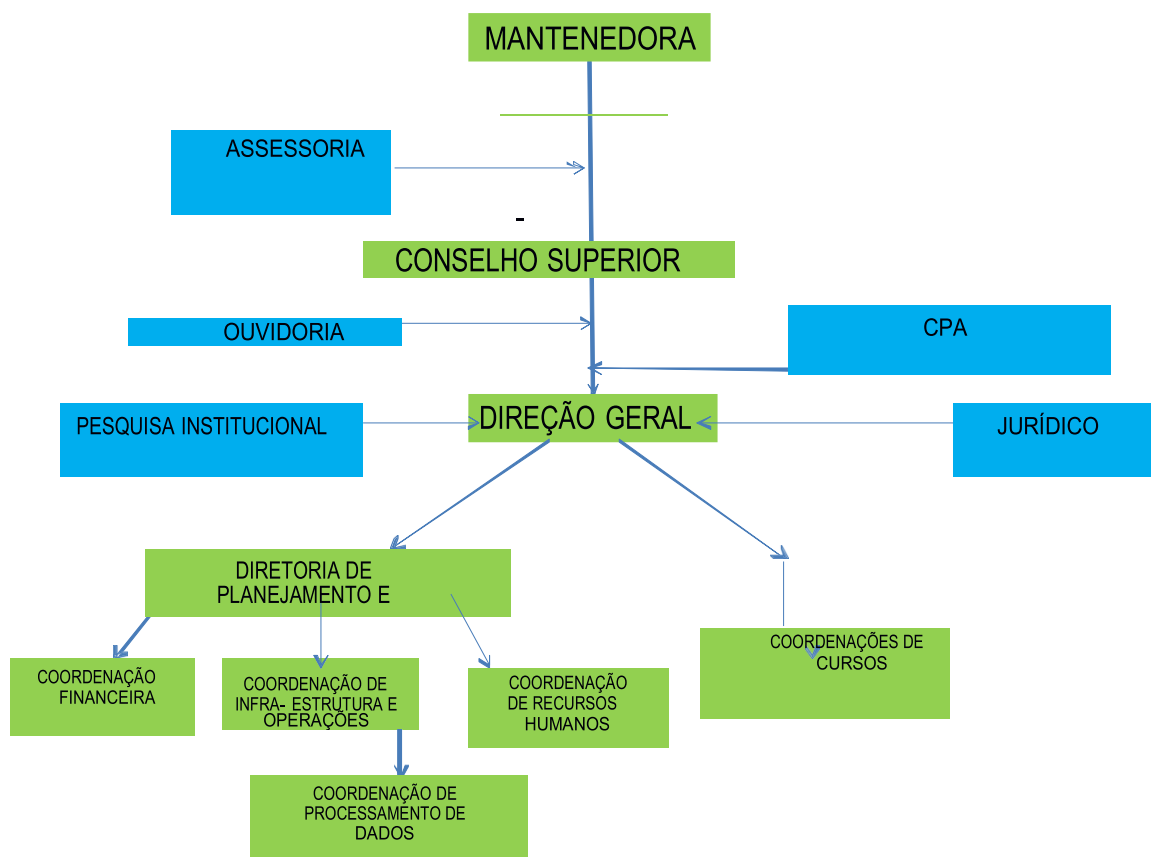
A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerado inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE). No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços. Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio

município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja, a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade Amazonas será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis. Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

2.3 Organograma Da IES:



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Nome e atos legais do curso:

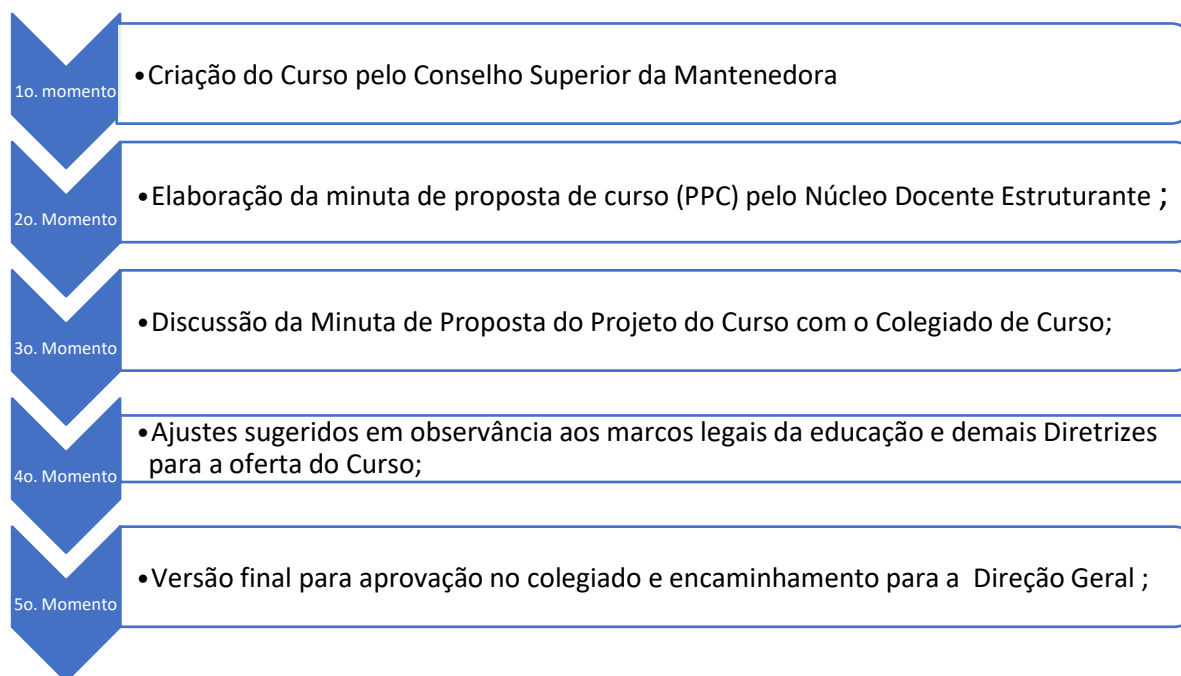
- a) Curso Superior de Bacharelado em Psicologia.
- b) Portaria de Autorização: Status – em processo de autorização.

3.2 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC:

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia do curso de Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 3º edição e as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do profissional da tecnologia da informação no âmbito do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

A implantação ocorrerá a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado, em colaboração com a equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação à Distância, e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo, o qual prevê ações contínuas de melhorias do curso.

FLUXO DE PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



3.3 Endereço de Funcionamento do Curso

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol – Manacapuru
– CEP 69402-093 – Amazonas.

3.4 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Curso em Processo de Autorização.

3.5 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)

Não se aplica

3.6 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos:

200 vagas

Sendo: 100 para o turno matutino e 100 para o turno noturno

3.7 Carga Horária Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização:

- a) Carga Horária Total do Curso: 4.022h
- b) Tempo mínimo de integralização: 5 anos
- c) Tempo máximo de integralização: 10 anos

3.8 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão

Não se aplica

3.9 Perfil do coordenador:

Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

- a) Nome: Julio Cesar Pinto de Souza
- b) Formação: Psicólogo
- c) Titulação: Mestre em Psicologia (UFAM); Especialista em Psicologia do Esporte (UNYLEYA); Especialização em Emergência e Desastres (UNYLEYA) e Especialização em Psicopatologia e Psicoterapia de Adolescentes (UNYLEYA).
- d) Experiência dentro do magistério superior: 6 anos
- e) Experiência fora do magistério superior: 30 anos
- f) Tempo de gestão de curso de graduação: 00 anos.

3.10 Disciplina em Língua Estrangeira:

Ethics, Sustainability and Humane Rights in Brazil
English of the Market Job

3.11 Convênios

Além dos convênios com as secretarias para Estágios Supervisionados a Instituição possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países.

3.12. Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano

Não se aplica

3.13.1 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município:

Atualmente, 11 instituições ofertam cursos de bacharelado em Psicologia no estado do Amazonas, a saber: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Paulista (UNIP), Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM/ULBRA), Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS), Faculdade Martha Falcão (FMF Wyden) Centro Universitário do Norte (UNINORTE), Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), Centro Universitário CEUNI-FAMETRO (FAMETRO), Faculdade Boas Novas (FBNCTSB), Faculdade Estácio do Amazonas (ESTÁCIO AMAZONAS), Faculdade Santa Tereza, totalizando a oferta de 2478 vagas. (<http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 22 dez 2020).

No setor educacional, a cidade de Manaus concentra o maior número de instituições de ensino do Estado. Esse número de instituições mostra que houve um certo avanço na educação, mas, com implantação de outras faculdades ajuda no desenvolvimento da região. O mercado de trabalho busca sempre por melhorias e crescimento, e a competitividade torna possível novos enfrentamentos, assim, a Faculdade Amazonas buscará investimentos.

A implantação do Curso de Psicologia é importante para esse crescimento, o Estado conta com cerca de 5.431 psicólogas cadastradas no Conselho Regional de Psicologia. O Estado de Amazonas faz parte do CRP-20 que é formado pelo Amazonas e Roraima. Diante desses números, percebe-se um quantitativo pequeno de profissionais no mercado, no qual, os serviços podem se estender a várias áreas de atendimento à população como: demandas psicossociais, saúde, jurídica, escolar, trânsito, esporte, dentre outros.

Regionalmente, com o grande fluxo migratório advindos do Haiti e, principalmente, com a entrada de venezuelanos a partir de 2018 fez aumentar as necessidades psicossociais e de saúde tanto para a população natural do estado quanto para os

imigrantes que se alojaram na cidade em condições precárias (econômica, social e psicológica). Tais dados revelam uma necessidade imediata de mais profissionais especializados e novos serviços de saúde, educação e assistência social.

Nesse sentido, o Curso de Psicologia da IES se propõe a desenvolver um ensino de qualidade visando questões ética e humanística com uma matriz curricular voltada para as necessidades regionais e nacionais o que possibilita ao aluno um conhecimento vasto e com qualificação, desenvolvendo novas habilidades para exercer a profissão em seu Estado. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manacapuru, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade. A formação em Psicologia é generalista, o que possibilita o aluno a ter uma visão macro do curso, no qual, poderá estudar várias áreas da Psicologia a fim de poder fazer uma escolha por afinidade, profissionalismo e competência. Curso se justifica em função das demandas loco regionais de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

Demandas do curso

A FACULDADE AMAZONAS pretende dentro das características regionais, oferecer os cursos de graduação - atendendo à demanda regional e cumprindo seu papel social. É importante ressaltar a relevância do credenciamento da IES para região e sua reconhecida proposta de qualidade de ensino, pois apresenta uma excelente estrutura física, corpo docente qualificado e inovadora proposta pedagógica. A IES apresenta um pessoal técnico-administrativo em quantidade adequada e, sempre que necessário, recruta e qualifica novos funcionários para atender o nível de qualidade exigido, gerando emprego e renda na região.

A FA foi pensada a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a sua vocação, pois está ciente de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza. As organizações e os seus talentos humanos necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças que ocorrem na atualidade.

Assim, a demanda da sociedade e mundo de trabalho, as condições geográficas e as necessidades técnicas do desenvolvimento respondem, afirmativamente, à necessidade o curso no Estado, em específico no interior, como instrumento de democratização do acesso à educação superior pela sociedade. Principalmente, município de Manacapuru que ocupa uma área de 7.329,234 Km² e sua população, estimada pelo IBGE em 2015, era de 94 175 habitantes. Nesse senso, Manacapuru é o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara e é o segundo de sua microrregião. Sendo a maior região metropolitana

brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

Esse crescimento populacional e a falta de instituições de ensino para qualificação de profissionais, vem obrigando os moradores da cidade de Manacapuru se deslocarem para capital para realizar o sonho de estudar o ensino superior. Para fazer esse traslado, os alunos utilizam de serviços gratuitos oferecidos pela prefeitura. Nessa perspectiva a formação de profissionais deve estar pautada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de cooperação no processo de mudança e transformação da sociedade, com iniciativas pontuais e continuadas, nas diversas etapas da formação discente, buscando discutir a biodiversidade na Amazônia no campo da educação, saúde, ambiental e tecnologia.

Desta forma, o curso de Psicologia da FACULDADE AMAZONAS tem o compromisso de formar profissionais generalista, com sólida formação geral, crítica, reflexiva, com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, em Manacapuru, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

3.13.1 Demandas de Natureza Econômica

O Município de Manacapuru tem a base da sua economia construída principalmente em atividades extrativistas como a coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino, observa-se também que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Setor primário

O Amazonas é o maior produtor de fibras do Brasil, com participação de 87% da produção nacional (IBGE -PAM/2014), entre os seus maiores produtores de fibra no Amazonas destaca-se Manacapuru e os demais municípios das Calhas dos Rios Negro e Solimões, como Manacapuru, Anamã, Autazes, Careiro, Careiro do Várzea, Vila Rica de Caviana, Caapiranga, Iranduba, Manaquiri, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Manaus, Beruri, Coari, Codajás e Anori. A produção total desses municípios anualmente varia de 20 a 200 toneladas de juta, e de Malva gira em torno de 100 a 744 toneladas. Manacapuru

e Beruri se destacam com a produção média de 70 a 100 toneladas de juta.

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças. A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos equinos e suínos. Em 2009, foram registrados 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 equinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce.

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha e madeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

Em 2008, haviam 918 empresas regularizadas no município, de acordo com o IBGE, gerando cerca de 4.850 empregos diretos. No setor terciário o município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico. De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R\$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

3.13.2 Demandas de Natureza Social

Educação

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas nas redes públicas e particulares, sendo 19 escolas estaduais e 150 municipais. 23 escolas municipais atuavam em atividades pré-escolares.

No ensino superior, o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Em Manacapuru está sediado o Centro Metropolitano de Estudos

Superiores da UEA (CMESU -UEA). O Centro Metropolitano, que abriga os cursos de Engenharia Naval, Engenharia de Pesca, Produção de Alimentos, Produção de Fibras e Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, dá ênfase a tais cursos para atender as demandas específicas de Novo Airão, onde se encontra um centro de indústria naval regional, Iranduba, que possui grandes sítios arqueológicos, e Manacapuru, maior produtor brasileiro de fibra vegetal.

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Segurança

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351 domicílios entre apartamentos, casas e cômodos. Desse total 11 608 eram imóveis próprios, sendo 11 545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1.010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%). Parte dessas residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5% televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou: 57,5% das residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5 telefones e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Transportes

O município possui muita tradição no transporte hidroviário, tendo em vista a abundância dos rios que cortam a localidade, entretanto com a criação da região metropolitana de Manaus (2007), o transporte rodoviário tem assumido um caráter mais relevante dentro dos seus limites territoriais. Manacapuru, assim como os demais municípios amazonenses, não é cortada por ferrovias em seu território. O transporte público em Manacapuru, assim como em toda a Região Metropolitana de Manaus, é administrado pela Superintendência de Transporte Urbano da Grande Manaus (STU-RMM). O transporte aéreo também é usado, embora em menor escala

Fluvial

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios Juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até a navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações à vela, geralmente chamadas de "canoas", "geleiras" ou "vigilengas", que realizam grande parte do tráfego à capital, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do norte brasileiro.

Rodoviário

As únicas rodovias existentes em Manacapuru são a AM-070, que interliga Manacapuru à Manaus, Iranduba e Manaquiri; e a AM-254, que interliga Manaus à Novo Airão, passando por Manacapuru. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 12.492 veículos. Há ainda empresas de transporte público que realizam viagens para comunidades rurais do município. O acesso à Manaus é feito principalmente pela AM-070 onde está a Ponte Jornalista Phelippe Daou, além de outras quatro pontes, duas sobre o rio Ariáú e duas sobre o rio Miriti. A viagem dura mais ou menos uma hora de carro, e existe um serviço de ônibus entre as duas cidades, com treze viagens diárias.

3.13.3 Demandas Culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes e migrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante

apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.

Festival de cirandas

Assim como Parintins, Manacapuru também é conhecida por seu festival folclórico, porém, ao invés do característico boi-bumbá de Parintins, a cidade é conhecida por suas cirandas, agremiações que tocam um estilo de música típico local, e apresentam desfiles competitivos. Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá geralmente no último fim de semana do mês de agosto ou início de setembro.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade. São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional. O Festival de Ciranda de Manacapuru é um dos maiores do estado do Amazonas e da Região Norte do Brasil, recebendo de 50 a 90 mil turistas todos os anos.

3.13.4 Demandas Políticas de Saúde

No CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (DATASUS 2016), consta que a rede pública de saúde do município de Manacapuru é composta por um hospital geral (Hospital Lázaro Reis e Maternidade Cecília Cabral), uma policlínica (Policlínica Eneida Marques), dois centros de atendimento psicológico especializado (CAPS - Centro de Atenção Psicossocial), duas unidades móveis terrestres de urgência (SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, uma farmácia popular, 18 postos de saúde (UBS - Unidade Básica de Saúde) e um posto de saúde indígena (Casa de Apoio à Saúde do Índio de Manacapuru).

Todas essas unidades de saúde atendem pelo Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e são gerenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Manacapuru (SEMSA). O município conta com uma Central de Regulação - Regional Manacapuru, gerida pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM), órgão que implementa o sistema de regulação de atendimentos do SUS. A rede privada do município dispõe de oito estabelecimentos cadastrados, incluindo duas clínicas, um laboratório de análises clínicas e diagnóstico, três consultórios médico e odontológico e dois centros de fisioterapia (DATASUS 2016).

Atendimentos de saúde mais complexos são encaminhados para Manaus devido à

falta de estrutura hospitalar, leitos e médicos especializados. Em dezembro de 2015, o município de Manacapuru apresentava apenas 65 leitos de internação hospitalar pelo SUS (clínica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica e complementar), enquanto que o município de Manaus contava com 3.106 leitos (DATASUS 2016). Manacapuru, assim como outros municípios do estado, está contemplado em ações de saúde previstas no Plano Estadual de Saúde (PES) referente ao quadriênio 2012-2015, elaborado pela SUSAM em cumprimento à legislação do SUS (Governo do Estado do Amazonas 2013).

3.13.5 Demandas de Natureza Ambiental

Os padrões de desmatamento no município de Manacapuru foram analisados utilizando dados do PRODES - Projeto Desmatamento da Floresta Amazônica por Satélite de 1997 até 2014 (INPE 2016a), em conjunto com dados do Global Land Analysis and Discovery Laboratory (GLAD) de 2015 até agosto de 2016 (University of Maryland 2016). Cerca de 16,0% (95.051 hectares) da área do município foi desmatada, considerando o período total analisado de 1997 até agosto de 2016. Até o ano de 1997, essa proporção foi de 10,0% (58.676 hectares), enquanto que no período de 1998-2014 mais 3,5% (20.743 hectares) e no período de 2015-2016 mais 2,6% (15.632 hectares).

A perda de áreas de floresta primária no município foi drasticamente intensificada durante esse último biênio (2015-2016), já que a área desmatada verificada nesse período foi similar aos 16 anos anteriores (1998-2014). Estradas e rios são as principais vias de acesso na região e também funcionam como vetores de degradação ambiental e desmatamento. As áreas desmatadas mais extensas no município estão localizadas próximas à rodovia AM-070 e ramais, às margens dos rios Solimões e Manacapuru e no entorno do Lago Grande. No entorno do município, as maiores áreas desmatadas estão no entorno das rodovias AM-070 no município de Iranduba, AM-354 e BR-319 próximas aos municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no município de Beruri e no município de Caapiranga.

A degradação ambiental tende a aumentar na região de Manacapuru caso se mantenham as atuais taxas de desmatamento e não sejam adotadas medidas mitigatórias dos impactos de uma ocupação desordenada do território. As melhorias na infraestrutura pela construção e consolidação de grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio Negro, o Gasoduto Coari-Manaus, a Cidade Universitária e a duplicação da rodovia AM-070, aliadas à oferta de energia elétrica nos ramais contribuem para que os ramais se transformem em eixos de expansão e desmatamento.

Os ramais localizados nessa região em particular apresentam grandes extensões, o que dificulta a fiscalização e a gestão desses territórios. Além disso, vários deles possuem trechos ou áreas localizadas dentro dos limites dos municípios de Manacapuru e de Novo Airão, além de ramais ou trechos de ramais localizados dentro de Unidades de

Conservação.

As maiores áreas de cobertura florestal primária estão localizadas ao sul do município, onde predominam florestas de várzea, e ao norte, onde predominam florestas de terra firme. Estas áreas têm potencial estratégico para o município, visando a implementação efetiva de um sistema de UCs que equilibre proteção e uso sustentável da biodiversidade.

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e outros órgãos vêm realizando campanhas mais intensivas de combate a queimadas no estado em ações integradas (Amazonas Atual 2016, G1 Amazonas 2016). Os números de focos de queimada no município aumentam substancialmente nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, período que corresponde ao verão amazônico, em que há elevação de temperatura e diminuição das chuvas (88, 258, 434 e 198 focos do total de 1.102, respectivamente).

Grande parte das queimadas registradas no município ocorreu em áreas de floresta primária (65% do total), sendo que as áreas mais afetadas foram as de floresta de terra firme com 43,2% do total de focos (476 focos), seguidas de áreas já alteradas por ocupação humana com 23,8% (262 focos) e floresta de várzea com 22,1% (244 focos).

Os focos de queimada apresentaram o mesmo padrão de distribuição do desmatamento no município e entorno, sendo as queimadas uma das principais causas da perda de floresta primária na região. Todavia, as maiores densidades de focos no município estão localizadas no ao norte do Lago Grande e na região da estrada que liga a cidade de Caapiranga e o Rio Manacapuru. Estes resultados são extremamente relevantes para subsidiar ações de combate a queimadas e incêndios florestais no município e entorno.

3.13.6 Número de IES que ofertam o curso no Município

Com base nos dados do E-MEC (2021), o município de Manacapuru não conta com nenhuma IES que oferte o curso de Graduação em Psicologia.

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

- ✓ atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;
- ✓ promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;
- ✓ desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;
- ✓ promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;
- ✓ promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;
- ✓ atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em

condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

- ✓ promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;
- ✓ desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo à formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- ✓ Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;
- ✓ Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;
- ✓ Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- ✓ Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;
- ✓ Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;
- ✓ Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;
- ✓ Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;
- ✓ Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;

- ✓ Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;
- ✓ Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

- ✓ analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;
- ✓ deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;
- ✓ estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço, a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de

aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI, responsável pela captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. Para a modalidade de oferta de Educação à Distância, o acadêmico poderá agendar via ambiente virtual um atendimento com os especialistas do núcleo de maneira online, ou solicitar atendimento presencial nos polos vinculados aos cursos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade encontra-se em anexo a este.

Programas de Ensino

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos. Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;
PEA – Programa de Educação Ambiental;
PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;
PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;
PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

- ✓ Projeto de Recepção de Calouros;
- ✓ Projeto de Nivelamento (Português; Matemática e Informática);
- ✓ Projeto de Monitoria;
- ✓ Projeto de Atividades Complementares;
- ✓ Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)

- ✓ Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;
- ✓ Projeto de Monitoramento da Evasão;
- ✓ Projeto de Atividade Interdisciplinar;
- ✓ Projeto de Atividade Transversal;
- ✓ Projeto Artístico Cultural;
- ✓ Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão
- ✓ Projeto de Responsabilidade Social;
- ✓ Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Assim o Ensino na Instituição é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos, tendo como ponto de partida os saberes já produzidos refletidos à luz do conhecimento científico. A proposta de ensino se estrutura a partir do entendimento de que o ato educativo, dentro e fora da sala de aula, é sempre um ato intencional e interessado. Assim, os professores devem desenvolver o papel de mediadores no processo de construção do conhecimento, compreendendo o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, se propõe que o ensino deve estar pautado nos princípios de:

- ✓ Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- ✓ Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e
- ✓ Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem.

No que compete a construção do currículo, para a graduação, pensamos que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda

possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

Curricularização da extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino. Em se tratando de Educação à Distância as atividades de extensão serão presenciais e tutoradas conforme preconiza a legislação.

Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extraescolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

Interdisciplinaridade e Transversalidade - Processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade, que se fará a discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnico-Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta última, ocorre como conteúdo específico de disciplinas da matriz e também como disciplina optativa.

Sistemática de atualização de currículos e novas competências

Ainda sobre os currículos nossa instituição possui uma sistemática de atualização curricular, como um dos elementos essenciais de sua política de ensino assim, a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso, são pensados a partir de critérios e padrões de qualidade, considerando as diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como o Catálogo

Nacional de Cursos Tecnológicos. Consideramos também as Normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Grosso modo o processo de atualização curricular da Instituição prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;
- ✓ Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
- ✓ Inter-relação e integração entre as disciplinas;
- ✓ Dimensionamento correto e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;
- ✓ Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- ✓ Adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- ✓ Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;
- ✓ As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;
- ✓ A realidade local/nacional e global.

Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos devem estar sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, garantindo uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los, para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade.

Assim seguimos a orientação de que mais que a aquisição pura e simples de conhecimento pronto, o currículo deve estar voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a

possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Assim, além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas e o acadêmico deverá ser avaliado na mesma direção, ou seja, no sentido de aferir o desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos previstos.

Para além dessa dimensão, se entende que o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais, pois se toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como proporá o trabalho sobre estes aos seus estudantes, para fazer a seleção de conteúdo de maneira coerente ao que preconiza estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

- ✓ Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- ✓ Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- ✓ Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;
- ✓ Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES considera que a seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o

objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos, priorizando assim a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, ou seja, como já apontamos, tomando como perspectiva a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

Nesta perspectiva os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo de Avaliações externas, ou sempre que a legislação concernente tiver alteração. **São propostas de ações acadêmicas-administrativas para a sistemática de atualização curricular são:**

Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

No processo de atualização curricular é fundamental a participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos.

Assim, os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. **Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas**, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas.

Destaca-se no processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação, a participação fundamental do Núcleo Docente Estruturante, com a orientação de realização das seguintes ações:

- ✓ A revisão contínua dos currículos;
- ✓ A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente, com a elaboração de Relatório de Estudo
- ✓ A Adequação do Perfil docente ao componente curricular, considerando o critério de sinergia entre a formação, a produção acadêmica, a experiência profissional fora do magistério e a experiência profissional como docente, com elaboração de Relatório de Estudo;
- ✓ A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;
- ✓ A autoavaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.
- ✓ Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.
- ✓ Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante,

um papel fundamental nesse processo.

- ✓ Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.
- ✓ Realizar ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em todos os espaços educativos disponíveis com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos Específicos

- ✓ Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- ✓ Melhorar continuamente os resultados institucionais;
- ✓ Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nas zonas distritais da Cidade de Manaus e Municípios do Estado do Amazonas.

Outro aspecto que a política de ensino da instituição estimula é o desenvolvimento e a utilização de material didático-pedagógico produzido a partir das necessidades de formação dos estudantes, neste caso consideramos como material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática.

Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na Instituição, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

- ✓ Cadernos de Textos
- ✓ Cadernos de Exercícios

- ✓ Blogs e sites interativos
- ✓ Livros
- ✓ Manuais
- ✓ Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição. A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

- ✓ Elaboração de referências de conhecimentos fundamentais para a compreensão críticos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;
- ✓ Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;
- ✓ Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;
- ✓ Propor ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;
- ✓ Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;
- ✓ Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

- ✓ Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;
- ✓ Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdo do curso e do público a que se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

- ✓ Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;
- ✓ Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);
- ✓ Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;
- ✓ Mapa Referencial da Unidade: vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.
- ✓ Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.
- ✓ Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitiço, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

- ✓ Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;
- ✓ Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;
- ✓ Formato almanaque – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almanaque, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;
- ✓ Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

- ✓ Editor de texto – Word
- ✓ Fonte – Times New Roman, corpo 11
- ✓ Parágrafo – justificado
- ✓ Entrelinhas – 1,5
- ✓ Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,
- ✓ Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização, são elas:

- ✓ Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;
- ✓ A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;
- ✓ As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;

- ✓ O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;
- ✓ As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES. A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

- ✓ Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;
- ✓ Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e;
- ✓ Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- ✓ Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

Programas de Pesquisa

a) PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação científica de docentes e discentes da IES. Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação, mediante o atendimento dos seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;
- ✓ Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;
- ✓ Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais serão estimuladas, com a designação de ajuda de custo, mediante os seguintes critérios:

- ✓ Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;
- ✓ Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

b) PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

c) PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano. Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC.

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, renovável por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

d) PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e) PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

- ✓ Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;
- ✓ Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;
- ✓ Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;
- ✓ Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;
- ✓ Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;
- ✓ Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;
- ✓ Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.
- ✓ Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa).

O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- ✓ Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- ✓ Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- ✓ Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;
- ✓ O estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;
- ✓ Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

- ✓ As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Neste processo a Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida como “prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população”. Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas a partir da geração de conhecimentos entre a instituição acadêmica e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

- ✓ A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;
- ✓ A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;
- ✓ A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;
- ✓ Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres

e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;

- ✓ Extensão como componente curricular e processo interdisciplinar;
- ✓ Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A indissociabilidade entre a pesquisa e a extensão é um princípio basilar de sustentação do ensino superior. Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforma dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico. Na Instituição, o princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para as alterações significativas das relações sociais

a) Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão é um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilitando a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter a tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade, revelando o compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se assim em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a Instituição um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo, compreendendo o processo a partir do (a):

- ✓ Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.
- ✓ As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados.

- ✓ Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

Observa-se que a Extensão possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação institucional. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora no seio da sociedade. Desta maneira, o espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades atendidas.

Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos. No que compete as ações de extensão na modalidade de ensino à distância, a Instituição executa conforme prevê Legislação atual, sendo a mesma de caráter presencial.

Programas de Extensão

A política de extensão da IES, **seguirá os programas institucionais levados a cabo pelo grupo IME/FAMETRO** e se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

- ✓ PAPEERI – Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;
- ✓ PAPREV – Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à Produção Discente, Docente e Publicação das revistas científicas da IES;
- ✓ PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

a) Projetos de extensão

Poderão ser encaminhados à coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão. A tramitação de projetos de extensão, nas respectivas disciplinas (cumprindo o que determina a curricularização da extensão) na modalidade de oferta EAD dar-se-á por meio do ambiente virtual de aprendizagem. Nele, professores e alunos poderão submeter projetos, acompanhar a tramitação e receber seus respectivos pareceres. Na igualmente durante a execução os relatórios parciais e integrais com as atividades e os resultados também serão apensados no ambiente, cumprindo assim, o que determina a Legislação

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos:

- ✓ Coerência com a missão e valores institucionais;

- ✓ Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;
- ✓ Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;
- ✓ Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;
- ✓ Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);
- ✓ Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;
- ✓ Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;
- ✓ Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;
- ✓ Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

b) Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

- ✓ Em tramitação (TR);
- ✓ Não iniciado (NI);
- ✓ Em andamento (AN);
- ✓ Interrompido temporariamente (IT);
- ✓ Interrompido definitivamente (ID);
- ✓ Encerrado (EN);
- ✓ Concluído (CO);
- ✓ Cancelado (CA).

Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, **a Política Ambiental Institucional, abrange todas as nossas mantidas e está estabelecida como um compromisso ético e social com as comunidades e povos da imensa Amazônia**, alcançando seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ✓ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ✓ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ✓ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ✓ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ✓ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;

Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;

Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;

Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

- ✓ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ✓ A Semana da Responsabilidade Social;
- ✓ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ✓ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
- ✓ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ✓ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ✓ Uso racional da impressão em papel;
- ✓ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;

A coleta seletiva dos resíduos;

- ✓ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ✓ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ✓ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ✓ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- ✓ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manter competitiva no mercado em que atua. Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental. No ambiente virtual haverá salas específicas com roteiro de atividades que deverão ser desenvolvidas no decorrer do semestre sob a responsabilidade de um professor com apoio da tutoria.

Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microsocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados têm a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

1.1.2 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade Nihonn Gakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização. Compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES. A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42, **estando todos os aluno do grupo IME/FAMETRO, incluindo a FA, cobertos pelo Convênio**

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos “Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades”, devidamente registrados sob

nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições:

- ✓ Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:
- ✓ O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;
- ✓ A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).
- ✓ Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage*, durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático (*link*) ao site www.santanderuniversidades.com.br.
- ✓ Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa. O valor total do presente instrumento é de até R\$ 20.065,80 (vinte mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), que corresponde ao fornecimento de 02 (duas) bolsas-auxílio no valor em Reais equivalente a €3.000 (três mil euros), no valor unitário de R\$ 10.032,90 (dez mil, trinta e dois reais e noventa centavos), cada bolsa.

1.1.3 Políticas de Estímulo à Difusão de Produções Acadêmicas

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve

ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como:

- ✓ Produções científicas,
- ✓ Didático pedagógicas,
- ✓ Tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos;
- ✓ Produção discente e docente, no qual preveem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica, por meio de canais Institucionais.

1.1.4 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas.

O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. Estão previstos ainda a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados

eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem. A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada, compreendendo: a abrangência do evento, duração e público estimado e a relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

1.1.5 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste em uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egressos. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O PROAE – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses da própria Instituição, pois está é uma maneira de verificar o impacto da formação recebida na vida dos nossos egressos, ofertando indicadores que contribuam para qualificar cada vez mais a oferta do ensino.

Considere-se ainda que para a Instituição este acompanhamento trará dados para avaliar seus cursos, tendo em vista a aproximação desses às demandas do mundo do trabalho. Já para os próprios acadêmicos, ainda cursistas, os benefícios serão traduzidos por meio do acesso a informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos, este acompanhamento será realizado para os alunos da modalidade presencial e à distância. O Acompanhamento do egresso, se traduz pela responsabilidade social institucional, para a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico: a partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Expectativa de capacidade dos egressos: dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe; desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo; exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação; ter atitudes inovadoras e criativas; Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade; Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas; atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas; compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho; compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida; desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação; atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional; utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio.

1.1.6 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais.

Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar

seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

a) Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas educativas, na perspectiva da interatividade e integração entre teoria e prática, por meio do desenvolvimento de projetos e /ou estudos que tenham atividades pedagógicas nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

b) Metodologia do PAPEERI:

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI são propostos pelo curso, a partir da aprovação do colegiado e tem como princípio:

- ✓ Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
- ✓ Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
- ✓ Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

Projeto do PAPEERI do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO	Intervenção na Comunidade e responsabilidade social: Saúde e qualidade de vida

Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas:

- ✓ Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;
- ✓ Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;
- ✓ Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental. Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão

dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática. O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura. Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

Projetos Interdisciplinar do Curso Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Livro: FREIRE, Isabel Ribeiro. Raízes da Psicologia , Petrópolis, RJ. 7ª. Edição. Editora Vozes, 2002.	Leitura da obra literária no contexto da psicologia pelo aluno. Planejamento, Construção, organização. Apresentação em forma de mesa redonda	Todos os
2022/2	As áreas de atuação do psicólogo Livro: KLEIMAN, Paul. Tudo que você precisa saber sobre a Psicologia . Editora Gente. 2016	Leitura da obra literária no contexto da psicologia pelo aluno. Planejamento, construção, organização. Apresentação em forma de mesa redonda	
2023/1	Livro: WINNICOTT, Donald Wood. The Piggle: relato do tratamento psicanalítico de uma menina .	Leitura da obra literária no contexto da psicologia pelo aluno. Planejamento, construção, organização. Apresentação em forma de mesa redonda	

2023/2	Artigo: “Entre a floresta e a cidade: percepção do espaço social de moradia em adolescentes”. de autoria de Maria Inês Gasparetto Higuchi e Katiane Silva (Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ INPA-AM).	Leitura da obra literária no contexto da psicologia pelo aluno. Planejamento, construção, organização. Apresentação em forma de mesa redonda	períodos vigentes

Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico. O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	O individuo que vê o mundo	Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura,	
2022/2	Negros e Brancos: respeitando as diferenças		
2023/1	Tradição indígena: quais costumes alimentares e medicinais podemos levar para nossa realidade?		

2023/2	Quilombolas: o que podemos aprender com eles?	costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, o de dados epidemiológicos e artigos científicos para embasar a discussão. Por fim, visitarão, uma comunidade quilombolas ou indígenas das proximidades para troca de experiências.	Todos os períodos

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Tema central: “O indivíduo que vê o mundo” Artigo: Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade Link do texto base - https://www.scielo.org	Leitura do artigo, elaboração de um relatório final da atividade. Apresentação em forma de banner	Todos os períodos
2022/2	Tema central: “O indivíduo que vê o mundo” Artigo: Xenofobia Link do texto base: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/142365/137497	Leitura do artigo, elaboração de um relatório final da atividade. Apresentação em forma de banner	
2023/1	Tema central: “O indivíduo que vê o mundo” Artigo: A inserção social dos refugiados e imigrantes na região Norte do Brasil Link do texto base: https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/9574/5994	Leitura do artigo, elaboração de um relatório final da atividade. Apresentação em forma de banner	
2023/2	Tema central: “O indivíduo que vê o mundo” Artigo: Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento anterior à determinação do status de refugiado Link do texto base: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782014000100004&script=sci_arttext	Leitura do artigo, elaboração de um relatório final da atividade. Apresentação em forma de banner	

Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2022	A psicologia no Atendimento em Desastres e Emergências	Conscientizar a comunidade quanto atuação da Psicologia em situações de Emergências e Desastres	10 alunos envolvidos
2023	A influência das cores sobre o comportamento humano	Analisar a eficácia da influência das cores sobre o comportamento humano	6 alunos envolvidos

Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

ANO	PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS
2022	Utilização do aplicativo KAHOTS como técnica para o aprendizado e desenvolvimento profissional	Desenvolvimento de Quiz que será jogado em grupo, com o ranking de desempenho
2023	Intervenção Psicológica em tempos de Crise em Saúde	Desenvolvimento de protocolos e práticas de intervenção em situação de Crise.

Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Projeto: Prevenção às Drogas	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades, preferencialmente escolas, para palestras de Prevenção às Drogas.	Todos os períodos vigentes
2023	Projeto: Orientação Vocacional	Por meio da atividade interdisciplinar, os alunos visitarão diversas comunidades, preferencialmente escolas, para palestras de Orientação Vocacional.	

Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Semana de Psicologia	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante três dias	Todos os períodos vigentes
2023			

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares

Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	- Workshop de Empregabilidade - Palestras do NAPA - Natal Solidário - Escola de Líderes e Empreendedores	Serão desenvolvidas as seguintes atividades semestralmente: - Workshop de empregabilidade: palestras de diferentes profissionais renomados e professores da área, mostrando as principais tendências do mercado; - Palestras NAPA: por meio da equipe pedagógica e professores psicólogos diversos temas serão abordados como acessibilidade, depressão, ansiedade, dentre outros; - Natal Solidário: por meio de uma palestra de um tema atual, os alimentos arrecadados serão doados para uma Instituição de Caridade selecionada semestralmente, com a entrega por meio dos alunos e coordenadores. - A escola de Líderes e Empreendedores vista preparar lideranças e empreendedores na área.	Todos os períodos vigentes
2022/2			
2023/1			
2023/2			

Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022	Prêmio Chaplin de Desempenho Acadêmico	Serão premiados os três alunos de cada turma do curso de Psicologia com os maiores coeficientes de rendimento acadêmico - CRA, de cada semestre.	Todos os períodos vigentes
2023			

Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	PRÁTICAS EXITOSAS E INOVADORA DO CURSO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2022/1	Ciclo de Palestras	Durante o semestre a realização de Palestras Informativas e Educativas com abordagem dos temas e conteúdos atuais da área da Saúde/Psicologia e globais com especialistas e conhecedores das áreas e temáticas abordadas.	Todos os períodos vigentes
2022/2	Ciclo de Práticas/Simulações Realísticas	Definir em programação e calendário acadêmico que nas últimas semanas dos semestres sejam destinadas para a realização de ciclos de Práticas /Simulação Realísticas interligando as disciplinas do semestre.	Todos os períodos vigentes

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

1.2.1 Objetivo Geral

Em consonância com Resolução CNE/CES no.5, de 15 de Março de 2011 que institui a Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. No art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso. E no O art.4º. A formação em Psicologia tem por **objetivos gerais** dotar o profissional dos

conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I. Atenção a saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI- Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

1.2.2 Objetivos Específicos

Quanto aos objetivos específicos os bacharéis em Psicologia devem desenvolver durante sua formação, competências e habilidades específicas do curso e que articule o conhecimento teórico a prática profissional. Mediante o cenário regional, entende-se que os bacharéis em Psicologia devem desenvolver habilidades e competências para atuarem frente aos povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e, principalmente, indígenas), entendendo a subjetividade dos povos da floresta e respeitando sua cultura e costumes para atuar na promoção da saúde mental.

Ainda há que se ressaltar que o estado do Amazonas faz fronteira com países como Colômbia e Peru, com isto o tráfico de drogas é intenso na região, demandando uma forte atuação dos bacharéis em Psicologia frente a prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas.

Sendo assim, O curso de Psicologia deve preparar o aluno para: I. Saber fazer a integração do conteúdo aprendido com a vivência e produção de conhecimento através das metodologias ativas no processo de ensino aprendizagem. II. Realizar atividades interdisciplinares e transversais que complementar o processo de ensino – aprendizagem pautadas nos aspectos étnicos, raciais, sociais, humanistas e políticos. III. Conhecer o contexto regional e suas influências na sociedade para aprimoramento dos conteúdos voltados para o mercado de trabalho. IV. Desenvolver habilidades direcionadas a elaboração de projeto de pesquisa. V. Desenvolver habilidades e competências para realização das atividades de estágio. VI. Capacitar para a prática profissional voltada para o mercado de trabalho.

Além destes, o curso estruturou os seguintes objetivos específicos a serem desenvolvidos:

- ✓ Aprender a intervir sobre os problemas/situações de saúde mental de maiores prevalências no perfil epidemiológico amazônico com ênfase nas peculiaridades sócio ambientais e culturais da sua região;
- ✓ Formar psicólogos habilitados para o planejamento e gestão de serviços de saúde com conhecimento das políticas públicas vigentes com visão inovadora atendendo aos parâmetros de humanização e qualidade, incluindo em suas práticas de gestão as necessidades locais regionais com produtividade, resolutividade, eficiência, eficácia e segurança dos usuários
- ✓ Intervir com perspectiva interdisciplinar e multiprofissional junto as comunidades (urbanas, periféricas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas) aplicando os conteúdos aprendidos a partir da articulação teoria e prática, experimentada ao longo da formação;
- ✓ Avaliar e criar manejos específicos no campo da psicologia para atender de maneira plena populações específicas em acordo com suas peculiaridades locais

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

1.3.1 Perfil do egresso em consonância com a DCNs

O perfil do egresso segue a resolução no. 5 de 15 março de 2011 da Diretriz Curricular Nacional- DCN, no qual para o curso formar o profissional de Psicologia fundamenta-se na "formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atuação profissional. O curso de graduação em Psicologia deverá assegurar no perfil do egresso sólida formação generalista baseada em princípios e compromissos da atuação profissional, a construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; a compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multi determinação do fenômeno psicológico; a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades; desenvolver o respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia; o aprimoramento e capacitação contínuos.

Mediante o Perfil do egresso constante na DCN e em consonância com a realidade local verifica-se que nosso futuro profissional terá as competências e habilidades que permitam atuar profissionalmente e se inserir em diferentes contextos institucionais e sociais. Com base nas ênfases curriculares há possibilidade de inovar com a constituição de espaços de aprofundamento que complementam a formação básica e específica, produzindo novos conhecimento e novos modos de fazer psicologia frente as demandas inerentes aos povos tradicionais, tais como os conflitos interculturais, violência as populações vulneráveis, dificuldade de inserção social, cultural e de empregabilidade e manejo do sofrimento psíquico oriundo desses cenários de conflito.

Diante do exposto far-se-á necessidade de habilitar os futuros egressos para atuarem com ênfase na área psicossocial e de saúde e assim trabalhar na promoção da saúde mental de tais populações.

1.3.2 Competências e Habilidades Gerais

O art.4º. A formação em Psicologia tem por **objetivos gerais** dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I. Atenção a saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II. Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III. Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV. Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V. Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI. Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

1.3.3 Competências e Habilidades Específicas

Art. 6º A identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos. **Segue o art 8º. e 9º** que especifica as competências e habilidades. **No Art. 8º** As competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas: I.- Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos; II - Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais; III- Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo; IV- Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa; V- Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar; VI - Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos; VII- Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações; VIII - Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros; IX- Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar; X- Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional; XI - Atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara; XII- Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia; XIII - Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação; XIV - Apresentar trabalhos e discutir ideias em público; XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional; **E no Art. 9º** As competências básicas, devem se apoiar nas habilidades de: I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos; II- ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia; III- utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica; IV- planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos; V - analisar, descrever e interpretar relações entre

contextos e processos psicológicos e comportamentais; VI- descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos; VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia

1.3.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos

cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

- ✓ Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;
- ✓ Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;
- ✓ Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

- ✓ Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;
- ✓ Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;
- ✓ Promover a continua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

1.4 Estrutura Curricular

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade

pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

Consideramos ainda que a Estrutura Curricular deverá compreender as competências profissionais, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular **do curso** é:

1º. Período: Leitura, interpretação e Produção de textos (EAD) - 88h, Anátomo Fisiologia humana - 66h; Sociologia e Antropologia - 66h; História e Psicologia Geral - 66h; Metodologia do Trabalho Científico - 66 h. **Sub-Total: 352horas.**

2º. Período: Neurociência - 66h; Processos Psicológicos Básicos - 66h; Psicologia da Aprendizagem - 66h; Psicologia Infantil - 66h; Filosofia ética (EAD) - 88h. **Sub-Total: 352 horas.**

3º. Período: Aspectos Psicossociais e Culturais - 66h; Psicologia Experimental - 66h; Psicologia da Personalidade - 66h; Psicologia da Adolescência - 66h; Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (EAD) - 88h. - **Sub-Total: 352 horas.**

4º. Período: Psicologia Social - 66h; Pesquisa em Psicologia - 66h; Psicologia ambiental - 66h; Psicologia da Adulter e Terceira Idade - 66h; Estatística (EAD) - 88h. - **Sub-Total: 352 horas.**

5º. Período: Psicopatologia I - 66h; Dinâmica de Grupo - 66h; Psicologia Clínica I - 66h; Estágio Básico I - 88h; Políticas Públicas (EAD) - 88h.**Sub-Total: 374 horas.**

5º. Período: Licenciatura:Historia da Educação, 66h; **Total: 66h**

6o. Período: Psicologia organizacional (EAD), 88h; Psicopatologia II,66hh; Psicologia clínica II, 66h; Técnicas Psicométricas, 66h; Estágio Básico II, 198h; **Total: 484 horas;**

6º. Período: Licenciatura:Didática, 66h; **Total: 66h**

7o. Período: Psicodiagnóstico, 66h; Psicologia clínica III, 66h; Técnicas Projetivas, 66h; Teorias e Técnicas Psicoterápicas, 66h; Psicoterapia Familiar, 66 h; **Total: 330 horas.**

7º. Período licenciatura: Psicologia e escola, 66h; Necessidades educacionais especiais e inclusão social, 66 h. **Total:132 horas**

8o. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – SAÚDE: Psicologia positiva, 66h; Psicologia comunitária, 66h; Psicofarmacologia, 66h; Neuropsicologia, 66h; Trabalho de conclusão de curso TCC- I , 66h **Total: 330 horas;**

8º. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO-PSICOSSOCIAL: Psicologia positiva,66h; Psicologia comunitária, 66h; Psicofarmacologia, 66h; Psicologia escolar, 66h; Trabalho de conclusão de curso TCC- I, 66h; **Total: 330 horas.**

8º. Período-LICENCIATURA: Políticas e legislação educacional brasileira 66h; Libras, 66h; Estágio Supervisionado I- didática e licenciatura na educação básica (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) - 120 h; **Total: 252 h**

9º. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO SAÚDE: Psicologia Hospitalar - 66h; Dependência Química e Adições Contemporânea - 66h; Optativa I (EAD) - 88h; Psicologia do Gênero e Atualidades - 66h; Estágio Específico I - 198h. - **Sub-Total: 484 horas.**

9º. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO-PSICOSSOCIAL: Psicologia Jurídica - 66h; Dependência Química e Adições Contemporâneas - 66h; Optativa I (EAD) - 88h; Psicologia do Gênero e Atualidades - 66h; Estágio específico I - 198 h. - **Sub-Total: 484 horas;**

9º. PERÍODO- LICENCIATURA: Projeto de diagnóstico e Intervenção na escola, 66h Gestão escolar, 66h; Estágio supervisionado II – didática e licenciatura nos cursos Técnicos e do Ensino superior- 180h. **Total: 312 horas**

10º. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – SAÚDE: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II - 66h; Língua Brasileira de Sinais - Libras - 66h; Optativa II (EAD) - 88h; Estágio Específico II, 220h; Empreendedorismo e Inovação, (EAD) - 88h. - **Sub-Total: 506 horas.**

10º. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – PSICOSSOCIAL: Trabalho de Conclusão de curso TCC II, 66h; Língua Brasileira de Sinais - Libras - 66h; Optativa II (EAD), 88h; Estágio curricular supervisionado específico II, 220h; Empreendedorismo e inovação, (EAD), 88h. - **Sub-Total: 506 horas;**

RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS:

DISCIPLINAS OPTATIVAS EM SAÚDE: English for the Job Market (EAD) - 88h; Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil (EAD) - 88h; Tópicos Especiais I (EAD) - 88h; Tópicos Especiais II (EAD) - 88h; Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (EAD) - 88h; Saúde do Trabalhador (EAD) - 88h; Cuidados Paliativos (EAD) 88h.

DISCIPLINAS OPTATIVAS EM PSICOSSOCIAL: English for the Job Market (EAD) - 88h; Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil (EAD) - 88h; Tópicos Especiais I (EAD) - 88h; Tópicos Especiais II (EAD), 88h; Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência (EAD) - 88h; Psicologia do trânsito (EAD) - 88h; Psicologia do Esporte (EAD) - 88h.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
EIXO I FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E HISTÓRICOS	Sociologia e Antropologia (66h), História e psicologia geral (66h), Filosofia e Ética (88h), Aspectos Psicossociais e culturais da Amazônia (66h), Relações étnicas e afrodescendência (88h)	Fundamentos que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
EIXO II FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS	Metodologia do Trabalho Científico (66h), Anatomia Fisiologia Humana (66h), Leitura, Interpretação e produção de texto (88h), Políticas Públicas (66h), LIBRAS (66h), English for the Job Market (88h), Psicologia Clínica I (66h), Psicologia Clínica II (66h), Psicologia Clínica III (66h), Psicologia Positiva (66h), Dinâmica de Grupo (66h)	Fundamentos que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
EIXO III PROCEDIMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E A PRÁTICA PROFISSIONAL	Psicologia experimental (66h), Pesquisa em psicologia (66h), Estatística (88h), Psicodiagnóstico (66h), Técnicas Psicométricas (66h), Técnicas Projetivas (66h), Teorias e técnicas psicoterápicas (66h), Psicofarmacologia (66h), TCC I (66h), TCC II, Cuidados Paliativos (88h), Psicoterapia Familiar (66h)	Garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional
EIXO IV FENÔMENOS E PROCESSOS PSICOLÓGICOS	Processos Psicológicos Básicos (66h), Psicologia da Aprendizagem (66h), Psicologia Infantil (66h), Psicologia da Personalidade (66h), Psicologia da adolescência (66h), Psicologia da Adulterez e terceira idade (66h), Neuropsicologia (66h), Psicologia do Gênero e atualidades (66h), Psicopatologia I (66h), Psicopatologia II (66h), Psicologia Social (66h), Psicologia Organizacional (88h),	Fenômenos que constituem classicamente o objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente.
EIXO V INTERFACES COM CAMPOS AFINS DO CONHECIMENTO	Neurociência (66h), Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (88h), Psicologia Ambiental (66h), Dependência química e adições contemporâneas (66h), Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil (88h), Saúde do trabalhador (88h), Psicologia do Esporte (88h), Psicologia do Trânsito (88h), Psicologia Jurídica (66h)	Para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.
EIXO VI PRÁTICAS PROFISSIONAIS	Estágio Básico I (88h), Estágio Básico II (198h), Estágio Específico I (198h), Estágio Específico II (198h), Psicologia Hospitalar (66h), Psicologia Comunitária (66h), Empreendedorismo e Inovação (88h), Tópicos Especiais I (88h), Tópicos Especiais II (88h)	Voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais afins.

1.4.1 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada,

orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação da IES, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação da nossa Instituição.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio do ambiente: digital@fametro.edu.br e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

- Ethics, Sustainability and Rights Human
- English of the Market Job
- Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
- Tópicos Especiais I
- Tópicos Especiais II
- Empreendedorismo e Inovação
- Psicologia do Gênero e Atualidades
- Dependência Química e Adições Contemporâneas
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contextos externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular



Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011)

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto *Currículos Inovadores no Ensino Superior* (2019), a figura abaixo inspira os movimentos de inovação curricular por nós adotados, a saber:

- ✓ A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.
- ✓ A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;
- ✓ A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão;
- ✓ A articulação constante entre teoria e prática;
- ✓ A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

1.5. Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Na IES, os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência deste PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a notatécnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

- ✓ PEFC: Programa de estímulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).
- ✓ Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.
- ✓ Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.
- ✓ Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinadas ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

1.6 Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade stricto sensu a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

- ✓ Saúde;
- ✓ Educação;
- ✓ Gestão;
- ✓ Tecnologia;
- ✓ Humanas;
- ✓ Biológicas;
- ✓ Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

- ✓ Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;
- ✓ Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa na IES;
- ✓ Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado da IES, poderão beneficiar outras mantidas que fazem parte do grupo IME/FAMETRO, ofertando uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais da IES, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação Stricto Sensu da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto: PEFC/Institucional: Projeto de Estímulo à Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egressos, consanguíneos, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

- ✓ Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

1.6.1 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também compreender a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de núcleos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, no interior dos núcleos, sendo finalizados quando o núcleo de estudos completa o seu ciclo.

Posto isto, a temática que nomeia o Núcleo, é, então, o tema gerador de um conjunto de problematizações que irão gerar as discussões e orientar os estudos a fim de culminar no desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar que deverá assegurar a integração de diferentes saberes frente a uma questão específica.

1.7 Matriz Curricular do curso de Graduação Bacharelado em Psicologia

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE PSICOLOGIA – ÊNFASE SAÚDE E PSICOSSOCIAL	
1º Período	Carga horária
Leitura, Interpretação e Produção de Texto (EAD)	88
Anátomo Fisiologia Humana	66
Sociologia e Antropologia	66
Historia e Psicologia Geral	66
Metodologia do Trabalho Científico	66
Subtotal	352
2º Período	Carga horária
Neurociência	66
Processos Psicológicos Básicos	66
Psicologia da Aprendizagem	66
Psicologia Infantil	66
Filosofia e Ética (EAD)	88
Subtotal	352

3º Período	Carga horária
Aspectos Psicossociais e culturais	66
Psicologia Experimental	66
Psicologia da Personalidade	66
Psicologia da Adolescência	66
Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (EAD)	88
Subtotal	352
4º Período	Carga horária
Psicologia Social	66
Pesquisa em Psicologia	66
Psicologia Ambiental	66
Psicologia da Aduldez e Terceira Idade	66
Estatística (EAD)	88
Subtotal	352
5º Período	Carga horária
Psicopatologia I	66
Dinâmica de Grupo	66
Psicologia Clínica I	66
Estágio Básico I	88
Políticas Públicas (EAD)	88
Subtotal	374
6º Período	Carga horária
Psicologia Organizacional (EAD)	66
Psicopatologia II	66
Psicologia Clínica II	66
Técnicas Psicométricas	66
Estágio Básico II	198
Subtotal	484
7º Período	Carga horária
Psicodiagnóstico	66
Psicologia Clínica III	66
Técnicas Projetivas	66
Teorias e Técnicas Psicoterápicas	66
Psicoterapia Familiar	66
Subtotal	330
8º Período – Ênfase Saúde	Carga horária
Psicologia Positiva	66
Psicologia Comunitária	66
Psicofarmacologia	66
Neuropsicologia	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Subtotal	330
8º Período – Ênfase Psicossocial	Carga horária
Psicologia Positiva	66

Psicologia Comunitária	66
Psicofarmacologia	66
Psicologia Escolar	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Subtotal	330
9º Período – Ênfase Saúde	Carga horária
Psicologia Hospitalar	66
Dependência Química e Adicções Contemporâneas	66
Optativa I (EAD)	88
Psicologia do Gênero e Atualidades	66
Estágio Específico I	198
Subtotal	484
9º Período – Ênfase Psicossocial	Carga horária
Psicologia Jurídica	66
Dependência Química e Adicções Contemporâneas	66
Optativa I (EAD)	88
Psicologia do Gênero e Atualidades	66
Estágio Específico I	198
Subtotal	484
10º Período – Ênfase Saúde	Carga horária
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	66
Trabalho de Conclusão de Curso II	66
Optativa II (EAD)	88
Estágio Específico II	198
Empreendedorismo e Inovação (EAD)	88
Subtotal	506
10º Período – Ênfase Psicossocial	Carga horária
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	66
Trabalho de Conclusão de Curso II	66
Optativa II (EAD)	88
Estágio Específico II	198
Empreendedorismo e Inovação (EAD)	88
Subtotal	506
Optativas	Carga horária
Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil	66
English for the Job Market	66
Tópicos Especiais I	66
Tópicos Especiais II	66
Relações Étnicas Raciais e Afrodescendência	66
Saúde do Trabalhador (Ênfase Saúde)	66
Cuidados Paliativos (Ênfase Saúde)	66
Psicologia do Esporte (Ênfase Psicossocial)	66
Psicologia do Trânsito (Ênfase Psicossocial)	66

RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Presenciais	3.124h
Disciplinas em EAD 19,69%	792h
Atividades Complementares	106h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	4.022h
Na carga horária total já estão incluídas:	
Estágio Supervisionado Obrigatório (Estágio Básico + Estágio Específico)	682h
Trabalho de Conclusão de Curso	132h
Optativa (2) cada uma com:	88h

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE PSICOLOGIA - LICENCIATURA	
5º Período	Carga horária
Historia da Educação	66
Subtotal	66
6º Período	Carga horária
Didática	66
Subtotal	66
7º Período	Carga horária
Psicologia e Escola	66
Necessidades Educacionais especiais e inclusão social	66
Subtotal	132
8º Período	Carga horária
Políticas e legislação educacional brasileira	66
Libras	66
Estágio Supervisionado I – didática e licenciatura na educação básica	120
Subtotal	252
9º Período	Carga horária
Projeto de diagnóstico e intervenção na escola	66
Gestão Escolar	66
Estágio Supervisionado II – didática e licenciatura nos cursos técnicos e do ensino superior	180
Subtotal	312
QUADRO RESUMO	
Disciplinas	528
Estagio Especifico obrigatório	300
Carga horaria Total	828

QUADRO RESUMO GERAL	
Graduação	4022
Licenciatura	828
Carga horaria Total	4850

1.8 Ementário e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º PERÍODO

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS - EAD

EMENTA: Leitura: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica: de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AIUB, Tânia (Org.) Português: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015 (Série Tekne)
2. LEÓN, Cleide Bacil; ILHESCA, Daniela Duarte; SILVA, Débora Muller da [et.al.] Comunicação e expressão. Curitiba: Intersaberes, 2013 (Série Por dentro do Texto)
3. GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, José Augusto. Gramática superior da língua portuguesa. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2014
2. CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lílian Ghiurro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011 (Série A reflexão e a prática no ensino, 3)
3. HAUY, AminiBoainain. Gramática da língua portuguesa padrão. São Paulo: EDUSP, 2015 (Didática, 5)
4. KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011
5. PINKER, Steven. Guia de escrita: como conceber um texto com clareza, precisão e elegância. São Paulo: Contexto, 2016

ANATOMO FISIOLOGIA HUMANA

EMENTA: Introdução à Anatomia Humana (morfologia, topografia das estruturas, planos e eixos). Inter-relações da Fisiologia com a Psicologia com ênfase em suas expressões clínicas psicossomáticas. Nomeação e descrição as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano. Exploração do sistema locomotor (sistemas muscular, esquelético e articular) e da esplancnologia: sistema respiratório, circulatório, digestório supra diafragmático e infradiafragmático, urinário-genital. Abordagem sobre o circuito neural: sistema nervoso central e periférico, sistema tegumentar e endócrino. Fundamentação da biofísica dos fenômenos celulares e fisiologia dos sistemas orgânicos.

Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; sistema respiratório; sistema excretor; sistema endócrino; sistema neuromuscular; sistema digestório. Abordagem sobre bioenergética, osmose, pressão osmótica, equilíbrio de Gibbs-Donnan. Estudo do transporte através de membranas, regulação ácido-base, radio biologia. Desenvolvimento de prática laboratorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTANZO, Linda S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
2. GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. PAULSEN, F.; WASCHKE, J. Sobotta, atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. v.1. 23.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOUGLAS, Carlos Roberto. Tratado de fisiologia aplicada às ciências médicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006
2. AIRES, Margaria de Mello. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
3. LIMA, Alice Gonçalves (Org.) Fisiologia humana. São Paulo: Pearson, 2016 (***Biblioteca virtual. Livro eletrônico***)
4. RAFF, Hershel; LEVITZKY, Michael. Fisiologia médica: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2013
5. RUIZ, Cristiane Regina. Anatomia humana básica para estudantes da área de saúde. São Paulo: Difusão, 2021 (***Biblioteca virtual. Livro Eletrônico***).

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EMENTA: O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. As perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KESSING, Roger M.; STRATHERN, Andrew J. Antropologia cultural: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
2. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2016
3. SANTOS, Pedro Antônio dos. Fundamentos de sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2016

2. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012
3. GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2011
4. GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008 (***Biblioteca virtual. Livro eletrônico***)
5. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HISTÓRIA E PSICOLOGIA GERAL

EMENTA: Evolução da ciência psicológica: as origens epistemológicas e o surgimento da Psicologia científica. A Psicologia como ciência do comportamento e dos processos mentais: objeto e métodos. As grandes escolas psicológicas. História da psicologia no Brasil. As tendências da atualidade. A relação da Psicologia com as outras ciências. Principais atividades do psicólogo e seus campos de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRAGHIROLL, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia geral. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
2. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia, 14.ed. São Paulo: Saraiva. 2008
3. SCHLTZ, Duane P.; SCHLTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DAVIDOF, Linda, L. Introdução à Psicologia. 3.ed. São Paulo: Editora Pearson, 2000.
2. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017
3. JACO-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. História da psicologia: rumos e percursos. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2015 (Col. Ensino da Psicologia)
4. MORRIS, Charles G.; MAISTO, Albert A. Introdução à psicologia. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2004 (***Biblioteca virtual. E-book***)
5. ESCORSIN, Ana Paula. Psicologia e desenvolvimento humano. Curitiba: Intersaberes, 2016 (***Biblioteca virtual. E-book***).

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos,

Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica. Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e Comunicações Orais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
2. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos). 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3.ed. Porto Alegre: Penso, 2014
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. (Planejamento e execução de pesquisa. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados). 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
4. MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. Metodologia de pesquisa. São Paulo: Contentus, 2020 (*Biblioteca virtual. Livro eletrônico*)
5. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

2º PERÍODO

NEUROCIÊNCIA

EMENTA: Aspectos históricos e avanços das neurociências e suas repercussões na Psicologia. Cérebro e comportamento. Anatomia e desenvolvimento do Sistema nervoso. Células nervosas, neurotransmissores à cognição. A cognição e o córtex. Função executiva e atenção, Percepção, Linguagem, memória e emoções. Alterações e lesão cerebral. Noções básicas das síndromes neurológicas e psicológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FUENTES, Daniel; MALLY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Cândida H. Pires; CONSENZA, Ramon Moreira. Neuropsicologia: teoria e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. KANDEL, Eric; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomas M. [et al.]. Princípios de Neurociências. 5.ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

3. MACHADO, Angelo B. M.; HAETEL, Lucia Machado. Neuroanatomia funcional. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
2. MIOTO, Eliane Correa; LUCIA, Maria Cristina Souza de; SCAFF, Milberto. Neuropsicologia clínica. 2.ed. São Paulo: Roca, 2017.
3. KREBS, Claudia; WEIBERG, Joanne; AKESSON, Elizabeth. Neurociências ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. ANTONIO, Vanderson Esperidião (Edit.) Neurociências: diálogos e interseções. Rio de Janeiro: Rubio, 2012
5. STERNBERG, Robert J.; STERNBERG, Karin. Psicologia Cognitiva. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS

EMENTA: Conceitos básicos: linguagem, emoção, inteligência, percepção, afeto, memória, atenção, consciência, pensamento, conduta, motricidade. A complementaridade existente entre as abordagens biológica, psicológica e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRAGHIROLL, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia geral. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015
2. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia, 14.ed. São Paulo: Saraiva. 2008
3. WEIYEN, Wayne. Introdução à psicologia: temas e variações.3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MORRIS, Charles G.; MAISTO, Albert A. Introdução à psicologia. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2004 (*Biblioteca virtual. E-book*)
2. ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. Psicologia: introdução aos princípios básicos do comportamento. 15.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d
3. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. PIAGET, Jean. A psicologia da inteligência. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
5. _____. Seis estudos de psicologia. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

EMENTA: A aprendizagem: Conceito e características, a importância da aprendizagem. Comportamento inato e aprendido. Teorias da aprendizagem: Condicionamento e aprendizagem. Teoria clássica da Gestalt. Teoria Psicodinâmica da aprendizagem. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem: Piaget. Desenvolvimento cultural e aprendizagem: Vygotsky. Desenvolvimento integral e aprendizagem: Wallon. Humanismo e aprendizagem: Rogers. Construtivismo e aprendizagem: Emilia Ferreiro. Motivação e os processos de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da aprendizagem: da teoria, do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2017
2. FONSECA, Vitor da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
3. PALANGANA, IsildaCampaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: a relevância do social. 6.ed. São Paulo: Summus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
2. CAMARA, Suzana Aparecida dos Santos. Psicologia da aprendizagem. São Paulo: Pearson, 2015 (*Biblioteca virtual. E-book*)
3. ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos. 17.ed. São Paulo: Papyrus, 2012.
4. ROTTA, NewraTellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
5. AZEVEDO, Antonia Cristina Peluso de (Org.) Dificuldades de aprendizagem: procedimentos de diagnóstico e intervenção. São Paulo: Alínea, 2015.

PSICOLOGIA INFANTIL

EMENTA: Desenvolvimento pré-natal: da concepção até o nascimento, desenvolvimento cerebral, motor e sensorio/percepção. Desenvolvimento da linguagem, Desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Desenvolvimento psicosssexual: a teoria de Freud. Desenvolvimento cognitivo: Piaget e Bruner. Desenvolvimento moral: os estudos de Kohlberg. Teorias contemporâneas: Teoria de René Spitz. Teoria do apego de Bowlby. Desenvolvimento infantil em Winnicott. Psicoterapia infantil: técnicas do brinquedo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEE, Helen; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento.12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

2. MARTORELL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014 (Série A).
3. PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. São Paulo: AMGH, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
2. DESSEN, Maria Auxiliadora; MACIEL, Diva (Orgs.) A ciência do desenvolvimento humano: desafios para a psicologia e a educação. Curitiba: Juruá, 2014
3. LOPES, Fábio Oncona; CAMPOS JUNIOR, Dioclécio. Tratado de pediatria. 4.ed. São Paulo: Manole, 2017 2vs.
4. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques; ROSSATO, Geovanio. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Contexto, 2017
5. QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia do desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

FILOSOFIA E ÉTICA - EAD

EMENTA: Fundamentos da Filosofia: Filosofia, Ética e Moral; A questão do conhecimento e da argumentação. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais. Ética aplicada: As questões da ética aplicada nos negócios empresariais; A crise moral nas organizações. A argumentação moral nas organizações; Responsabilidade Social e Moral. Ética profissional e o código de ética profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
3. FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Ética e direitos: ensaios críticos. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Ética. 2.ed. São Paulo: Pearson, 2020 **(Biblioteca virtual. Livro eletrônico)**
2. ARANHA, Maria Lucia Arruda. Filosofando: introdução à filosofia. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2015.
3. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 3.ed. São Paulo: 34, 2010.
4. GALLO, Sílvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 20.ed. São Paulo: Papirus, 2012.

5. QUINTANA, Fernando. Ética e política: da antiguidade à contemporaneidade. São Paulo: Atlas, 2014.

3º PERÍODO

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS

EMENTA: Territorialidade e povos tradicionais. Indígenas, caboclos, quilombolas, coletores e seus processos identitários. Resistências culturais e políticas de Migração e imigração. Fronteiras entre o rural e o urbano. Unidades de conservação, conflitos ambientais, movimentos sociais e políticas públicas. Práticas sociais e de saúdes contextualizadas – Os desafios do SUS e do SUAS no território nacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016
2. DONISETE, Luís; GRUPIONI, Benzi (Orgs.) Índios no Brasil. São Paulo: Global, 2011
1. PINHEIRO, Wallace Meirelles. Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Valer, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GONÇALVES, Maria da Graça M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010 (Construindo o Compromisso Social da Psicologia)
2. STREY, Marlene Neves (Org.) Psicologia social contemporânea: livro-texto. 21.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018
3. BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Valer, 2007
4. LEITE, Maria Jorge dos Santos. Movimento social quilombola: processos educativos. Curitiba: Appris, 2016
5. STELLA, Claudia (Org.) Psicologia comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Ementa: Bases filosóficas e epistemológicas da Psicologia enquanto ciência experimental. Aspectos históricos antecedentes ao Behaviorismo Metodológico e Radical. Análise do Comportamento: Respondente e operante. Esquema de reforços. Contingências e Metacontingências. Abordagem experimental dos processos básicos. Instrumentos, registro

e prática em Psicologia Experimental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LOMBARD-PLATET, V. L. V. Psicologia experimental: Manual teórico e prático de análise do comportamento. 5. ed. São Paulo: Edicon, 2015.
2. MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto. Princípios básicos de análise do comportamento. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
3. KANTOWITZ, Barry H.; ROEDIGER II, Henry L.; ELMES, David G. Psicologia experimental: psicologia para compreender a pesquisa em psicologia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SKINNER, B. F. Ciência e Comportamento Humano. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
2. CABALLO, Vicente E. Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. 2.ed. São Paulo: Santos, 2007
3. COELHO, Wilson Ferreira (Org.) Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Pearson, s.d.(*Biblioteca virtual. E-book*)
4. MAIA, ChrstianeMartinatti. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, s.d.(*Biblioteca virtual. E-book*)
5. SKINNER, B. F.; HOLLAND, James Gordon. A análise do comportamento. São Paulo: EPU, 1992.

PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE

Ementa: Introdução ao estudo da Personalidade: História e Conceitos Básicos. Relação entre aspectos psicológicos, biológicos e socioculturais no desenvolvimento e na dinâmica da personalidade.Principais teorias: Psicodinâmicas; Humanistas/Existenciais; Cognitivistas; Evolucionistas, Fatoriais e de Traço. Principais técnicas de investigação da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARLOW, David H (Org.). Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016
2. BECK, Aaron T.; DAVIS, Denise D.; FREEMAN, Arthur. Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. FEIST, Jss; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. Teorias da personalidade. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHENIAUX, Elie. Manual de psicopatologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. COSTA, Gley P. [et.al.] A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015
3. FIRST, Michael B.; WILLIAMS, Janet B. W.; KARG, Rhonda S.; SPITZER, Robert T. Entrevista clínica estruturada para os transtornos do DSM-5: SCID-5-CV (versão clínica). Porto Alegre: Artmed, 2017
4. O'DONOHUE, William; FOWLER, Katherine A.; LILIENFELD, Socott O. (Orgs.) Transtornos de personalidade: em direção ao DSM-V. São Paulo: Roca, 2010
5. SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. Teorias da personalidade. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA

Ementa: Conceitos histórico-culturais do adolescer. Fundamentos biológicos, psicodinâmicos, cognitivos e sociais. Inserções familiares, sociais e culturais. Gênero, afetividade e sexualidade. Corpo e autoimagem. Construção identitária e subjetiva. Protagonismo social. Escolarização, trabalho e carreira. Violência e comportamentos de risco. ECA e os direitos do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTORELL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014 (Série A).
2. PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. São Paulo: AMGH, 2013.
3. CLOUTIER, Richard; DRAPEAU, Sylvie. Psicologia da adolescência. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CORREIA, Andréia Lígia Vieira; GONZAGA, Katherine Rozy Vieira. Comportamento adolescente: rebeldia ou doença? Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009
2. BERGER, Kathleen stassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
3. DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
4. OUTEIRAL, José; MOURA, Luiza; SANTOS, Stela dos. Adultecer. Rio de Janeiro: Revinter, 2008
5. DELAROCHE, Patrick. Psicanálise do adolescente. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE- EAD

EMENTA: Visão histórica e os conceitos ambientais. O paradigma do Desenvolvimento Sustentável. A Inovação e a Responsabilidade Socioambiental como estratégia de competitividade. Políticas públicas e responsabilidade socioambiental. A preservação do meio ambiente e recursos naturais da Amazônia. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MILLER JÚNIOR, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012
2. PHILLIPI JR, Arlindo. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014 (Coleção Ambiental)
3. TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PHILLIPI JR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: Manole, 2018 (Coleção Ambiental)
2. CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012
3. DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010
4. ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2015
5. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo; CALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Vigilância em saúde ambiental e sanitária. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

4º PERÍODO

PSICOLOGIA SOCIAL

EMENTA: Desenvolvimento histórico da psicologia Social. Principais teóricos da Psicologia social. Psicologia social cognitiva e seus paradigmas. Interação social: comportamentos, pensamentos, afetos e emoções. Conceitos e características da Psicologia social: identidade pessoal e social, papéis sociais, atitudes, estereótipos, preconceitos, discriminação, representações sociais, grupos, percepção social, fenômenos sociais de massa. Psicologia Social crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MYERS, David. G. Psicologia social. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014
2. ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. Psicologia social. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015

3. SPINK, Mary Jane P. Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CRISP, Richard J; TURNER, Rhiannon N. Psicologia social essencial. Rio de Janeiro: LTC, 2013
2. AMATUZZI, Mauro M.; ECHEVERRIA, Daniella F.; BRISOLA, Elizabeth B. V.; GIOVELLI, Letícia N. Psicologia na comunidade: uma experiência. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013
3. SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (Orgs.) Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Salinas, 2017
4. LIMA, Alúcio Ferreira. (Org.) Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina. 2012.
5. RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. Psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2016 (Manuais Acadêmicos).

PESQUISA EM PSICOLOGIA

EMENTA: A pesquisa em psicologia e suas especificidades. Construção, aplicação e avaliação de instrumento de pesquisa para observação indireta. Instrumento de avaliação pesquisa-intervenção. Análise de dados dos instrumentos de pesquisa e intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2016
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. 5.ed. São Paulo: Alínea, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BICUDO, Maria aparecidaVigginai (Org.) Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 2011
2. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014
3. MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016 (Série Manuais Acadêmicos)
4. BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um

manual prático. 13.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

5. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PSICOLOGIA AMBIENTAL

EMENTA: Evolução da psicologia ambiental: conceitos, teorias, aplicações. Aprofundamento dos conceitos da psicologia ambiental. Estudo da relação entre a psicologia e a interação do indivíduo com seu ambiente. Teorias e aplicações da psicologia ambiental ao contexto atual. A relação homem-ambiente. Qualidade de vida. Ocupação de espaços florestais, invasões e palafitas. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Rio de Janeiro: Vozes. 2011
2. HESS, André Felipe. Psicologia ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011
3. ROSA, André Henrique; FRACETTO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (Orgs.) Meioambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012
2. MILLER JUNIOR, G. Tyler. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012
3. ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2015
4. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004
5. TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. Fundamentos de ecologia. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PSICOLOGIA DA ADULTEZ E TERCEIRA IDADE

EMENTA: A adultez e a terceira idade entendidas como fases significativas do desenvolvimento humano. Suas características e crises típicas. A Psicodinâmica da adultez. Aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e espirituais. O idoso e núcleo familiar. Aposentadoria. Direito do idoso. Sexualidade na 3ª idade. Processos demenciais. Psicoterapia na terceira idade. A velhice e o morrer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGER, Kathlenn Stassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade.

9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

2. FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia. Tratado de geriatria e gerontologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
3. QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia e desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CORDIOLI, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 3.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. São Paulo: AMGH, 2013
3. POPOV, Débora Cristina F. Gerontologia e geriatria: aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos.)
4. MALLOY-DINIZ, Leandro F.; FUENTES, Daniel; COSENZA, Ramon M (Orgs.) Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional. Porto Alegre: Artmed, 2013
5. RAMOS, Luiz Roberto; CENDOROGLO, Maysa Seabra. Geriatria e gerontologia. 2.ed. São Paulo: Manole, 2011.

ESTATÍSTICA- EAD

EMENTA: Universo da ciência estatística e suas aplicações no contexto do mundo dos negócios; estudo dos principais conceitos e medidas de estatística descritiva; construção e análise de gráficos e tabelas com ferramentas computacionais; números índices; parâmetro e estimador; distribuições de probabilidade; amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VIEIRA, Sônia. Estatística básica. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
2. VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
3. LARSON, Ron. Estatística aplicada. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BONORA JUNIOR, Dorival. Estatística básica. São Paulo: Ícone, 2019 (***Biblioteca virtual. Livro eletrônico***)
2. FONSECA, Jiara Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 2015

3. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011
4. MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
5. MOORE, David S.; NOTZ, William L.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e sua prática. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

5º PERÍODO

PSICOPATOLOGIA I

EMENTA: História da psicopatologia. Conceito de psicopatologia. Evolução do conhecimento psicopatológico. O normal e o patológico. Anamnese e a entrevista clínica. As alterações das funções psíquicas. A reforma psiquiátrica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIATION PSIQUIATRICA AMERICAN. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo: Cengage Learning. 2015.
3. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015
2. World Health Organization Geneva (WHO). Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID -10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993
3. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
4. FREUD, Sigmund. O ego e os mecanismos de defesa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
5. WHITBOURNE, S.K.; HALGIN, R.P. Psicopatologia: perspectivas clínicas do transtorno psicológico. Trad. Maria Cristina Monteiro. 7.ed. São Paulo: AMGH, 2015

DINÂMICA DE GRUPO

EMENTA: Fundamentos em dinâmica de grupo. Tipos de grupos. Papeis e identidades grupais. Avaliação do processo grupal. Técnicas de dinâmica de grupo. Grupos em Instituições e Organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDREOLA, Balduino A. Dinâmica de grupo: jogo de vida e didática do futuro. 28.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
2. MAILHIOT, G.B. Dinâmica e gênese dos grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
3. AFONSO, Maria Lucia M. Oficinas em dinâmicas de grupo: um método psicossocial. 3.ed. Belo Horizonte: Artesã, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BORGES, Geovanna Leal. Dinâmicas de grupo: redescobrimos valores. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
2. MINICUCCI, A. Dinâmica de grupo. Teoria e Sistemas. São Paulo: Atlas, 2009.
3. BEAUCLAIR. Dinâmica de grupos: Metodologia de Oficinas Psicossocioeducativas. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
4. FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmica de grupo. 2vs. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
5. MOREIRA, L. Dinâmicas de grupo e oficina. 3.ed. Salvador: EDUFBA, 2011

PSICOLOGIA CLÍNICA I

EMENTA: A teoria psicanalítica de Sigmund Freud - Fundamentos históricos e epistemológicos da teoria. Neurose, psicose e perversão. Setting terapêutico; insight, transferência, contratransferência, associação livre; principais teóricos contemporâneos; psicoterapia com abordagem psicanalítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, Gley P. **A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. JUNG, Carl Gustav. A prática da psicoterapia. 16.ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2012.
3. SANTOS, Moisés do Vale dos. Introdução à teoria psicanalítica: Freud, psicanálise e conceitos. Curitiba: Juruá, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. **CORDIOLI**, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. LAPLANCHE & PONTALLIS. Vocabulário de psicanálise. São Paulo: Martins fontes, 2016.
3. FREUD, Sigmund. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, s.d.

4. _____. O mal estar da civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936). v.18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
5. ZIMERMAN, David E. Manual de técnica psicanalítica. Porto Alegre: Artmed, 2008

ESTÁGIO BÁSICO I

EMENTA: Ética na profissão. A atuação do profissional. Desenvolvimento da escuta e observação clínica. Técnicas de entrevista. Principais áreas de atuação do psicólogo. Diretrizes de elaboração de relatório e plano de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. BRÍGIDO, M. A. S. Entrevista psicológica. Curitiba: Appris, 2015.
3. OLIVEIRA, M. M. Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. WHITBOURNE, Susana Kraus; HALGIN, Richard P. Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos. 7.ed. Porto Alegre: Artmed. 2015.
2. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
3. MORRISON, J. Entrevista inicial em saúde mental. Porto Velho: Artmed, 2009.
4. ROMARO, R. A. Ética na psicologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
5. BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo. Cengage Learning, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS- EAD

EMENTA: As políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde (SUS); Histórico da reforma sanitária; A constituição do campo da Saúde Coletiva e o desenvolvimento do processo de construção do SUS; as redes de atenção à saúde e saúde mental; Mecanismos de referência e contra-referência, interdisciplinaridade, intersetorialidade, acolhimento, e vigilância em saúde. Subsistema de saúde indígena. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS); LOAS. O CRAS e o CREAS; O psicólogo na assistência social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AGUIAR, Zenaide Neto. SUS - Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19/09/1990. Sistema Único de Saúde (SUS).
3. CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) O Psicólogo e As Políticas Públicas de Assistência Social. Rio de Janeiro: vozes, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Lei orgânica de assistência social.
2. CORREA, Maria Juliana Moura; PINHEIRO, Tarcísio Marcos Magalhães; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs). Vigilância em saúde do trabalhador no SUS: teorias e práticas. São Paulo: COOPMED, 2013.
3. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).
4. Malfatti, Carlos Ricardo Maneck; SOARES, Kelly Cristina Nogueira. Promoção da saúde: atuação interdisciplinar em inovação e políticas públicas. Curitiba: Appris, 2017.
5. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Iátria, 2014.

6º PERÍODO

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL - EAD

EMENTA: O trabalho e os trabalhadores: uma visão histórica. Cultura, Clima e Comportamento Organizacional. Comportamento humano no trabalho, influências culturais, étnicas e regionais. Recrutamento, Seleção, Treinamento, Cargos e Salários, Diagnóstico organizacional. Liderança. Motivação. Avaliação de desempenho. Gestão de pessoas. Ações interdisciplinares, intervenções individuais e grupais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ROTHMANN, I.; COOPER, C. Fundamentos de psicologia organizacional e do Trabalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
2. SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2010.
3. ZANELLI. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BANOVA, Márcia Regina. Recrutamento, seleção e competências. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
2. CASTRO, Luciana. Psicologia organizacional: 400 questões com gabarito comentado. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
3. FIORELLI, José Osmir. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2014
4. MORIN, Estelle M.; AUBÉ, Caroline. Psicologia e gestão. São Paulo: Atlas, 2009
5. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2018

PSICOPATOLOGIA II

EMENTA: Do sintoma à síndrome. Síndromes e transtornos psiquiátricos. Manuseio DSM-5 e CID 10..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIATION PSIQUIATRICA AMERICANA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo. CengageLearning, 2015.
3. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Porto Alegre: Artmed, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. COSTA, G. P. A Clínica de Psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
5. WHITBOURNE, S.K.; HALGIN, R.P. Psicopatologia: perspectivas clínicas do transtorno psicológico. Trad. Maria Cristina Monteiro. 7.ed. São Paulo: AMGH, 2015.

PSICOLOGIA CLÍNICA II

EMENTA: História e fundamentação empírica e teórica da Terapia Cognitivo comportamental; Apreciação crítica da eficácia e aspectos éticos da TCC. As Técnicas psicoterápicas

cognitiva-comportamentais. Tratamento cognitivo-comportamental dos transtornos psicológicos. A relação terapêutica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BECK, J, Terapia cognitiva comportamental- teoria e pratica 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. COSTA, A. J.; MOURA, R.; HAASE, V. G. Compêndio de Testes Neuropsicológicos. Atenção, Funções Executivas e Memória. São Paulo: hogrefe, 2017
3. RANGÉ, Bernard (org.) Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. CORDIOLI, A.V. Psicoterapias: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
3. NUNES, M.A; et al. Transtornos alimentares e obesidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. DSTERNBEERG, R. J. Psicologia cognitiva. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
5. ASSOCIATION PSIQUIATRIC AMERICAN. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

TÉCNICAS PSICOMÉTRICAS

EMENTA: Introdução ao exame psicológico. Funções e origens dos testes: psicometria clássica e a atual. A medida em psicologia: possibilidades e limites. Conceitos básicos de psicometria: precisão, padronização, validade e fidedignidade. Escalas de avaliação psicológica. A importância do desenvolvimento de estudos normativos para a população brasileira e/ou regional. Aspectos culturais e étnicos na testagem psicológica. Adaptação e validade dos testes. A diferença entre testes projetivos e testes psicometricos, testes gráficos e não gráficos. Testes psicológicos: aplicação, correção e avaliação. Organização de baterias. A ética no exame psicológico. SATEPSI

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HUTZ, Cláudio. S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016
2. LINS, M.R.C.; BORSA, J.C. Avaliação Psicológica. Aspectos Teóricos e Práticos Rio de Janeiro: Vozes, 2017
3. PASQUALI, Luis. Instrumentação Psicológica: fundamentos e pratica. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANASTASI, A, URBINA, S. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
2. COSTA, A. J.; MOURA, R.; HAASE, V.G. Compêndio de Testes Neuropsicológicos. Atenção, Funções Executivas e Memória. São Paulo: hogrefe, 2017.
3. CUNHA, Jurema Aalcides. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2011
4. ERTHAL, T.C. Manual de psicometria. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009
5. PASQUALI, Luis. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ESTÁGIO BÁSICO II

EMENTA: Desenvolvimento da escuta e observação clínica. Produção do relatório e plano de estágio. Acompanhar as atividades laborais desenvolvidas pelos psicólogos nas diversas áreas. Realização de atividades psicoeducativas. Elaboração de anamnese e triagem de pacientes sob orientação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: ARTMED, 2010
2. OLIVEIRA, M.M. Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2010
3. RIBEIRO, J. R. Psicoterapia: Teorias e Técnica Psicoterápicas. São Paulo: Summus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. CORDIOLI, A.V. Psicoterapias: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
3. COSTA, G. P. A Clínica de Psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. BARLOW, D.H. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 4. ed. São Paulo: Cengagelearning, 2011.
5. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

7º PERÍODO

PSICODIAGNÓSTICO

EMENTA: Fundamentos do Psicodiagnóstico: objetivos e tipos. O contato com o paciente,

entrevistas e o Exame Mental. O processo diagnóstico e seu plano de avaliação. Testes, métodos e técnicas. Psicodiagnóstico Interventivo. Documentos psicológicos e a devolutiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANCONA-LOPES, Silvia (Org.) Psicodiagnóstico interventivo: evolução de uma prática. São Paulo: Cortez, 2018
2. CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYQUIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. OCAMPO, Maria Luisa. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
3. ARZENO, M. E. G. Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições. Porto Alegre: Artmed, 1995.
4. CAMOS, Dinah Martins de Souza. O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade. São Paulo: Vozes, 2014.
5. McWILLIAMS, Nancy. Diagnóstico psicanalítico: entendendo a estrutura da personalidade no processo clínico. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

PSICOLOGIA CLÍNICA III

EMENTA: A Fenomenologia Transcendental de Husserl, a Hermenêutica de Heidegger com seus desdobramentos na Daseinanalyse e o Existencialismo de Sartre. O fazer psicoterápico de base fenomenológico-existencial. A Gestalt-Terapia de Perls e a clínica do contato.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de.; PROTASIO, Mirian Moreira (Orgs.) Situações clínicas I: análise fenomenológica de discursos clínicos. Rio de Janeiro: IFEN, 2015.
2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de. Existência & Psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.
3. FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Situações clínicas em Gestalt-Terapia. v.6. São Paulo: Summus, 2019. (Coleção Gestalt-terapia: fundamentos e práticas).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. EVANGELISTA, Paulo Eduardo Rodrigues Alves. Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger. Curitiba: Juruá, 2016
2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de (Org). A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial. 2.ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2010.
3. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de; Lessa, Maria bernadete. (Orgs.). Psicopatologia: fenomenologia, literatura e hermenêutica. Rio de Janeiro: IFEN, 2016.

4. FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Gestalt-Terapia: Fundamentos Epistemológicos e Influências Filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.
5. SANTOS, José Henrique. Do empirismo à fenomenologia: a crítica do psicologismo nas investigações lógicas de Husserl. Rio de Janeiro: Loyola, 2010

TÉCNICAS PROJETIVAS

EMENTA: Histórico e conceito de projeção. Os tipos de testes projetivos: gráficos, estruturais e temáticos. Caracterização, utilização e fundamentação teórica das técnicas projetivas. Importância e normatização das técnicas projetivas. Aplicação, correção, análise e relatório dos testes HTP e Palográfico. Aspectos éticos. Limitações dos testes projetivos. Elaboração de laudos psicológicos por meio do uso dos testes projetivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARROSO, Sabrina Martins; SCORSOLLINI-COMIN, Fabio; NASCIMENTO, Elizabeth do. Avaliação Psicológica: da teoria às aplicações. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
2. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade. 47. ed. São Paulo: VOZES, 2014. (Disponível na editora)
3. COHEN, Ronald Jay; SWERDLIK, Mark E.; STRUMAN, Edward D. Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALCHIERI, João Carlos; CRUZ, Roberto Moraes; SARDÁ, Jamir João. Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional. 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011 (*Biblioteca Virtual. E-book*)
2. URBINA, Susan. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2007
3. NUNES, Maria Lúcia Tiellet (Org.) Técnicas projetivas com crianças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010(*Biblioteca Virtual. E-book*)
4. RETONDO, M. F. N. G. Manual prático de avaliação do HTP (casa-árvore-pessoa) e Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
5. VILLEMOR-AMARAL, Ana Elisa de; WERLANG, Bianca. Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica. São Paulo: Casapsi, 2008.

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS

EMENTA: Fundamentos teórico-práticos das principais psicoterapias. Terapia breve e focal. Psicoterapia de apoio e Acompanhamento Terapêutico. Terapia Interpessoal. Base do trabalho em grupoterapia. Intervenção em crise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CORDIOLI, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
2. FIORINI, Hector Juan. Teoria e técnica de psicoterapias. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

3. RIBEIRO, Jorge Ponciano. Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas. 2. ed. São Paulo: Summus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BORGES, Edson Sá. Psicologia clínica hospitalar: trauma e emergência. São Paulo: Vetor, 2009.
2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo de. A prática da psicoterapia. São Paulo: Pioneira, 2010.
3. FERREIRA-SANTOS, Eduardo. Psicoterapia breve: abordagem sistematizada de situações de crise. 5.ed. São Paulo: Ágora, 2013
4. MELO, Wilson Vieira (Org.) A prática das intervenções psicoterápicas: como tratar pacientes na vida real. Novo Hamburgo: Synopsis, 2019
5. MALAN, David. Psicoterapia dinâmica intensiva breve: um método inovador. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PSICOTERAPIA FAMILIAR

EMENTA: Concepções históricas de família. Tipos, estruturas e dinâmicas familiares. União, casamento e separações. Relações extraconjugais, recasamento e casais homossexuais. Sexo e intimidade. Relações entre irmãos. Conceitos básicos e evolução das abordagens em psicoterapia familiar. Modelos psicanalítico, comportamental, experiencial, intergeracional e sistêmico. Intervenções conjugais e familiares. Questões de gênero na terapia familiar e de casal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TEODORO, Maycoln L.; BAPTISTA, Makelim Nunes. Psicologia de família. Porto Alegre: Artmed, 2020.
2. MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge. O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social. São Paulo: Roca, 2012.
3. OSORIO, Luiz Carlos. Manual de terapia familiar. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DATTILIO, Frank M. Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias. Porto Alegre: Artmed, 2011
2. WAGNER, Adriana. Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011
3. MINUCHIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. Família e casais: do sintoma ao sistema. Porto Alegre: Artmed, 2009.
4. OSORIO, Luiz Carlos. Manual de terapia familiar. Vol. 1. Porto Alegre: Artmed, 2009.
5. CARTER, Betty. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PSICOLOGIA POSITIVA (ÊNFASE EM SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Aspectos históricos da psicologia positiva, bases teóricas, conceitos e temas de estudo na área, campo de atuação. Métodos de intervenção e avaliação e perspectivas futuras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HUTS, C. S. Avaliação em Psicologia Positiva. Artmed: Porto Alegre, 2014.
2. SELIGMAN, M. E. P. & CAPELO, N. Felicidade autêntica: use a Psicologia Positiva para alcançar todo potencial. Rio de Janeiro. Objetiva. 2019.
3. CORRÊA, Andrea Perez (Org.) Psicologia positiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Leader, 2016. (Coletânea Biblioteca Positiva)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAMINE, S. Psicologia Positiva: por que só 20% de alunos e indivíduos alcançam seu verdadeiro potencial e como você pode alcançar o seu. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
2. DELLAGLIO, D. D., KOLLER, S. H., & YUNES, M. A. Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: casa do Psicólogo, 2010.
3. SEIBEL, B. L. Psicologia Positiva: Teoria, pesquisa e intervenção. Uruá: Rio de Janeiro, 2016.
4. SELIGMAN, M. E. P. LOPES, C. P. Florescer. Objetiva: Rio de Janeiro, 2011.
5. SNYDER, C. R., LOPEZ, S. J. Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Artmed: Porto Alegre, 2008.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Psicologia Comunitária: origem histórica e definição; articulação com outros campos de saberes-práticas. Abordagens teórico-práticas do conceito de comunidade. A problemática da comunidade no mundo contemporâneo. Instituições sociais; Novo paradigma da prática profissional; Psicologia comunitária no Brasil e Amazonas; papel do psicólogo comunitário e sua relação com a comunidade. Planejamento, elaboração e avaliação de projetos comunitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, R. L. Ciências humanas e complexidades projetos, métodos e técnicas de pesquisa. Juiz de Fora: EDUFJF, 2012.
2. BLEGER, José. Psico-higiene e psicologia institucional. Porto Alegre: Artmed, 2010.

3. STELLA, C. Psicologia comunitária: contribuições teóricas encontros e expectativas. Rio de Janeiro: Vozes. 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SARRIERA, Jorge Castella. Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2017.
2. SMITH, Jonas A. Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2020
3. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
4. FERREIRA, R. C. Psicologia social e comunitaria: fundamentos, intervenções e transformações. São Paulo: Érica, 2014.
5. CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 14.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PSICOFARMACOLOGIA (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Fundamentos da psicofarmacologia. Princípios do tratamento farmacológico. Neuroquímica e psicofarmacoterapia. Psicofármacos e seus mecanismos de ação. Terapêutica farmacológica atual nos diferentes quadros psicopatológicos. Aspectos dos tratamentos associados. Trabalho interdisciplinar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. STAHL, S. M. Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e Aplicação práticas. 4.ed. rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
2. SADOCK, B. J., SADOCK, V. A., RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016
3. SHATZBERG, A. F., DEBATTISTA, C. Manual de Psicofarmacologia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTR

1. BEATTIE. M. Codependência nunca mais. Pare de controlar os outros e cuide de você mesmo. Editora: Best Seller. 2013.
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. CORDIOLI, Aristides Volpato; GALLOIS, Carolina Benedetto; ISOLAN, Luciano (Orgs.) Psicofármacos: consulta rápida. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
4. OLIVEIRA, Irismar Reis de; SCHWARTZ, Thomas; STAHL, Stephen M. Integrando psicoterapia e psicofarmacologia. Porto Alegre: Artmed, 2014

5. SADOCK, Benjamin; SADOCK, Virgínia; SUSSMAN, Norman. Manual de Farmacologia Psiquiátrica de Kaplan & Sadock. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

NEUROPSICOLOGIA (ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: Fundamentos da neuropsicologia. Estudo, diagnóstico e repercussão de lesões sobre a neurocognição. Compreensão das bases neurológicas do comportamento. Análise e compreensão das patologias neuropsicológicas. Avaliação: instrumentos, técnicas, testes, anamnese e entrevista. Diagnóstico, planejamento terapêutico e laudos. Reabilitação cognitiva. As áreas de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Cândida; COSENZA, Ramon M. Neuropsicologia: teoria e prática. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.
3. MALLOY-DINIZ, Leandro F.; MATTOS, Paulo; ABREU, Neander; FUENTES, Daniel (Org.) Neuropsicologia: aplicações clínicas. Porto Alegre: Artmed, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
2. EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Manual de psicologia cognitiva. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. KANDEL, Eric R.; SCHWARTZ, James H.; JESSELL, Thomas M.; SIEGELBAUM, Steven A. [et.al.] Princípios de neurociências. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. KREBS, Claudia [et.al.] Neurociências ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2013
5. LENT, Roberto. Neurociência da mente e do comportamento. 1.ed. São Paulo: Guanabara Koogan. 2008.

PSICOLOGIA ESCOLAR (ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: A escola, origem e função social. Organização do sistema educacional brasileiro, Leis de Diretrizes e bases. História da psicologia escolar/educacional e suas concepções. Bases teóricas da psicologia da educação e saúde. Formação e campo de atuação do psicólogo escolar. Visão crítica do papel e a prática nas instituições do psicólogo escolar. Ética e profissão. Contexto escolar e desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2015

2. FONSECA, V. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos aplicações à prática pedagógica. 16.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPONE, Vicenza. Psicologia no ambiente escolar: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2020
2. COLL, César; MARCHESI. Álvaro; PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2.ed. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2007
3. MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença R. de. (Orgs.) Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010
4. MARINI, Elaine. Psicologia escolar: uma reflexão sobre a educação. São Paulo: Vetor, 2012
5. TADA, Iracema Neno Cecílio; MAROLDI, Alexandre Masson. Psicologia escolar e processos educativos: reflexões críticas. Curitiba: Appris, 2013.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC I – PROJETO DE PESQUISA (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Análise dos princípios da bioética nas pesquisas em psicologia com seres humanos. Redação científica conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Orientação para o planejamento e execução dos projetos de pesquisa em psicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.) Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2010
2. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
4. _____. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
5. SOUZA, Maria Suzana de Lemos. Guia para redação e apresentação de monografias, dissertações e teses. 4.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2012.

PSICOLOGIA HOSPITALAR (ÊNFASE DA SAÚDE)

EMENTA: Fundamentos da psicologia hospitalar: definição, características e origens históricas. O psicólogo no hospital: campo de atuação, parâmetros e dificuldades. Níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. Sistema de referência e contrarreferência. Matriciamento. Fundamentos em psicologia médica e psicossomática. Organização de proposta de intervenção em Psicologia preventiva: psicodiagnóstico no âmbito hospitalar, intervenção e avaliação. O processo de humanização hospitalar e o psicólogo - PNH.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. E a psicologia entrou no hospital. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.
2. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. Psicologia hospitalar: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
3. CAMPOS, Elisa Maria P.; VILAÇA, Anali Póvoas O.; MAGALHÃES, Bárbara S. de Paula; OLIVEIRA, Walter Lisboa. Psicologia da saúde-hospitalar: abordagem psicossomática. São Paulo: Manole, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAPTISTA, Makilim Nunes; DIAS, Rosana Righetto; BAPTISTA, Adriana Said D. Psicologia hospitalar: teorias, aplicações e casos clínicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. BROERING, Camila Volpato (Org.) Psicologia hospitalar: pesquisa e formas de atuação. Curitiba: Juruá, 2019
3. BRUSCATO, Wilze Laura. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
4. FILGUEIRAS, Maria Stela Tavares; RODRIGUES, Fernanda D.; BENFICA, Tania Mara Silva (Orgs.) Psicologia hospitalar e da saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2011
5. ISMAEL, Sílvia Maria Cury. Psicologia hospitalar: sobre o adoecimento... articulando conceitos com a prática clínica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013.

DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ADICÇÕES CONTEMPORÂNEAS (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Conceito de Dependência e outras adicções. Seus aspectos particulares, suas múltiplas causas e consequências. Tratamento das adicções de forma individual e familiar. Intervenções na Prática Clínica e núcleos de atendimento. Psicopatologia das Adicções. Integração e Relações Interpessoais. Política de redução de danos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARLOW, David H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo. Porto Alegre: Artmed, 2010
2. DIEHL, Ronaldo. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. BRUSCATO, Wilze Laura. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015
2. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
3. DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo (Orgs.) Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018
4. GAMA, Luan. Dependência química: um modelo fácil e prático para a recuperação de dependentes químicos. São Paulo: Viva, 2015
5. ZANELATTO, Neide; LARANJEIRA, Ronaldo (Orgs.) O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais: um guia para terapeutas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

PSICOLOGIA JURÍDICA (ÊNFASE EM PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Definição, histórico, objetivo, áreas de atuação da Psicologia Jurídica. Integração entre a Psicologia e outras ciências na Justiça. O trabalho do Psicólogo com: laudos para subsidiar decisões jurídicas, mediação de conflitos jurídicos (cíveis, penais e trabalhistas), avaliação para adoção, guarda parental e acolhimento de vítimas. Legislação e implantação dos serviços de Psicologia Jurídica. Psicopatologia nos processos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONÇALVES, Hebe S.; BRANDÃO, Eduardo p. (Orgs.) Psicologia jurídica no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011
2. FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya R. Psicologia Jurídica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
3. PINHEIRO, Carla. Manual de psicologia Jurídica. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEMFICA, Aline Guimarães (Org.) Psicologia jurídica: ética, transmissão e política. São Paulo: Imago, 2011

2. COIMBRA, Cecília Maria Boças. Pivetes: encontro entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2010.
3. JESUS, Fernando de. Psicologia aplicada à justiça. 3.ed. Goiânia: AB, 2010.
4. LOPÉZ, Emilio Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. 2.ed São Paulo: Vida Livros, 2011.
5. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

PSICOLOGIA DO GÊNERO E ATUALIDADES (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Diferença entre sexo e gênero. Teorias de gênero. Concepções de gênero e a Psicologia. Gênero e sexualidade. As relações de gênero e violência. O discurso sobre as transformações em direção à igualdade. Movimentos feministas e mudanças sociais. Gênero e reconstrução de identidades sociais. Políticas públicas de inclusão social. O papel desempenhado pelos movimentos sociais. Teoria e prática psicológica em defesa da inclusão social no contexto atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global (compreendendo o gênero, da esfera pessoal à política, no mundo contemporâneo). São Paulo: Versos, 2015
2. GONGALVES, Maria da Graça M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.
3. LINS, Beatriz Alccioly. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. 1 ed. São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CONNELL, Raewyn. Gênero em tempos reais. São Paulo: Versos, 2016
2. DIAS, Alfrancio Ferreira; PACHECO, Ana Claudia Lemos (Org.) Gênero, trans e multidisciplinar. São Paulo: Paco Editorial, 2013
3. HOLOVKO, Cândia Sé; CORTEZZI, Cristina Maria. Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise. Rio de Janeiro: Blucher, 2017
4. OSTERMANN, A. C.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.) Humanização, gênero, poder: contribuição dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
5. SAX, Leonard. Por que gênero importa? São Paulo: LVM, 2019.

ESTÁGIO ESPECÍFICO I (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Experiência profissional supervisionada por docente do curso habilitado (supervisão acadêmica), acrescidas de supervisão local realizada por profissional psicólogo habilitado. Plano e relatório de estágio com avaliação da prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Manual de Publicação da APA. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
2. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. CARRIÓ, Francisco Borrell. Entrevista Clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELSKY, Janet. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. BERGER, KathlennStassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
3. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
4. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
5. URBINA, Susan. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2007.

10º PERÍODO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO TCC – II (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: A construção da parte textual do Trabalho de Conclusão de Curso: aperfeiçoamento da fundamentação teórica, implementação da coleta de dados, análise e discussão dos resultados, comprovação ou negação de hipóteses, elaboração de considerações finais, finalização, preparação de material de apresentação/defesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Joulina Jordan. Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo, 2013.
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

2. CANZONIERI, Ana Maria. Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
3. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014
4. GERHARHT, T. E; SILVEIRA, D.T. (Orgs.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
5. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações de trabalhos científicos) 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS(ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino de Libras; Libras diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPARG, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.
2. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
5. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO – EAD (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Empreendedorismo: características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospeção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018
2. DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017
3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012. **(Biblioteca Virtual. E-book)**
2. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
3. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson, 2012 **(Biblioteca Virtual. E-book)**
4. SOUZA, Pedro Henrique. Empreendedorismo passo-a-passo. São Paulo: Viena, 2013
5. TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2017 (Série Eixos. Gestão e Negócios)

ESTÁGIO ESPECÍFICO II (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Experiência profissional supervisionada por docente do curso habilitado (supervisão acadêmica), acrescidas de supervisão local realizada por profissional psicólogo habilitado. Plano e relatório de estágio com avaliação da prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Manual de Publicação da APA. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
2. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.

3. CARRIÓ, Francisco Borrell. Entrevista Clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012
4. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
5. OCAMPO, Maria Luisa. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OPTATIVAS

ETHICS, SUSTENTABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

Content: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and political ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011.
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
3. HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford U.K., 2007.
2. DRESNER, Simon. The principles of sustainability. New York: Routledge, 2008.
3. HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
4. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN: CREPEAU, François and Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
5. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals of ethics. Oxford: Oxford U.K., 2011.

ENGLISH FOR THE JOB MARKET (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. BADGER, Ian. Flash on English for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016.
2. COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best practice intermediate (Business English in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007
3. GEFNER, Andrea B. Business English: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barron's Education, 2010

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. Cambridge business English dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011
2. DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge English for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011
3. ELLISON, Patrícia T. Business English for the 21st Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006
4. LIVING LANGUAGE. Business English. New York: Living Language/Random House, 2009
5. ROSENBERG, Marjorie. Communicative business English activities. Newbury: Express Publishing, 2018.

CUIDADOS PALIATIVOS (ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Princípios de Cuidados Paliativos e filosofia a partir de sua evolução histórica. Realidade atual dos Cuidados Paliativos no contexto de diferentes condições de saúde, doença e as modalidades de assistência nos serviços. Fatores determinantes do atendimento humanizado e a melhoria na qualidade da assistência multiprofissional direcionada aos pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura e sua família. Eutanásia, distanásia e ortotanásia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CORADAZZI, Ana Lúcia; SANTANA, Marcella Tardela; CAPONERO, Ricardo. Cuidados paliativos: diretrizes para melhores práticas. São Paulo: MG, 2019
2. TRENTINI, Mercedes; PAIM, Lygia; GUERREIRO, Denise. Condições crônicas e cuidados inovadores em saúde. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013
3. SANTANA, Júlio César Batista; PESSINI, Leocir; SÁ, Ana Cristina de. Cuidados paliativos: uma reflexão bioética. Curitiba: CRV, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Ricardo Tavares; PARSONS, Henrique Afonseca. Manual de cuidados paliativos. 2.ed. São Paulo: ANCP, 2012 Disponível em <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>
2. MORITZ, Rachel Duarte. Cuidados paliativos nas unidades de terapia intensiva. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012
3. RUBIO, Andrezza Juliane; SOUZA, Jussara de Lima e. Cuidado paliativo pediátrico e perinatal. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018
4. SANTOS, Franklin Santana. Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio de sintomas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010
5. SANTOS, Franklin Santana. Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

SAÚDE DO TRABALHADOR (ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Ambiente de trabalho e saúde; relação saúde, saúde mental e trabalho; psicopatologias do trabalho; relações interpessoais no trabalho; qualidade de vida no trabalho; o trabalho na constituição da subjetividade do indivíduo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, Cristiano de Jesus (Org.) Saúde mental e trabalho: temas emergentes na contemporaneidade. Curitiba: CRV, 2018
2. BARUKI, Luciana Veloso. Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador. 2.ed. São Paulo: LTr, 2018
3. SEBBEN, Lucia Simões. Avaliação psicossocial: psicologia aplicada à segurança no trabalho. São Paulo: Vetor, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BACIUK, Erica Passos (Org.) Políticas públicas e desenvolvimento humano. Curitiba: CRV, 2018
2. FERREIRA, André Sousa. Meio ambiente do trabalho e o direito à saúde mental do trabalhador. São Paulo: LTr, 2019
3. FERREIRA, Maria Cristina. Saúde e bem estar no trabalho: dimensões individuais e culturais. São Paulo: casa do psicólogo, 2012
4. MENDONÇA, Helenides. Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012
5. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. 2. ed. São Paulo: Cengagelearning, 2011.

TÓPICOS ESPECIAIS I (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: Fundamentar e explorar a amplitude da aplicabilidade dos temas e conhecimentos psicológicos à realidade humana. Práticas interdisciplinares e interfaces da psicologia com outras áreas do conhecimento. Interface da psicologia do desenvolvimento, saúde e comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011
2. FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10.ED. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015
3. CHENIAUX, Elie. Manual de psicopatologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia na comunidade: uma experiência. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013
2. AMERICAN PSYCHATRIC ASSOCIATION. Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
3. EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Manual de psicologia cognitiva. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
4. GOODWIN, C. James. História da psicologia moderna. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 2010
5. ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde OMS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE - OPAS. CID 10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde. 3vs. 10.ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

TÓPICOS ESPECIAIS II (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Fundamentar e explorar a amplitude da aplicabilidade dos temas e conhecimentos psicológicos à realidade humana. Práticas interdisciplinares e interfaces da psicologia com outras áreas do conhecimento. As psicologias e os dilemas da sociedade contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMAROTTI, Maria Henriqueta; BARRETO, Adalberto; FREIRE, Teresa (Orgs.) A terapia comunitária integrativa no cuidado da saúde mental. Brasília: Kiron, 2013.
2. FREIRE, Izabel Ribeiro. Raízes da Psicologia. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
3. PAPALIA, Diane E.; FELDIMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYCHATRIC ASSOCIATION. Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. FERREIRA NETO, João Leite. Psicologia, políticas públicas e o SUS. 2.ed. São Paulo: Escuta, 2011

3. ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde OMS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE - OPAS. CID 10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde. 10.ed. 3vs. São Paulo: EDUSP, 2017
4. MORATO, Henriette Tognetti Penha; BARRETO, Carmem Lúcia Brito Tavares; NUNES, André Pardo. Fundamentos de psicologia: aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, s.d
5. SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. 10.ed. São Paulo: Cengage, Learning, 2014

RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: A disciplina analisa a educação das relações étnico-raciais na multiplicidade de temas conceitos, fontes e metodologias que a subsidiam. Enfatizam-se os seguintes tópicos: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; efeitos psicossociais do racismo; relações étnico-racial nas medidas socioeducativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AQUINO, R.; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. Sociedade brasileira: uma história. Rio de Janeiro: Record, 2010.
2. MATTOS, Regiane Augusto. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007
3. MICHALISZYN, Mario Sérgio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem. São Paulo: Contexto, 2016
2. SANCHES, Cleber. Fundamentos da cultura brasileira. 3.ed. Manaus: Valer, 2009
3. MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2015
4. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. Comunicação, cultura e cidadania dos Quilombolas. São Paulo: Paco Editorial, 2015
5. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5.ed. Autêntica, 2019(Coleção Cultura Negra e Identidades)

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO (ÊNFASE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Aspectos históricos da mobilidade urbana. Compartilhamento do tráfego entre diferentes modais. Influências socioambientais nos comportamentos e atitudes de motoristas.

Instrumentos de avaliação e o informe psicológico do processo de obtenção da CNH. Comportamento e percepção de risco de motoristas. Prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Intervenções em fobia de trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA DO TRÁFEGO. Psicologia no Tráfego: Questões e Atualidade. v.1. Curitiba: Editora CRV, 2017 (Coleção Psicologia no Tráfego)
2. GUNTHER, H. et al. Pesquisas sobre comportamento no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
3. CRISTO, Fábio de. Psicologia do trânsito e transporte: manual do especialista. São Paulo: Vetor, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELLINA, Cecília. Dirigir sem medo. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012
2. CRUZ, Roberto Moraes.; WIT, Paulus A. J. M. de; SOUZA, Caroline Zaneripe de. Manual de psicologia do trânsito. São Paulo: Nilapress, 2017
3. JARDIM, A. P. P. Psicologia e mobilidade: o espaço público como direitos de todos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.
4. CRISTO, Fábio de. Psicologia e trânsito: Reflexões para pais, educadores e (futuros) condutores. São Paulo: 2012.
5. FONSECA, Yone Xavier Felipe da. Medo de dirigir: terapia cognitivo comportamental no tratamento da fobia de trânsito. São Paulo: Vetor, 2013.

PSICOLOGIA DO ESPORTE (ÊNFASE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: História da Psicologia do Esporte. Personalidade e Motivações na prática esportiva. Competição e cooperação: Ativação, estresse e ansiedade. Inteligência e regulação emocional. Conscientização de processos internos. Feedback e reforço. Dinâmicas e Comunicação em equipe. Liderança esportiva. Treinamento de habilidades psicológicas. Mentalização, concentração e metas. Comportamentos patológicos, treinamento excessivo e lesões. Agressividade no esporte. Trabalho interdisciplinar em equipe desportiva de alto rendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BURITI, Marcelo de Almeida. Psicologia do esporte. 4. ed. São Paulo: Alinea, 2012.
2. GOULD, Daniel. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
3. MEDEIROS, C. Psicologia do esporte na atualidade: reflexões necessárias. São Paulo: Passavento, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, Paula Teixeira (Org.) Interdisciplinaridade na psicologia do esporte. Curitiba: CRV, 2019
2. GARTNER, Gilberto. Psicologia e ciência do esporte. Curitiba: Juruá, 2009
3. PEIXOTO, Evandro Moraes; NAKANO, Tatiana de Cássia; BABINOTTI, Marcos Alencar Abaide. Novas perspectivas para avaliação em psicologia do esporte e do exercício físico. Curitiba: CRV, 2016
4. SAMUSLSKI, Dietmar. Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009
5. ROLIM, R. M.; BATISTA, Emerson D.; SILVA, G. H. G. (Orgs.). Psicologia do esporte: perspectivas de atuação na escola. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

LICENCIATURA

5º. PERÍODO

HISTORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EMENTA: Reflexões, investigações, abordagem crítica e sínteses dos marcos da relação histórica escola–sociedade brasileira em diferentes contextos e temporalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, s.d
2. GHIRALDELLI, JR., Paulo. História da Educação Brasileira. 5.ed.. São Paulo: Cortez, 2015.
3. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil. 40.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VILHA, Ana Lúcia de O. Morales; LIMA, Marilene; LIMA, Franciele Busico; SILVA, Patrícia Vivolo Rotondaro da. História da educação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013
(Biblioteca Virtual. E-book)
2. FRELLER, Cíntia Copit. Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001. **(Biblioteca Virtual. E-book)**
3. MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação da Antigüidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo Cortez, 2010
4. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Didática: o ensino e suas relações. São Paulo: Papirus, s.d. (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico) **(Biblioteca Virtual. E-book)**

5. GHIRALDELLI, JR., Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009 (*Biblioteca Virtual. E-book*)

6º. PERÍODO

DIDÁTICA

EMENTA: Didática e ciência. Pedagogia e “Didática”. O papel mediador do professor no processo ensino aprendizagem. A sala de aula como um espaço de inter-relações. Planejamento. O uso de recursos tecnológicos. Avaliação do processo ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BORDENAVE, Juan Diaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
2. CANDAU, Vera Maria (Org.) A didática em questão. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
3. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática geral. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018
2. CANDAU, Vera Maria (Org.) Rumo a uma nova didática. 24.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
3. PIVA JR., Dilermando. Sala de aula digital: uma introdução à cultura digital para educadores. São Paulo: Saraiva, 2013
4. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Didática: o ensino e suas relações. 18.ed. São Paulo: Papirus, 2019 (Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)
5. _____. Lições de didática. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2019 (Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)

7º. PERÍODO

PSICOLOGIA E ESCOLA

EMENTA: O desenvolvimento moral da criança e do adolescente: Piaget e Kohlberg. A disciplina escolar na visão da Psicanálise e da Psicologia Social. Práticas disciplinares mais comuns na escola. Violência na sociedade e no cotidiano escolar. O papel do professor no estabelecimento das normas disciplinares

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CLÁUDIO, Claudemiro Esperança. Globalização, adolescência e violência na escola. Curitiba: Appris, 2018

2. SANTOS, Maria dos Prazeres dos. O dilema da indisciplina escolar e as práticas pedagógicas: um olhar para além da escola. Curitiba: Appris, 2020
3. FAVA, Débora Cristina. A prática da psicologia na escola. Belo Horizonte: Artesã, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. FRELLER, Cintia Copit. Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicotiana. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008 (***Biblioteca Virtual. E-book***)
3. PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: Contexto, 2008 (***Biblioteca Virtual. E-book***)
4. SHCILLING, Flávia. A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Summus, 2014(***Biblioteca Virtual. E-book***)
5. SILVA, César Augusto Alves da. Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos. São Paulo: Papyrus, s.d.(***Biblioteca Virtual. E-book***)

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E INCLUSÃO SOCIAL

EMENTA: Estudo das deficiências, desde a evolução do conceito, passando pelos diversos tipos de comprometimentos apresentados nos diferentes quadros de desenvolvimento. Trabalho do pedagogo junto às pessoas com necessidades especiais, no que diz respeito à inclusão social e escolar. Estudo da Legislação Brasileira que regem a Educação Especial e o processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. ARAÚJO JÚNIOR, Carlos de; FERREIRA, João Bosco; SOUSA, Teresinha Sirley Ribeiro; CARDOSO, Lauriane Rosa. Educação especial e inclusão: saberes, práticas e desafios. Curitiba: Appris, 2017
2. MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. Rio de Janeiro: Cortez, 2017
3. NAKAIAMA, Antonia Maria. Educação inclusiva: fundamentos e perspectivas. Curitiba: Appris, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MARTINS, Gabriel PigozzoTanusCherp; XAVIER, Ana Paula (Orgs.) Imersões cotidianas na educação inclusiva: múltiplos olhares,múltiplos saberes. 2vs. Curitiba: Appris, 2020
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades

educativas especiais. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca: UNESCO, 1994 Disponível em: [http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf)

3. ASSUMPÇÃO Jr., Francisco Batista; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury. Psicologia do excepcional: deficiência física, mental e sensorial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. MATOS, Maria Almerinda de Souza. Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus: EDUA, 2013
5. UHMANN, Silvana Matos. Alunos com deficiência: inclusão, desafios, interações e possibilidades. Curitiba: Appris, 2018

8º. PERÍODO

POLITICAS PUBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

EMENTA: Histórico e análise da Legislação Educacional e as principais políticas educacionais aplicadas no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e suas implicações na Educação. Estudo e reflexão crítica sobre o sistema educacional brasileiro, sua contextualização no cenário nacional e internacional. Principais programas educacionais federais, estaduais e municipais.

BIBLIOGRAFIA BASICA

1. RODRIGUES, Isabel Cristina; FREITAS, Aline da Silva; JESUS, Ester zuzo de (Orgs.) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: estudos em virtude dos 20 anos da Lei 9.394/1996. São Paulo: LTr, 2017
2. SANTOS, Arlete ramos dos; CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; CAETANO, Maria Raquel. Políticas educacionais no cenário brasileiro. Curitiba: Appris, 2019
3. VASCONCELLOS, Maria Celi; NAJJAR, Jorge. A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois. Curitiba: Appris, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo-a-passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº.394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo. São Paulo: AVERCAMP, 2018
2. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 23.ed. São Paulo: Papirus, s.d. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico) (*Biblioteca Virtual. E-book*)
3. HARGREAVES, A. O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, s.d.

4. NEY, Antonio. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, s.d.
5. SOUZA, Angelo Ricardo de; GOUVEIA, Andrea Barbosa; TAVARES, Taís Moura. Políticas educacionais: conceitos e debates. Curitiba, Appris, 2016

LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino de Libras; Libras diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.
2. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
5. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

ESTAGIO SUPERVISIONADO I -didática e licenciatura na educação básica (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) -

EMENTA: supervisão acontecerá para discutir sobre as questões teóricas atuais sobre a Didática, histórico e construção do campo, bem como o planejamento e os elementos do processo de ensino. Discutir o trabalho docente, a cultura docente, a cultura e o cotidiano escolar. Realizar atividades de observação, investigação e análise da cultura escolar em uma

escola de educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.CANDAU, Vera Maria (Org.) Magistério: construção cotidiana. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- 2._____. Tecendo: reinventando saberes e práticas. São Paulo: 7 Letras, 2018
- 3.SAVIANI, Nereide. Saber escolar: currículo e didática (problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores Associados, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CANDAU, Vera Maria (Org.) A didática em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 2010
- 2.MASCHIO, Elaine Cátia Falcade; SOARES, Eliane do Sacramento. Cultura escolar, tecnologias e práticas: perspectivas históricas e contemporâneas. Curitiba: Appris, 2017
- 3.PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; MARTINS, Nilza da Silva; GUEDES, Marildes Queiroz. Educação básica: políticas, formação e prática pedagógica. Curitiba: Appris, 2019
- 4.PIMENTEL, Gabriela Souza Rêgo; GUEDES, Marildes Queiroz; MARTINS, Nilza da Silva. Educação básica: política, formação e prática pedagógica. Curitiba: Appris, 2019
- 5.VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Repensando a didática. 21.ed. São Paulo: Papirus, s.d.(*Biblioteca Virtual. E-book*)

9º. PERÍODO

PROJETO DE DIAGNOSTICO E INTERVENÇÃO NA ESCOLA

EMENTA: Elaboração de um projeto de intervenção na escola. Observação e acompanhamento na escola com elaboração de projeto de diagnóstico e intervenção. O aluno deve seguir o roteiro de um projeto de diagnóstico e intervenção e no final deverá apresenta-lo na escola como fechamento da disciplina com o acompanhamento de um professor supervisor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
- 2.MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- 3.LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
- 2.KOLLER, Sivia H.; COUTRO, Maria Clara P. de; VON HOHENDORFF, Jean (Orgs.)

Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

- 3.LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de metodologia científica das ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 2008
- 4.LIMA, Aluísio Ferreira de; LARA JUNIOR, Nadir. Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica. Porto Alegre: Sulina, 2014
- 5.SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

GESTÃO ESCOLAR

EMENTA: Conceituação de administração escolar, diferencial da empresa. Processos de administração escolar, planejamento transformação social e a superação da sociedade de classes. O caráter conservador da administração escolar vigente e suas consequências no atraso desenvolvimentista. A natureza do processo de produção pedagógica atual na escola e administração escolar para a transformação social contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro; RIVERO, Cléia Maria da Luz; GONSALVES, Elisa Pereira. (Orgs.) Interfaces da gestão escolar. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013.
- 2.MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2013.
- 3.LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização.10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.) História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor. São Paulo: Alínea, 2013
- 2.GROCHOSKA, Márcia Andréia. Contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica: uma experiência de gestão democrática. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 3.HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. São Paulo: Papirus, s.d. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico) (*Biblioteca virtual. E-book*)
- 4.LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d
- 5.PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17.ed. São Paulo: Cortez, s.d

ESTAGIO SUPERVISIONADO II - didática e licenciatura nos cursos Técnicos e do Ensino superior-

EMENTA: Supervisão ocorrera em sala de aula com um professor A estrutura, organização e funcionamento do curso técnico e do ensino superior. O processo de avaliação da aprendizagem. Atividades interdisciplinares para articulação entre os conhecimentos estudados na academia e a realidade social e pedagógica dos cursos técnicos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.SANTOS, Akiko; SUANNO, João Henrique; SUANNO, MarilzaVaness Rosa. Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulinas, 2013.
- 2.FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores: teoria e prática pedagógica. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- 3.GHEDIN, Evandro; OLIVIEREA, Elisangela; ALMEIDA, Whasgthon, A. de. Estágio com pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015.

BIBLIOGRAIFA COMPLEMENTAR

- 1.SAVIANI, Dermeval; GOERGEN, Pedro. Formação de professores: a experiência internacional sob olhar brasileiro. São Paulo: Autores Associados, s.d.
- 2.LINHARES, Célia; GARCIA, Regina Leite; CORREA, Carlos Alberto Alves (Orgs.) Cotidiano e formação de professores. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- 3.LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011
- 4.MOREIRA, Antonio Flávio (Org.) Currículo: políticas e práticas. 13.ed. São Paulo: Papirus, 2013.
- 5.PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; MATTOS, Maria José Viana Marinho de (Orgs.) A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Porto Alegre: Penso, 2014

Conteúdo Curriculares

4.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares.

No que compete à construção do currículo, para a graduação, pensamos que as propostas curriculares oferecidas devem demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização do trabalho pedagógico nos cursos de graduação. Institucionalmente a IES, admite algumas premissas que devem balizar a construção de bons itinerários de formação, são elas:

- ✓ Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- ✓ Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- ✓ Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos (quando for o caso);

Outros princípios também concorrem para que os currículos ofereçam experiências qualitativas de aprendizagem, dentre os quais devemos destacar a acessibilidade pedagógica, a flexibilidade (processo inerente à educação à distância), a constante articulação entre teoria e prática, a possibilidade de inserir e promover processos de ambiência com os espaços profissionais futuros, e por fim, a articulação entre os componentes curriculares que devem promover uma perspectiva menos fragmentada do conhecimento.

Observando os destaques acima, a proposta de itinerário de formação que será executada por meio da matriz curricular apresentada, prevê que os acadêmicos possam experimentar a articulação entre teoria e prática no interior dos componentes curriculares, assim como possam também perceber a interpelação entre diferentes saberes com o fito de compreender realidades complexas, neste sentido, o currículo se organiza por meio de eixos de estudos, onde as disciplinas promovem trocas de saberes que se concretizam em estudos interdisciplinares, os quais irão se construindo no decorrer da formação, o qual aponta para seis eixos articulados entre si:

- I. Fundamentos Epistemológicos e Históricos;
- II. Fundamentos Teórico Metodológicos;
- III. Procedimentos para a Investigação científica e a pratica profissional;
- IV. Fenômenos e Processos Psicológicos;
- V. Interfaces com campos afins do conhecimento;
- VI. Práticas Profissionais.

**Fundamentos
Epistemológico
s e Históricos**

**Fundamentos
Teórico
Metodológicos**

**Procedimentos
para Investigação
científica**

**Fenômenos e
Processos
Psicológicos**

**Interfaces com
campos afins do
conhecimento**

**Práticas
Profissionais**

1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período	10º período
Leitura, Interpretação e Produção de Texto	Neurociência	Aspectos Psicossociais e Culturais	Psicologia Social	Psicopatologia I	Psicologia Organizacional	Psicodiagnóstico	Psicologia Positiva	Dependência Química e Adições Contemporâneas	Estágio Específico II
Anátomo Fisiologia Humana	Processos Psicológicos Básicos	Psicologia Experimental	Pesquisa em Psicologia	Dinâmica de Grupo	Psicopatologia II	Psicologia Clínica III	Psicologia Comunitária	Psicologia do Gênero e Atualidades	Empreendedorismo e Inovação
Sociologia e Antropologia	Psicologia da Aprendizagem	Psicologia da Personalidade	Psicologia Ambiental	Psicologia Clínica I	Psicologia Clínica II	Técnicas Projetivas	Psicofarmacologia	Estágio Específico I	Trabalho de Conclusão de Curso II
História e Psicologia Geral	Psicologia Infantil	Psicologia da Adolescência	Psicologia da Adulterez e terceira idade	Estágio Básico I	Técnicas Psicométricas	Teorias e Técnicas Psicoterápic as	Trabalho de Conclusão de Curso I	Psicologia Hospitalar	Optativa de Ênfase
Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	Filosofia e Ética (EAD)	Reponsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (EAD)	Estatística (EAD)	Políticas Públicas (EAD)	Estágio Básico II	Psicoterapia Familiar	Psicologia Escolar	Psicologia Jurídica	LIBRAS
							Neuropsicologia	Optativa de Ênfase	

1.9 Metodologia

1.9.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

- ✓ Estudo Individualizado: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;
- ✓ Estudo Mediado: a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;
- ✓ Estudo Mobile: dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e

interação na construção do conhecimento e, conseqüentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

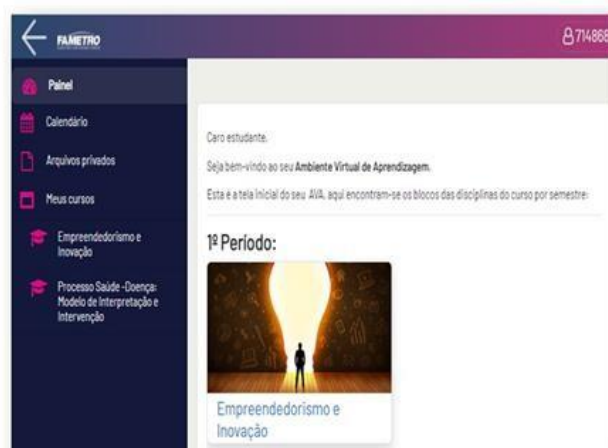
Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problemática; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas

internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

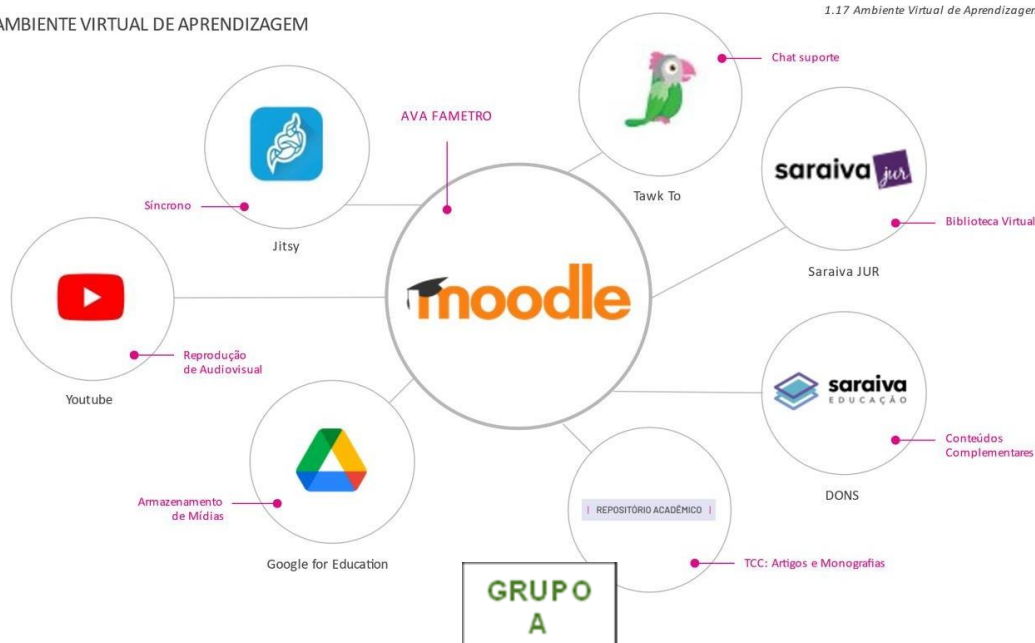
- ✓ **As aulas práticas de laboratório**, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas a partir da supervisão de docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações, relativas as atividades. Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e buscam atender aos diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;
- ✓ **Visitas Técnicas:** consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;
- ✓ **Oficinas Pedagógicas:** são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Também serão utilizados recursos da Tecnologia Educacional para a promoção de **metodologia inovadora**, embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas. Na direção para que metodologias inovadoras se estabeleçam devemos antes de tudo considerar a presença dos recursos das TIC's como a base na qual aprendizagens diferenciadas possam impactar positivamente a aprendizagem e o desenvolvimento dos nossos acadêmicos. Com o uso das Tic's, o ambiente virtual de aprendizagem do Grupo IME está assim configurado no moodle:



AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

1.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AV)



Os estudos interdisciplinares e os Projetos Transversais também promovem experiências de impacto que constroem uma perspectiva diferenciada de formação, assim a inovação não está apenas apoiada no uso de tecnologias ou recursos digitais, muitas tecnologias eficientes de manejo da floresta por exemplo, estão alicerçadas em conhecimentos milenares advindos dos povos tradicionais que possuem uma modo de fazer e de ser neste espaço que não agride, não polui e não desequilibra o ambiente em que vive.

Neste sentido também pensamos que inovação pode ser uma forma de fazer diferente aquilo que já se encontra estabelecido, além do que, o conceito de inovação é polissêmico

e relativo a muitos condicionantes, como por exemplo, ao estágio desenvolvimento econômico de uma região.

Inovar para nós homens e mulheres do norte é fazer nascer uma possibilidade de construção de um profissional conectado com suas raízes e preparado para enfrentar todos as situações de saúde que acometem o homem com o uso de novas tecnologias. Profissional do futuro que certamente, por meio de sua sensibilidade comunitária, ajudará a construir melhores condições de vida e de saúde para seu povo, disseminando boas práticas de saúde por onde quer que essas águas dos nossos enormes rios possam lhe levar.

1.9.2 Metodologia das Atividades Presenciais

Para a IES a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

- ✓ **Superar as aulas meramente expositivas** adotando modelos de aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
- ✓ **Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas**

do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

- ✓ **Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição**, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
- ✓ **Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.**
- ✓ **Realizar a problematização para a elaboração dos projetos** tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para **as questões étnico-raciais** e aquelas relativas à **educação ambiental**, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam. Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar. Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

- ✓ **Aulas Expositivas Dialogadas**: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor

um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

- ✓ **Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais:** semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- ✓ **Atividades em grupo tais como seminário: painel integrado: grupos de observação e de verbalização:** estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- ✓ **Estudos Dirigidos:** os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertencentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- ✓ **Exercícios de Fixação de Conteúdos:** realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas
- ✓ **Estudos de Caso:** realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é

considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

- ✓ **Elaboração de projetos de ação ou de investigação:** elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- ✓ **Visitas Técnicas:** visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.
- ✓ **Atividades de extensão:** atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática
- ✓ **Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos:** atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- ✓ **Workshops ou oficinas pedagógicas:** a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- ✓ **Jogos: Gincanas: Feiras e Exposições Temáticas:** realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- ✓ **Minipalestras:** integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- ✓ **Círculo de debates ou discussões:** atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação

de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores tem a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- ✓ **Elaboração de paper /artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos:** atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.
- ✓ **Aulas Práticas em Laboratórios:** tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.
- ✓ **As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas,** são atividades acadêmicas monitorada pelos professores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:
- ✓ **As aulas práticas:** nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de Cozinha Fria e quente, Análise Sensorial e Restaurante didático, nas instalações da IES, e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos do setor de alimentos e bebidas.
- ✓ **As Visitas Técnicas:** consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os

professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

- ✓ **Oficinas Pedagógicas:** são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

1.9.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da Instituição, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na IES, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os

conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes às disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam à compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

1.9.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a entende-se à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- ✓ Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- ✓ Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

1.9.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é

suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigí-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão, entende a promoção dos Direitos Humanos como política, devendo ser estendida a todas as suas mantidas e instituições membros do grupo. Assimilada e compreendida como um valor institucional. Nestes termos, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais

em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES do grupo, já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.9.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

De acordo com o artigo 3º. da Resolução N 7/2018: “A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total



da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI, estas adaptações serão feitas até a data legal informada pelas autoridades do Ministério da Educação.

Art. 5º Contudo já se apresenta no horizonte da Faculdade Amazonas, uma nova concepção de extensão que se articula as Diretrizes colocadas, neste sentido a prática de extensão deverá:

- ✓ Promover a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.
- ✓ Contribuir na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- ✓ Promover iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- ✓ Promover a reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- ✓ Incentivar à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

- I - Programas;
- II - Projetos;
- III - Cursos e oficinas;
- IV - Eventos;
- V - Prestação de serviços

Devem ainda ser caracterizada por:

- ✓ **PROJETOS:** os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO TODAS AS DISCIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);
- ✓ **CURSOS E OFICINA:** devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por

- discentes acompanhados por docentes;
- ✓ **EVENTOS:** que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;
 - ✓ **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

- I - A identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
 - II - A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
 - III - A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.
- Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados no autoavaliação continuada da extensão.

A autoavaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de Avaliação-CPA, com os objetivos

- a) Melhoria contínua
- b) Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.

A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

- I - A previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;
 - II - A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;
- Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

- I - A concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;
- II - O planejamento e as atividades institucionais de extensão;
- III - A forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;
- IV - As estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;
- V - A política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;
- VI - A previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

1.9.7 Metodologia de Avaliação do Ensino Aprendizagem

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o

processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesmo. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social.

Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

- a) Saber agir com competência;
- b) Saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;
- c) Saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;
- d) Saber transpor;
- e) Saber aprender e aprender, a saber; e
- f) Saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliados em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o

conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores.

Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar. A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido

assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque incluem para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver.

Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, as avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a autoavaliação, a resolução de problemas é poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A autoavaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das

experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Será por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

Avaliação Somativa

Avaliação Somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo: apuração de frequência às atividades escolares; avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

- ✓ Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver: frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático- pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- ✓ Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou

superior a 5 (cinco).

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{N1 + N2 \geq 5}{2}$$

Onde:

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas) N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

2.1 Estágio curricular supervisionado

O estágio é um componente curricular de caráter teórico-prático que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania.

Por se tratar de uma atividade fundamental para a formação, o estágio é desenvolvido sob a orientação de um preceptor, docente do curso e acompanhamento do coordenador de estágios e coordenador do curso.

A IES, através da Coordenação do Centro de Ciências da Saúde disponibiliza aos seus discentes o Manual de Normas e Procedimentos para Estágio Curricular, como um conjunto de requisitos e princípios para orientar sobre toda a sistemática e a realização do estágio a ser cumprido pelos alunos do curso.

Neste manual de normas e procedimentos para estágio tem como destaque a responsabilidade dos envolvidos no processo, a saber, professores/preceptores/tutores (no caso do EAD) e acadêmicos no desenvolvimento qualitativo de suas atividades. Sendo assim o presente manual tem por objetivo contribuir para a excelência na qualidade do ensino, através da apresentação de orientações sistematizadas que nortearão o fazer de todos os envolvidos no processo de ensino- aprendizagem.

As atividades de estágio constituem uma etapa imprescindível na formação do profissional, pois é o momento que o aluno dispõe para refletir e intervir no seu campo de atuação profissional com a supervisão didática de outros profissionais já formados e com experiência suficiente para a discussão e orientação

A Postura ética do acadêmico configura-se como elemento de fundamental importância para o desenvolvimento do estágio dentro das Instituições em que as mesmas virão a ser realizadas, pois demonstra o aprendizado construído ao longo do curso e que compõe o perfil de sua formação profissional, bem como apresenta a sociedade o que a IES objetiva oferecer ao mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Básicas da Educação Superior define que a finalidade do ensino de terceiro grau é profissionalizante. Dessa forma, esse curso visa antes de tudo,

preparar os alunos para atuação no mercado de trabalho. Por outro lado, as características da profissão de Psicologia, de predominância prática, em um mercado de trabalho que evolui em velocidade crescente, tornam o estágio supervisionado de especial relevância para este profissional.

O Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Psicologia da IES na formação profissional e pessoal dos acadêmicos é de suma importância para o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e habilidades, para a interação com a equipe multiprofissional de saúde, familiares, clientes e, principalmente, para a possibilidade de analisar crítica e reflexivamente as interfaces do conhecimento teórico e prático.

2.1.2 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Em consonância com a Resolução no. 5 de 15 de Março de 2011, Diretriz Curricular Nacional – DCN no Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso. Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis – **básico e específico** – cada um com sua carga horária própria. § 1º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum. § 2º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso. § 3º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso. Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas. Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que essas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

2.1.3 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Psicologia deve ser ofertado nas mais diversas áreas de aplicação da Psicologia, no 5º, 6º, 9º e 10º período letivo do curso e corresponderá à carga horária total de 682 horas. Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento

obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

A divisão dos Estágios Curriculares na Matriz do Curso, segue a DCN que determina que o estágio seja dividido em dois níveis de complexidade, básico e específico.

Estágio Básico I – 5º Período (88h);

Estágio Básico II – 6º Período (198h);

Estágio Específico I (198h);

Estágio Específico II (198h).

2.1.4 Convênios Para Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada. Dessa forma, a IES possui convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de saúde.

2.1.5 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

A prática profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Na Faculdade, a formação do Bacharel em Psicologia incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 682h.

O planejamento, supervisão e a avaliação das atividades de Estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a corresponsabilidade da IES, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. Na

Faculdade, o Estágio Curricular Supervisionado objetiva:

- Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;
- Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;
- Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;
- Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;
- Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;
- Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;
- Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;
- Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da IES, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

São escolhidas, preferencialmente, para campos de estágio, instituições que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário. À medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a Faculdade Amazonas assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados. Os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

2.1.6 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Nessas disciplinas, o aluno observa e atua como profissional, sob supervisão de um preceptor, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a IES assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática.

2.1.7 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

2.1.8 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

O encontro e o acolhimento entre ensino e serviço estimulam a reflexão sobre os problemas da prática, o debate sobre o vivido, o diálogo reflexivo e um crescimento mútuo, assim para que esta integração entre ensino e serviço possa se estabelecer de modo a fortalecer a formação de profissionais mais conectados e atinentes as necessidades do mundo do trabalho é condição a construção de um espaço de trocas e de diálogo que aproxime o campo de trabalho da academia. Considerando a adoção de uma perspectiva de reflexão considerando três níveis articulados, a saber:

- a) a reflexão na ação é realizada durante o desenvolvimento dela, repensando estratégias para solucionar determinado problema;
- b) a reflexão sobre a ação constitui um momento retrospectivo a fim de refletir sobre o que foi feito;
- c) a reflexão sobre a reflexão-na-ação consiste na observação das respostas dadas às atividades

Na perspectiva de construir estratégias de integração ensino-serviço e mundo do trabalho, a Instituição aposta na construção de estratégias que incentivem os acadêmicos integração ensino- -serviço necessita de estratégias que estimulem o estudante a utilizar os diversos cenários dos serviços de saúde e de assistência psicossocial, como um espaço de consolidação de seus conhecimentos em articulação constante entre teoria e prática.

Estas estratégias em nosso entendimento só serão efetivas se o diálogo estabelecido for qualitativo o suficiente para que os resultados compartilhados entre o ensino e o serviço no campo de estágio possam contribuir para reformular e aperfeiçoar as práticas curriculares tendo em vista os núcleos de estudo propostos na estrutura

curricular – aperfeiçoando as competências neles previstas, estimulando a formação de profissionais mais críticos e alinhados as necessidades do mundo do trabalho a partir do processo de integração ensino-serviço.

Estratégia:

Círculo Pedagógicos Ensino-Serviço: promovendo uma relação dialógica na formação do psicólogo.

Definição: Círculo pedagógico ensino-serviço é uma estratégia de aproximação entre os atores envolvidos na realização e desenvolvimento do estágio supervisionado, estabelecendo um espaço de trocas e de autoavaliação das práticas realizadas em campo, com vista ao aperfeiçoamento e ampliação do perfil do egresso, a partir de uma visão crítica e reflexiva da relação ensino e serviço.

Metodologia: O Círculo pedagógico será realizado no modelo de web-evento, com atividades restritas aos gestores e a instituição e outras abertas a comunidade acadêmica tendo em vista o compartilhamento de informações, a troca de saberes e a apresentação de oportunidades de melhorias que possam impactar positivamente na oferta do estágio supervisionado.

Periodicidade: o círculo pedagógico será realizado ao final do estágio supervisionado, com o suporte do instrumento de avaliação e seus indicadores.

Expectativa de Resultados: espera-se que ao final do círculo de debates, o evento possa produzir um documento propositivo que será objeto de discussão do colegiado de curso e NDE. Podendo ter como consequências alterações nas formas de organização, estruturação acompanhamento e práticas efetivas realizadas no campo de estágio

2.1.1.9 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

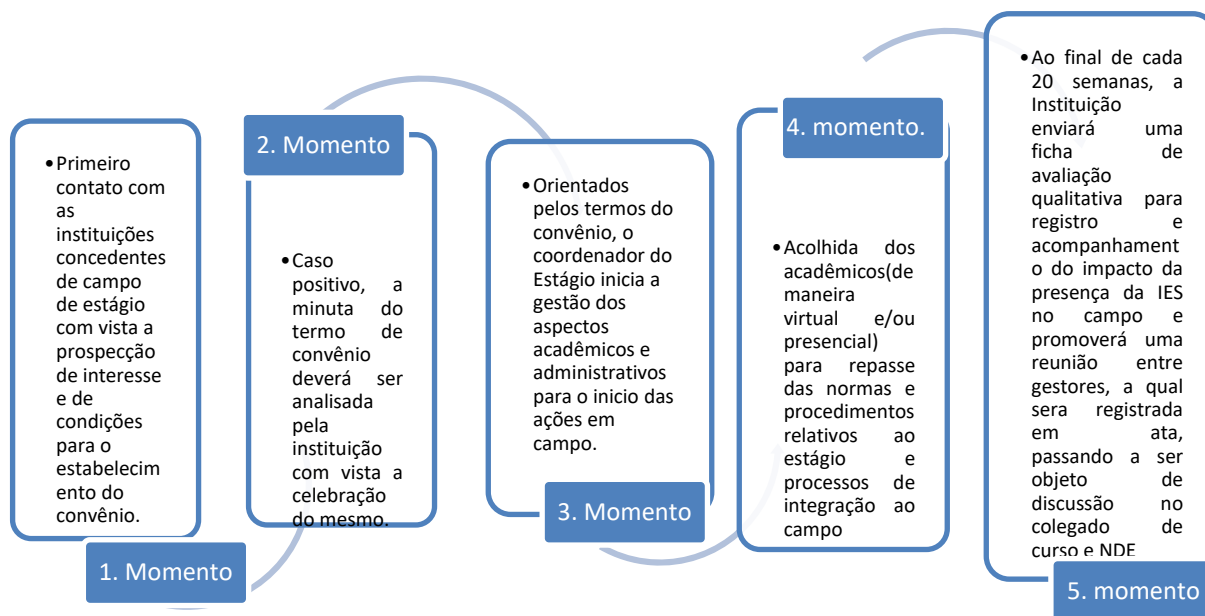
À medida que os resultados do estágio forem sendo verificados, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

- ✓ Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;
- ✓ Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a Faculdade Amazonas assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Estão previstos mecanismos de trocas entre a Instituição

e os campos de estágio com vista a compartilhamento e avaliação das atividades realizadas, visando a colaboração mútua entre a instituição concedente e a IES.

O fluxo previsto para que esta interlocução entre a IES e a instituição concedente, para fins de gerar insumos de melhoria e colaboração entre o espaço acadêmico e o espaço profissional, está previsto no esquema abaixo:



2.1.10 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

Não se aplica

2.1.11 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Não se aplica

2.1.12 Atividades complementares

Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 106 horas de atividades complementares como

requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com ações de extensão.

3.1 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornando cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h

Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de participação	30h	30h	30h
Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h
Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de participação	2h	20h	40h
Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado de participação	20H	100H	60H
Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

3.1 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Especificado Discente.

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dar a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

3.2 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

3.3 Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito do seu curso;
- I. Avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;
- II. Supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;
- III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.
- IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;
- V. Informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;
- VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

3.4 Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

- ✓ A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- ✓ O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

3.5 *Regulamento das Atividades Complementares – Em anexo.*

4.1 Trabalho de Conclusão de Curso

4.1.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão do Curso TCC do Curso de Psicologia terá carga horária total de **132 horas**, distribuída no 8º. e 10º. período. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do projeto de pesquisa no 8º período e, no 10º período o aluno desenvolverá a monografia, a defenderá em banca e poderá produzi-la em artigo científico, sendo este, discutido com o orientador

4.1.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso constará de produção relacionada a uma das áreas do currículo do curso de Psicologia. Os discentes poderão realizar a pesquisa individualmente, em duplas ou em trio. Este trabalho poderá ser:

- ✓ Investigação científica de Campo (de acordo com disponibilidade do Orientador);
- ✓ Estudo de caso;
- ✓ Revisão de literatura (Integrativa e Narrativa);
- ✓ Relato de Experiência.

Para Curso de Psicologia da IES, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deverá ser cumprido no 8º e 10º períodos letivos do curso e corresponderá à carga horária total de **132 horas**, tendo em vista que o aluno deverá cumprir **66 horas** de Trabalho de Conclusão De Curso – TCC I no 8º período e **66 horas** de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - II no 10º. Período. A elaboração do TCC consiste de um trabalho individual formal, escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de trabalho Acadêmico

e após a defesa a elaboração de um artigo científico para indexar na revista de saúde e demais revistas existentes. As áreas de pesquisa são: saúde mental, organizacional e trabalho, psicossocial, hospitalar e clínica e que será defendido perante uma banca examinadora composta por 03 (três) professores, sendo dois professores da mesma linha de pesquisa e o professor-orientador do graduando (a).

4.1.3 Forma de Apresentação do TCC

A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O projeto de pesquisa tem como norma a NBR 15287, de 2011. A apresentação final dos trabalhos em formato de slides para a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso. O processo de apresentação será de forma oral e terá a duração de 15 minutos. O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, resultando na média aritmética atribuída pelos 3 (três) componentes da banca, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

4.1.4 Forma de Orientação do TCC

Atribuições do orientador de TCC:

- ✓ Orientar a ser desenvolvido;
- ✓ Supervisionar e avaliar o desempenho do acadêmico de acordo com o projeto a ser desenvolvido no TCC;
- ✓ Assessorar o acadêmico na elaboração do TCC;
- ✓ Manter a comissão de TCC informada sobre o desenvolvimento das atividades do acadêmico;
- ✓ Determinar a composição da banca examinadora do TCC de acordo com a norma de TCC.
- ✓ Aprovar as versões para a banca examinadora e final da monografia do TCC;
- ✓ Orientar a elaboração da versão final (capa dura), que deve ser elaborada em formato de coletânea, de acordo com a linha de pesquisa.

Atribuições do Discente:

- ✓ Elaborar o projeto do TCC e encaminhar ao professor orientador para aprovação;
- ✓ Estar presente em todas as orientações. Em caso de pesquisa com mais de dois componentes, esses devem estar presente a todas as orientações. O discente que

não obtiver 75% de frequência será reprovado. O não comparecimento às orientações individuais resultará na perda gradativa de pontos a critério do orientador.

- ✓ Entregar o TCC para o orientador no prazo estipulado por ele (o discente que não entregar o material para análise, no dia e horário pré-estabelecido pelo orientador, não poderá ser orientado na data seguinte, haja vista a impossibilidade de orientação uma vez que há uma fila de discentes aguardando sua vez);
- ✓ Cumprir com as atividades definidas no projeto de TCC;
- ✓ Enviar artigo final em 2 (duas) versões para o e-mail da Comissão de TCC a qual deve ser entregue com 10 dias de antecedência à data de apresentação, conforme cronograma de defesa elaborada pela comissão de TCC;
- ✓ Entregar ao orientador a versão final do TCC, com as correções sugeridas pela banca em versão impressa, encadernada em capa dura, conforme padrão institucional.
- ✓ Desenvolver a pesquisa de forma ética, livre de má conduta, plágios e má fé.

A não observação e cumprimento dos itens acima poderão acarretar em reprovação do discente na disciplina, conforme análise da Comissão de TCC. A elaboração da pesquisa é de responsabilidade do discente. A participação na pesquisa garante aos discentes direitos autorais sobre o material desenvolvido. Sendo que, trabalhos realizados em dupla ou em trio, em caso de transferência de um dos discentes (de turno, turma ou instituição), o discente que solicitar a transferência abre mão da pesquisa, necessitando, desta forma, iniciar nova pesquisa ou juntar-se à alguma pesquisa em andamento na nova turma.

É vedado aos discentes iniciar nova pesquisa o acadêmico na elaboração do projeto. Após prazo final de orientações, previamente determinado pelo orientador (a).

4.1.5 Forma de Coordenação do TCC

A Coordenação de curso em suas atribuições, com o objetivo de organizar e otimizar as ações na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cria a Comissão de TCC, que elabora este instrumento que regulamenta a disciplina (TCC), do curso de Psicologia, em relação à orientação, acompanhamento, execução do trabalho, elaboração da versão final, avaliação e defesa.

Das atribuições da comissão de TCC:

- ✓ Coordenar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos acadêmicos do curso de psicologia;
- ✓ Organizar o encontro preparatório aos trabalhos de conclusão do curso, para orientações legais, normativas e comportamentais referentes ao andamento do TCC;

- ✓ Orientar os acadêmicos para realização das suas atividades conforme as normas de TCC vigentes;
- ✓ Definir o período para as defesas, respeitando o calendário acadêmico;
- ✓ Definir a forma e o local das apresentações orais (defesa) que devem ser apresentadas no formato de Banner, caso o acadêmico fique impossibilitado de apresentar, poderá defender no formato de banca tradicional;
- ✓ Definir prazos de entrega de versões finais, em caso de TCC 2;
- ✓ Executar as tarefas burocráticas inerentes à disciplina, como elaboração de formulários de acompanhamento de TCC, busca de plágios, entre outros.
- ✓ Organizar comissão para avaliação de plágio;
- ✓ O não cumprimento dos prazos pode acarretar em reprovação do discente.

4.1.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

O Manual de TCC é disponibilizado na íntegra (com as orientações para o desenvolvimento do TCC I e TCC II) aos alunos pela Comissão de TCC e pelos professores orientadores aos representantes das turmas para repassarem aos demais discentes. A atualização do manual poderá ocorrer anualmente, após reunião da Comissão e aprovação do colegiado e da coordenação do curso.

4.1.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

Após defesa e arguição da banca, o artigo final deve ser corrigido conforme sugestão dos professores, e entregue em versão digital (obrigatório), esta versão, posteriormente será direcionado à biblioteca da instituição para consulta pública. A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Psicologia uma via em formato impresso em capa dura (obrigatório) e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma.

Os trabalhos em mídia eletrônica e impressa são entregues e protocoladas na biblioteca da IES que fica responsável em transferir o conteúdo para a biblioteca virtual. Ambos ficaram disponíveis para consulta pública.

4.1.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

A Coordenação de Psicologia em suas atribuições, com o objetivo de organizar e

otimizar as ações na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cria a Comissão de TCC, que elabora este instrumento que regulamenta a disciplina (TCC), do curso de Psicologia da IES, em relação à orientação, acompanhamento, execução do trabalho, elaboração da versão final, avaliação e defesa que deverá ser apresentada em forma de ARTIGO.

Sobre a Comissão de TCC

Das atribuições da comissão de TCC:

- a) Coordenar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos acadêmicos do curso de Psicologia;
- b) Organizar o encontro preparatório aos trabalhos de conclusão do curso, para orientações legais, normativas e comportamentais referentes ao andamento do TCC;
- c) Orientar os acadêmicos para realização das suas atividades conforme as normas de TCC vigentes;
- d) Definir o período para as defesas, respeitando o calendário acadêmico;
- e) Definir a forma e o local das apresentações orais (defesa) que devem ser apresentadas no formato de Banner, caso o acadêmico fique impossibilitado de apresentar, poderá defender no formato de banca tradicional;
- f) Definir prazos de entrega de versões finais, em caso de TCC 2;
- g) Executar as tarefas burocráticas inerentes à disciplina, como elaboração de formulários de acompanhamento de TCC, busca de plágios, entre outros.
- h) Organizar comissão para avaliação de plágio;
- i) O não cumprimento dos prazos pode acarretar em reprovação do discente.

Atribuições do orientador de TCC

- a) Orientar o acadêmico na elaboração do projeto a ser desenvolvido;
- b) Supervisionar e avaliar o desempenho do acadêmico de acordo com o projeto a ser desenvolvido no TCC;
- c) Assessorar o acadêmico na elaboração do TCC;
- d) Manter a comissão de TCC informada sobre o desenvolvimento das atividades do acadêmico;
- e) Determinar a composição da banca examinadora do TCC de acordo com a norma de TCC.
- f) Aprovar as versões para a banca examinadora e final do artigo;
- g) Orientar a elaboração da versão final (capa dura), que deve ser elaborada em formato de coletânea, de acordo com a linha de pesquisa.

Atribuições do Discente:

- a) Elaborar o projeto do TCC e encaminhar ao professor orientador para aprovação;

- b) Estar presente em todas as orientações e encontros previamente agendados. O não comparecimento às orientações individuais resultará na perda gradativa de pontos à critério do orientador.
- c) Entregar o TCC para o orientador no prazo estipulado por edital, estabelecidos pela IES tanto para entrega, quanto para a devolução por parte do orientador.
- d) Cumprir com as atividades definidas no projeto de TCC;
- e) Enviar artigo final com 10 dias de antecedência à data de apresentação, conforme cronograma de defesa elaborada pela comissão de TCC;
- f) Desenvolver a pesquisa de forma ética, livre de má conduta, plágios e má fé.
- g) A não observação e cumprimentos dos itens acima poderão acarretar em reprovação do discente na disciplina, conforme análise da Comissão de TCC.
- h) A elaboração da pesquisa é de responsabilidade do discente. A participação na pesquisa garante aos discentes direitos autorais sobre o material desenvolvido.

5. Política de apoio ao Discente:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro. As ações programadas de apoio ao discente oferecidas pelo GRUPO IME/FAMETRO, também se expandem para atender as mantidas e outras IES que fazem parte do grupo.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento emanexo):

- ✓ PAD – Programa de Apoio ao Discente,

- ✓ PROCESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

Programas Governo Federal: FIES

E PROUNI; Programa Municipal:

Bolsa Universidade

Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

5.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

5.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e

encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso às instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)*, publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de

comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- ✓ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;
- ✓ Adequação nos mobiliários e equipamentos;
- ✓ Adequação de objetivos;
- ✓ Adequação de conteúdos;
- ✓ Adequação de métodos e didática;
- ✓ Adequação nas avaliações;
- ✓ Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a serem consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- ✓ Altas habilidades e superdotação;
- ✓ Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;
- ✓ Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CIDou DSMV-TR;
- ✓ Transtornos globais;
- ✓ Alterações orgânicas como insuficiências.
- ✓ Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,
- ✓ Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotinas realizados;

- ✓ Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;
- ✓ Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;
- ✓ Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;
- ✓ Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;
- ✓ Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;
- ✓ Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;
- ✓ Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;
- ✓ Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educacionais especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

5.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos

de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto. A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

5.8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

5.9 Ações Inovadoras

5.9.1 Workshop de Empregabilidade; Escola de Empreendedores e Escola de Líderes.

O Workshop de Empregabilidade é um evento institucional, promovido pelo NADI, para potencializar o processo de inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho, estreitando as relações entre as necessidades formativas para a futura empregabilidade e a formação adquirida. Este diálogo, contribui com a inserção e ampliação de novas competências nos currículos da graduação, fortalecendo a formação dos nossos alunos.

Já o Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será oferecido a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que têm o interesse em abrir seu próprio negócio.

As ações do Programa visam à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse

projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bem-estar na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação dessas capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional. Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

No que compete a Escola de Líderes, é um espaço de formação de novas lideranças e está voltado principalmente para os representantes de turmas democraticamente eleitos. Por meio de oficinas pedagógicas e workshops os professores do Curso de Administração e de outros Cursos de Gestão abordando temas voltados ao protagonismo juvenil, mediação de conflitos, as competências e habilidades de líderes; *softs skills*, dentre outros temas.

A Escola de Líderes e a Escola de Empreendedores são projetos de caráter contínuo, ofertados a todos os alunos tanto na modalidade presencial e à distância. O Workshop de Empregabilidade ocorre sempre ao final do semestre letivo e é parte integrante do calendário oficial da instituição.

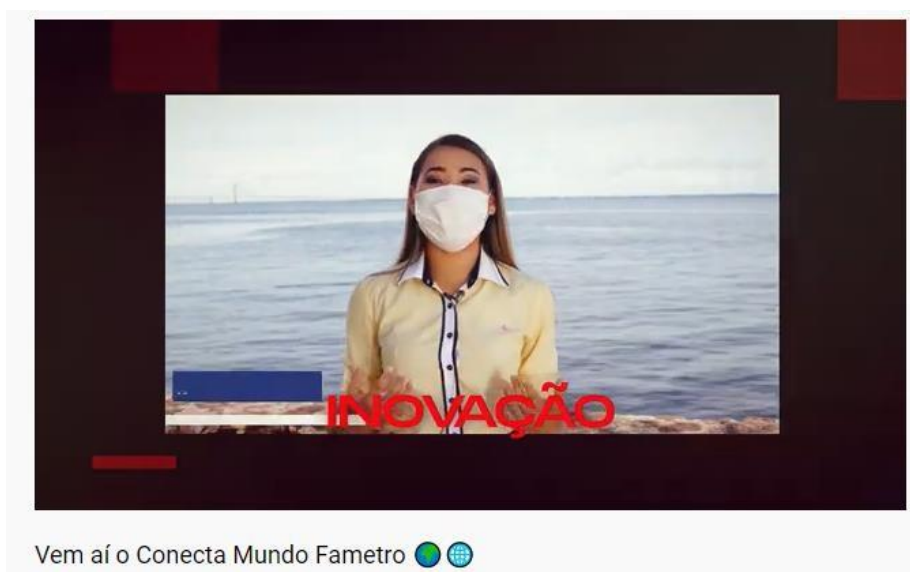
5.9.1.2 Conecta Mundo FAMETRO- GRUPO IME

Programa multimídia destinado a divulgação de todas as atividades inovadoras realizadas pelas mantidas e IES que fazem parte do GRUPO IME/FAMETRO, com a gravação de vídeos para as redes sociais com a intenção de demonstrar a comunidade externa o trabalho pedagógico realizado nas salas de aulas e demais espaços institucionais, valorizando boas práticas pedagógicas, atuando como ação de estímulo a adoção de práticas inovadoras e articuladoras entre teoria e prática, ressaltando as ações de extensão, pesquisa e inovação no âmbito da IES. Projeto de fluxo

contínuo voltado para os cursos na modalidade presencial e a distância.



Posicione a câmera do seu celular para assistir o vídeo na íntegra.



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



#Conectafametro #Fametro
Conecta Mundo Educação Física



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.



ECOTURISMO - UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL | CONECTA MUNDO FAMETRO



Aponte a câmera do seu celular para o código QR Code para assistir o vídeo na íntegra.

5.9.2 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados e os selecionados realizam a monitoria semestral tutorados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

5.10 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

- a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;
- b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores;
- c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;
- d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

- ✓ Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;
- ✓ Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;
- ✓ Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;
- ✓ Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;

- ✓ Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a prática acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;
- ✓ Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

5.10.1 Objetivos do Processo de Autoavaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

- ✓ Promover a Cultura da autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

- ✓ Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ✓ Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- ✓ Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

5.10.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de autoavaliação é assumido dentro de duas dimensões:

- a) A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação

são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) A segunda se define como avaliação interna, esta dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam o determinante macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- 1ª Missão Institucional
- 2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- 3ª Responsabilidade Social
- 4ª A Comunicação com a Sociedade
- 5ª Política de Pessoal
- 6ª Gestão Institucional
- 7ª Infraestrutura
- 8ª Planejamento e Avaliação
- 9ª Atendimento ao Estudante
- 10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

- 1.1 Políticas de Pessoal;
- 1.2 Organização e Gestão da Instituição;
- 1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

- 2.1 Melhorias das Instalações Físicas;
- 2.2 Equipamentos; Máquinas;
- 2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

- 3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;
- 3.2 Ações de Estimulo a Extensão;
- 3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;
- 3.4 Ações de Apoio ao Discente;
- 3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

- ✓ Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos

serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

- ✓ Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a autoavaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.
- ✓ Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.
- ✓ Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
- ✓ Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e

para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

5.10.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação. O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

- ✓ **Introdução** - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.
- ✓ **Metodologia** - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.
- ✓ **Desenvolvimento** - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.
- ✓ **Análise dos dados e das informações** - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.
- ✓ **Ações previstas com base na análise dos dados** - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

5.10.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- ✓ Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao

desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de



habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares. Uma das mais significativas e importantes ações de solidariedade desenvolvidas pelo GRUPO IME/FAMETRO é o Natal Solidário, campanha desenvolvida institucionalmente por todos os cursos em todas as mantidas e instituições pertencentes.

- ✓ Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos

dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- ✓ Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.
- ✓ Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- ✓ Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- ✓ Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- ✓ Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

- ✓ Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ✓ Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- ✓ Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

5.10.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso. Após receber os resultados da autoavaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

5.10.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade e Acadêmica

A divulgação dos resultados da autoavaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações

educativas. A exemplo das demais IES do Grupo, os resultados da **Faculdade Amazonas** também terão ampla divulgação externa pelas redes sociais.



Evidências de Divulgação: <https://www.youtube.com/watch?v=xghVIKzzYUs>
<https://www.youtube.com/watch?v=sMRRwz0btTo>

5.11 Atividades de tutoria

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes. As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros mediados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade

aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

- ✓ Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;
- ✓ Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;
- ✓ Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;
- ✓ Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;
- ✓ Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;
- ✓ Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;
- ✓ Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;
- ✓ Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;
- ✓ Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;
- ✓ Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

- ✓ Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;
- ✓ Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o

desenvolvimento acadêmico;

- ✓ Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;
- ✓ Aplicar as avaliações presenciais;
- ✓ Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

5.11.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo “espaço”. Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

5.11.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes.

As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídia fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a todos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

Deve ainda favorecer um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturação.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

5.11.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- ✓ Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- ✓ Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- ✓ Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- ✓ Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas

atividades na tutoria. Na tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar. O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação. O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se, portanto, de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo

revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

5.11.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação. Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

5.11.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes.

Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressadas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma.

Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

5.11.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

5.12 Conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores

5.12.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhadas ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas no Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

- ✓ Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;
- ✓ Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;
- ✓ Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;
- ✓ Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;
- ✓ Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEAD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão

incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

5.12.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores. São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2021	2022
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.	X	X
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.	X	X
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;	X	X
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.	X	X

	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.	X	X
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.	X	X
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.	X	X
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.	X	X
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.	X	X
	Promover Formação específica para criação de vídeo e audioaulas por meio digital.	X	X
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.	X	X

5.12.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

5.13 Tecnologias de informação e comunicação (tic) no processo ensino aprendizagem

5.13.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar

sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

5.13.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o acesso a todas as pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

5.13.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornando possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adequa ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

5.13.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

5.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

5.14.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object -Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

- ✓ Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);
- ✓ Adequado para aulas on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;
- ✓ Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

- ✓ Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);
- ✓ Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);
- ✓ A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;
- ✓ Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;
- ✓ Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;
- ✓ A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

5.14.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

- ✓ CHAT de suporte;
- ✓ CHAT de tutoria;
- ✓ VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online: Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

- ✓ Fóruns de curso;
- ✓ Fóruns de temas;
- ✓ Questionários online;
- ✓ Videoaula.

5.14.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA.

A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

5.15 Material didático institucional

5.15.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeoaulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais

instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCN's e os objetivos de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso, e disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem específicas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES. Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

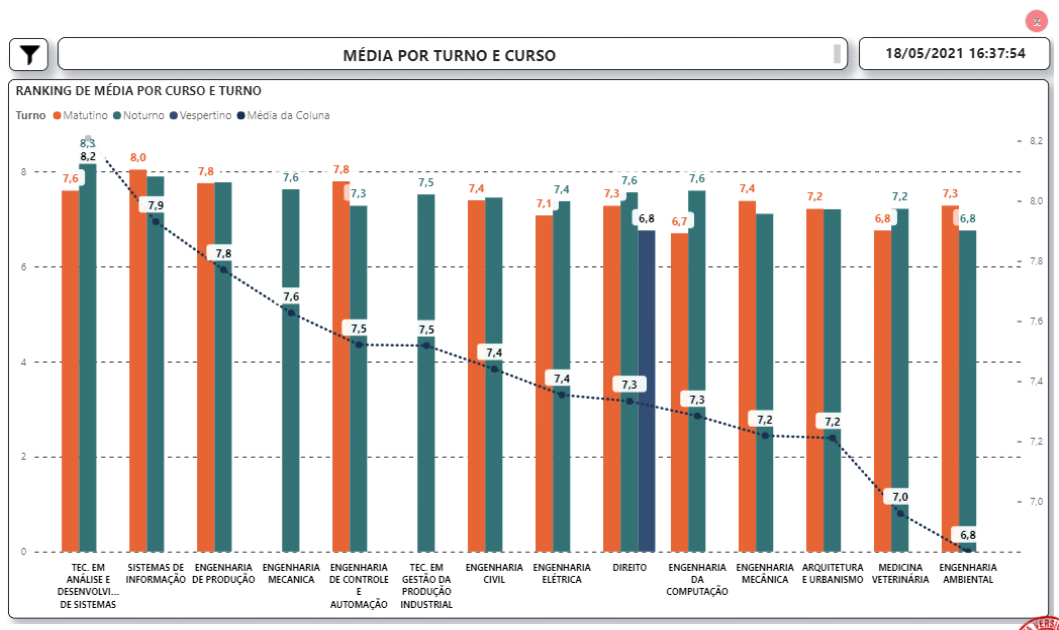
Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores.

Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

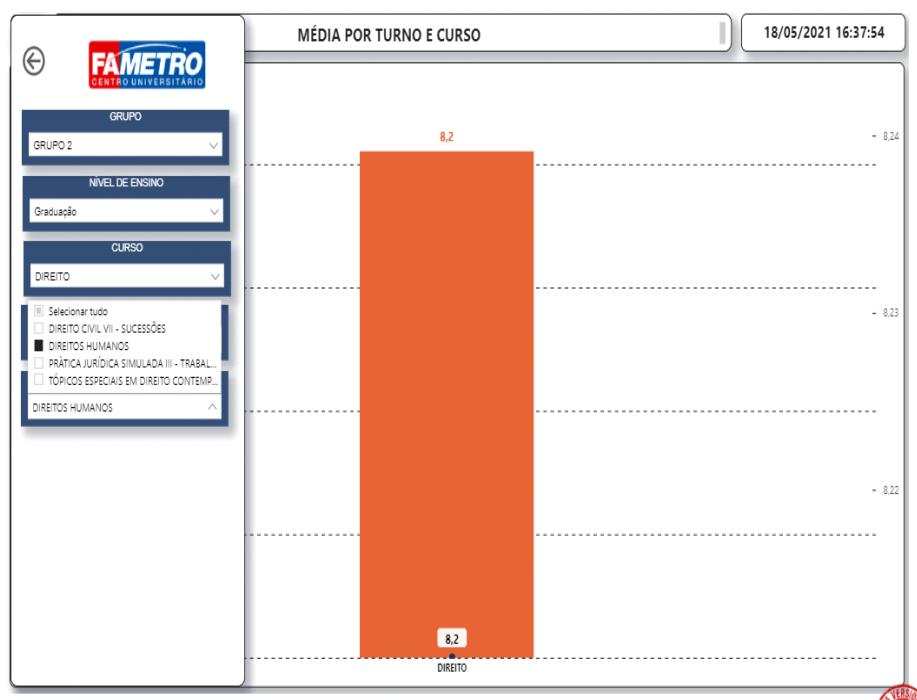
5.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

5.16.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da Fametro, neste ambiente os coordenadores têm a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.



Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *input* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.

/ 2021/1 - (SEDE)TG-GAST211M01-02 - TÉCNICAS CULINÁRIAS I / AVALIAÇÕES / AVALIAÇÃO N1 / Visualização prévia

2021/1 - (SEDE)TG-GAST211M01-02 - TÉCNICAS CULINÁRIAS I

Participantes

Emblemas

Competências

Notas

MATERIAL DE APOIO

VIDEOCONFERÊNCIA

ATIVIDADES

AVALIAÇÕES

Panel

Página inicial do site

Calendário

Arquivos privados

Meus cursos

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão 1

Ainda não respondida

Valia 1.00 ponto(s).

Marcar questão

Editar questão

Os equipamentos são classificados como: equipamento de preparação, equipamentos de conservação e equipamentos de cocção, cada um com uma especificidade maneira diferente de trabalho, trazendo inúmeros benefícios a quem os utiliza.

A partir das informações apresentadas marque a alternativa correta que fala sobre os equipamentos de preparação?

Escolha uma opção:

☐ a. Os moedores existentes no mercado são bastante diversificados, para uso doméstico e para uso profissional, são utilizados não só para moer carnes, mas também para preparar caftas e até embutidos.

☐ b. Os liquidificadores para uso profissional são versáteis e nos possibilita bater pequenas quantidades de alimentos com mais precisão.

☐ c. As laminadoras estão em alta no mercado gastronômico uma vez que seu poder de extração de carozos é muito eficaz no processo de produção de carpaccio.

☐ d. A serra profissional é muito utilizada para a preparação de ensopados com osso.

☐ e. O cilindro existe de duas formas, para uso doméstico e profissional, sendo que o doméstico é utilizado por padarias por ser mais prático.

Navegação do questionário

1 2 3 4 5 6 7 8

Finalizar tentativa ..

Iniciar nova visualização

5.16.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto, o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

- ✓ Determine uma periodicidade.
- ✓ Liste seus pontos fortes e fracos.
- ✓ Identifique como você reflete os pontos fortes listados.
- ✓ Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.
- ✓ Compreenda seus pontos fracos.
- ✓ Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.
- ✓ Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura. Do mesmo modo do presencial, a avaliação se dará de maneira diagnóstica; formativa e somativa.

5.16.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a

matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa. Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e análise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

5.16.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio

Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

5.17 Número de vagas e formas de acesso ao curso

5.17.1 Número de Vagas Pleiteado

Matutino	Noturno
100 vagas	100 vagas

5.17.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa. Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber: Cenário loco-regional da demanda e evolução da tecnologia na Região.

O Estado do Amazonas é um estado com características geográficas bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas. Entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, extensa, variada e densa floresta, um importante ecossistema para o planeta. O Estado também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão e a presença de vasta quantidade de água caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha, o trânsito de pessoas, materiais e serviços, à região é feito por via fluvial ou aérea. Ainda assim, o Estado do Amazonas apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Amazonas é de 0,6 a 0,7 que caracteriza um avanço em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011a). A capital do estado é naturalmente, pelo cenário apresentado, o local para onde convergem demandas no crescimento da tecnologia da informação, a cidade contribui com 79% do PIB do Estado do Amazonas, se constituindo no centro de referência dos serviços de educação, saúde e tecnologia do Estado.

A necessidade de profissionais de saúde capacitados vem atrelada a proposta governamental de ampliação e implementação de serviços em prol da Saúde Brasileira dentro do SUS, sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços, intenção confirmada pelo Plano Estadual de Saúde 2016-2019, o qual prevê onze objetivos estratégicos que demandam para a sua plena realização, a formação de profissionais em todas as áreas da saúde, dentre os quais

destacamos a qualificação do quadro já existente, a partir da educação permanente e continuada, além é claro na formação de novos quadros que possam contribuir para reverter o quadro de atendimento em saúde no Amazonas, elevando os padrões de qualidade do que se tem ofertado a população até então.

São inúmeros os desafios que se apresentam para os profissionais de saúde numa região marcada por desigualdades sociais e de tamanha diversidade no campo da natureza e da sociedade, as inúmeras transformações operadas no campo da ciência e da pesquisa, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes, tem feito sentir seus efeitos em todos os campos da vida em sociedade.

Para este novo perfil profissional, é necessário pensar os modelos de formação ofertados pelos desenhos curriculares até então ofertados. Não se pode desejar um profissional com características novas se, o desenho curricular se apresenta pouco flexível e ainda se este não proporcionar por meio de novas metodologias, a formação das capacidades e competências que olham a educação numa perspectiva de futuro.

A implantação do Curso de Psicologia, se justifica por ensejar um modelo mais alinhado com as tendências e necessidades de profissionais para atuar neste novo contexto do mundo do trabalho. Trata-se de um proposta fundamentada em um modelo metodológico, baseado em metodologias ativas, na permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção precoce do profissional nos cenários de prática simulados e reais, proporcionado pelas aulas práticas dos componentes curriculares, em um modelo de avaliação de aprendizagem que de fato promove a avaliação diagnóstica e formativa, e por fim, pela inserção de novas propostas de componentes curriculares que se pretendem pensar, a inovação, a pesquisa na área de saúde, além é claro de uma infraestrutura diferenciada, número de alunos limitado por turma - o que permite maior interação professor-aluno - além de todo o suporte do Programa de Atendimento ao Discente já apresentado neste projeto.

Este conjunto de diferenciais, aliado a um corpo docente altamente qualificado, com experiência docente e profissional fora do magistério, em quantidade proporcional ao número de alunos, garantirá uma formação com aspectos distintos do que se observa no cenário educacional local.

Solicita-se 200 vagas para o Curso de Graduação em Psicologia, distribuídas em turmas de 50 alunos (duas turmas no matutino e duas no noturno). No caso da solicitação de Autorização estão elencados 20 professores divididos entre tempo integral e parcial. Como política institucional a proporção de distribuição de disciplinas para um único professor, respeitando sua área de formação e atuação profissional e científica é de no máximo três por professor. Isto garante a qualidade no planejamento das atividades pedagógicas, no acompanhamento necessários aos resultados de avaliação da turma e individual, formando um ambiente cuidadoso que preza pela qualidade acadêmica e bem-estar docente.

5.17.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo. O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

Processo Seletivo;

- ✓ Transferência;
- ✓ Transferência ex officio
- ✓ Portador de Diploma de Curso Superior;
- ✓ Reopção;
- ✓ ENEM.

5.17.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Contínuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

A seleção, aberta por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio. A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior. O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

5.17.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

- ✓ A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:
- ✓ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ✓ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ✓ Regime ou critério de aprovação.

5.17.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

- a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);
- b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)
- c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)
- d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)
- e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;
- f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento,

Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada. A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a). A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

5.17.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- ✓ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ✓ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ✓ Regime ou critério de aprovação

5.17.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da IES, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de reopção são:

- ✓ Existência de vaga no curso pretendido;
- ✓ Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- ✓ Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

5.17.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

5.17.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a IES.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior. A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga. A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior. A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

5.18 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas)

5.18.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

A integração entre a IES e a rede pública de ensino é realizada com a formalização do convenio e através das práticas de estagio acadêmico durante a disciplina de estagio curricular.

5.18.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

As atividades serão desenvolvidas em sala de aula através das metodologias ativas e desenvolvimento de práticas de ensino.

5.18.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

As documentações são formulários de estagio curricular (anexa no projeto complementar).

5.18.4 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

As inovações estarão vinculadas ao conteúdo disciplinar na matriz curricular no qual as ações serão voltadas para integração acadêmico/ estagiário e rede pública de ensino.

5.19 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS

5.19.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

O Convênio e parceria com a Secretaria de Saúde de Municipal e Estadual prevê medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos a atenção à saúde ao usuário do SUS.

Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

5.19.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

A organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso. A inserção do estudante na atenção primária, secundária e terciária de saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

O aluno atuará na promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais com uma equipe multiprofissional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Os critérios e etapas estão definidos de acordo com o amadurecimento do discente ao longo dos semestres, proporcionando níveis de complexidade de acordo com sua experiência acadêmica, apreendidas pelos conteúdos ministrados. Sendo assim, segue a tabela abaixo:

Disciplina	Período	Nível de complexidade	Cenários envolvidos	Profissionais envolvidos
Estágio Básico I	5º	Baixo	Prática de observação, realização de triagem e escuta do atendimento realizado pelo profissional no local (Clínicas, CAIMI, CAIC, Fundação e Centro de cuidados ao idoso, Hospital geral	Equipe multidisciplinar: Médicos, Psiquiatras Enfermeiros; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Estágio Básico II	6º		Prática de atendimento psicológico, (triagem, entrevistas, aplicação de testes psicológicos) escuta e intervenção (Clínicas, CAIMI, CAIC, Fundação e Centro de cuidados ao idoso, Hospital geral	Equipe multidisciplinar: Médicos, Psiquiatras Enfermeiros; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Estágio Supervisionado Específico I	9º	Médio	prática se desenvolverá junto à clientela do local, seja criança a idoso. As práticas são realizadas desde a triagem(verificar demanda de atendimento) entrevistas, processo de intervenção e orientação;	Equipe multidisciplinar: Médicos, Psiquiatras Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas.
Estágio Supervisionado Específico II	10º		prática se desenvolverá junto à clientela do local, seja criança a idoso. As práticas são realizadas desde a triagem(verificar demanda de atendimento) entrevistas, processo de intervenção e orientação;	Equipe multidisciplinar: Médicos, Psiquiatras Enfermeiros; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.

5.20 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

Os conteúdos trabalhados estarão relacionados com todo o processo saúde doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar. Essas atividades práticas serão supervisionadas pelos tutores das respectivas disciplinas e visam uma formação do Psicólogo para atender ao sistema de saúde vigente local e do país.

O Curso de Graduação em Psicologia bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada. Dessa forma, as atividades práticas de ensino estão voltadas a ciências da saúde com estágios supervisionados obrigatórios (inclusive envolvendo o SUS) sempre contando com a interdisciplinaridade e transversalidade articulando ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os alunos participam de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

- a.** As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.
- b.** As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.
- c.** Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

5.20.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

Período	Atividades Práticas	Competências da DCN (vide Perfil do Egresso)	Contexto Regional de Saúde
1º	-Laboratório de Anatomofisiologia. Nessa prática é extremamente importante para que os alunos conheçam os sistemas orgânicos que permitam a simulação de contextos fisiológicos e humanos e que possibilitem análises e tomadas de decisão para o contexto das funções dos diversos sistemas orgânicos. - Sistema Locomotor e Muscular. Conhecer o sistema ósseo, articular e muscular. -Sistema Nervoso Conhecer o Sistema Nervoso seus componentes, particularidades e funcionamento. -Sistema Cardiorrespiratório. Conhecer o Sistema Cardiorrespiratório seu funcionamento e interconexão. -Sistema Digestório. Conhecer o Sistema Digestório, seu funcionamento e conexão com o Sistema Nervoso -Sistema Reprodutor. Conhecer o Sistema Reprodutor, suas funções e manifestações e - Sistema Endócrino. Conhecer o Sistema Endócrino e sua Função e inter-relação com os demais sistemas corporais	Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins. Fundamentos teórico- metodológicos que garantam a apropriação crítica do Conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.	As disciplinas de base são essenciais para inserir o aluno no contexto da saúde e da Psicologia O tutor tem o papel de contextualizar o conteúdo com aspectos regionais, levando em conta as doenças mentais emergentes e doenças regionais sempre voltado ao âmbito da saúde pública. Além disso, as práticas são voltadas para realidades regionais, levando em conta as necessidades locais.
2º	Laboratório de Neurociência -Anatomia Estrutural do Sistema Nervoso: Divisão Anatômica do Sistema Nervoso. - Anatomia Estrutural do Sistema Nervoso: Sistema Nervoso Central -Anatomia Estrutural do Sistema Nervoso: Cerebelo - Anatomia Estrutural do Sistema Nervoso: Córtex Cerebral	Interfaces com campos afins do conhecimento para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos; Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional; Fenômenos e processos psicológicos que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar	

		amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;	
3º	Laboratório de experimental: Serão reproduzidos experimentos clássicos da psicologia e para o desenvolvimento de pesquisa do comportamento animal. A tutoria ocorrerá no laboratório de informática utilizando o programa Sniffy – O rato virtual: versão PRO 2.0 em computadores que serão alocados no ambiente físico com o intuito de simular o roedor de experimentação. Podendo ser um local adequado para as atividades de aula presencial e pesquisa, não contará com biotérios uma vez que, não se faz necessário realizar experimentação com roedores. O curso de Psicologia seguirá a orientação normativa da resolução de 12 de Setembro de 2013 sobre a restrição do uso de animais para fins experimentais e educacionais.	Interfaces com campos afins do conhecimento para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos; Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional; Fenômenos e processos psicológicos que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;	

5.20.2 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Em consonância com as diretrizes curriculares, a qual preconiza que a formação deve levar em consideração os aspectos da região, alinhado ao perfil do egresso com o desenvolvimento de competências específicas, o qual é tratado com afinco nas atividades transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial. Ainda, na concepção do curso foi articulado disciplinas que possam abranger e dotar os discentes de tais competências, dentre os quais podemos citar as disciplinas de:

- Aspectos Psicossociais e Culturais da Amazônia;
- Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade;
- Relações Étnicas Raciais e Afrodescendência.

5.20.4 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Com base § 5º A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógica.

5.20.5 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

As atividades práticas serão desenvolvidas durante o estágio curricular, e cada local apresenta uma demanda específica que assim, será desenvolvida entre acadêmico e supervisor local.

6 - DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

6.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O Núcleo Docente Estruturante deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE:

- ✓ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação, por fim o NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

6.1.2 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

6.1.3 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

6.1.4 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

6.2 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização, planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

- ✓ 01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;
- ✓ 01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão;
- ✓ Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;
- ✓ Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;
- ✓ 01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos;
- ✓ 01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

- ✓ Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;
- ✓ Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;
- ✓ Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;
- ✓ Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;
- ✓ Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

- ✓ 01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;
- ✓ 01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;
- ✓ 02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.
- ✓ Tem como atribuições:
- ✓ Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;
- ✓ Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- ✓ Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

- ✓ Produzir recursos para as videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas relativas às videoaulas;
- ✓ Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;
- ✓ Produzir locais para gravações externas e entrevistas;
- ✓ Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.
- ✓ Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;
- ✓ Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

- ✓ Acompanhar gravações;
- ✓ Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;
- ✓ Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e
- ✓ Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Coordenação de Produção

Tem como atribuições:

Ser responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Produzir recursos para as videoaulas; Gerenciar demandas relativas às videoaulas; Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;

Produzir locais para gravações externas e entrevistas;

Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.

Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas; Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

Acompanhar gravações;

Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;

Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Composição:

- ✓ 04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- ✓ 01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;
- ✓ 02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;
- ✓ 01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

6.2.1 Plano de ação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados

A equipe multidisciplinar do Núcleo de Educação a Distância desta IES, tem a finalidade de auxiliar as instâncias administrativo-pedagógicas no planejamento e implementação de ações que visem a melhoria da qualidade do ensino dos cursos ofertados pela instituição. Ressalta-se que não existe um modelo único de equipe multidisciplinar. Em regra, essas se adequam às demandas dos cursos criados em cada IES e nessa perspectiva a equipe multidisciplinar do NEaD não se afasta dessa realidade.

O principal documento que serve de embasamento para a elaboração deste documento é o Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, em 2007, que aponta que na “(...) educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade” (2007, p. 19).

Entretanto, esse mesmo documento indica que, independentemente da configuração do modelo de equipe multidisciplinar, essa deverá ter como funções o planejamento, a implementação e a gestão dos cursos à distância (2007)⁴. A equipe multidisciplinar do NEaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição.

Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar, com o fito de elaborar o Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, conforme o modelo abaixo:

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: Plano de ação

2.2 equipe multidisciplin

AÇÃO	OBJETIVO	META	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	MONITORAMENTO

Direcionamento

- Produção de Material Didático
- Capacitação Docente
- Capacitação Tutorial
- Acolhimento de estudantes
- Interface polos de apoio
- Suporte
- Novos cursos
- Inovação

6

Este documento pretende definir as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com o que está previsto nas resoluções do Conselho Superior e nos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs.

6.2.2 Atuação da equipe multidisciplinar e processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar tem um papel fundamental na organização do trabalho pedagógico no processo de Educação à Distância, pois os desafios complexos inerentes à modalidade demandam um conjunto de saberes e expertises que só podem ser levados a cabo com sucesso, mediante “um conjunto estruturado de funções, desenvolvidas por profissionais de diferentes backgrounds”.

Sendo assim, são atribuições da equipe multidisciplinar:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Assegurar a distribuição do material didático no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES;
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com EaD;
- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para a EaD.

7.1 Regime de trabalho do coordenador do curso

7.1.2 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 30h de Coordenação
- 04h de Núcleo Docente Estruturante
- 06h de sala de aula.

7.1.3 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência. A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

- ✓ Reconhecer as necessidades da área em que atua;
- ✓ Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
- ✓ Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
- ✓ Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
- ✓ Operar novas tecnologias;
- ✓ Avaliar o trabalho dos docentes
- ✓ Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
- ✓ Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
- ✓ Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
- ✓ Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança. Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo. No que compete a representatividade do

coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

7.1.4 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem.

Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o corpo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades. Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

7.1.5 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

7.1.6 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São

objetivos do Plano:

- ✓ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ✓ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ✓ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ✓ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao

desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feito projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

- iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- viii) Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

7.1.7 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizada uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO												
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?														
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?														
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?														
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?														
Possui boa relação com seu corpo docente?														
Possui boa relação com seu corpo discente?														
É pontual?														
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?														
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?														
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA														
Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert: <table border="0"> <tr> <td>PARECER</td><td>LEGENDA</td></tr> <tr> <td>1</td><td>Discordo totalmente</td></tr> <tr> <td>2</td><td>Discordo parcialmente</td></tr> <tr> <td>3</td><td>Não concordo, nem discordo</td></tr> <tr> <td>4</td><td>Concordo parcialmente</td></tr> <tr> <td>5</td><td>Concordo totalmente</td></tr> </table>			PARECER	LEGENDA	1	Discordo totalmente	2	Discordo parcialmente	3	Não concordo, nem discordo	4	Concordo parcialmente	5	Concordo totalmente
PARECER	LEGENDA													
1	Discordo totalmente													
2	Discordo parcialmente													
3	Não concordo, nem discordo													
4	Concordo parcialmente													
5	Concordo totalmente													
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO												
Média do curso de satisfação por disciplina básica;														
Média do curso satisfação por disciplina específica;														
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;														
Quantidade de aulas práticas por semestre;														
Quantidade de visitas técnicas por semestre;														
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;														
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA														
Titulação docente;														
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;														

Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

Após realizada a avaliação do coordenador, e tendo em posse os resultados da CPA, os resultados serão discutidos individualmente para oportunidades de melhorias e indicação dos pontos fortes da gestão em curso. Após o processo de atendimento individual, os resultados serão publicizados nas vias de comunicação interna e externa da Instituição

8.1 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação da IES, se encontra ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

8.1.2 Corpo docente

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino. A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

- I. Doutores;
- II. Mestres;
- III. Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho. O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;

- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

8.1.3 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- ✓ Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- ✓ Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- ✓ Entrevista com o candidato;
- ✓ Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo. E o Relatório de Estudo Docente estará disponível na documentação apresentada para a visita in loco.

8.1.4 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação o nosso quadro de docentes analisam as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional.

8.2 Regime de trabalho do corpo docente

8.2.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios serão enviados para comprovação no momento da visita in loco.

8.2.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horária por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

8.3 Experiência profissional do docente

8.3.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue nos anexos, a relação dos docentes e as respectivas experiências profissionais fora do magistério superior.

8.3.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

9.1 Experiência no exercício da docência na educação básica

Não se aplica

9.1.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

Não se aplica

10.1 Experiência profissional do docente na docência superior

10.2 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem. A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo.

11.1 Experiência no exercício da docência na educação a distância

11.2 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa. Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos.

Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se depara com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história

profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciado na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva. As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

(...) compreende-se melhor a função docente do professor, “colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos”.

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes. Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. “O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como

uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto”. Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-los na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um “professor digital”, contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser “[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41)

aponta uma série de conhecimentos necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva “[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida”. Na documentação que estará disponível na avaliação in loco estará a disposição a documentação comprobatória experiência do corpo docente na educação à distância.

12.1 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

12.2 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para processo laborar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover:

- ✓ Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.

- ✓ Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.
- ✓ Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
- ✓ Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.
- ✓ Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.
- ✓ Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.
- ✓ Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD
- ✓ Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.
- ✓ Promover Formação específica por meio digital.
- ✓ Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com Docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares. Nos documentos complementares dispostos para a visita in loco, estará disposto a relação comprobatória da experiência do corpo docente na educação à distância.

13.1 Atuação do colegiado de curso

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso. O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ✓ Coordenador, que o preside;
- ✓ Corpo docente do curso;
- ✓ Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e

respectivos programas elaborados pelo NDE;

Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

- ✓ Acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;
- ✓ Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- ✓ Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;
- ✓ Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário.

Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

13.2 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- ✓ Coordenador, que o preside;
- ✓ Corpo docente do curso;
- ✓ Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;
- II. Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;
- III. Acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;
- IV. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- V. Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de

professores;

VI. Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdos das reuniões são registrados em ata.

13.3 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

13.4 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

14.1 Titulação e formação do corpo de tutores presenciais e tutores a distância

14.2 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta para o momento da visita os documentos comprobatórios em relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

15.1 Experiência do corpo de tutores

15.2 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo, a relação das experiências dos tutores a distância e seu desempenho na identificação de dificuldades de aprendizagem.

16.1 Interação entre tutores, docentes e coordenador de curso

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCN's do curso.

As tutorias *online* e as tutorias presenciais têm atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCN's do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma *online* e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

16.2 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

16.3 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de

planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

17.1 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

17.2 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta no momento da visita in loco, as comprovações das respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

18.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

19.1 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

20.1 Sala coletiva de professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

21.1 Salas de aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos à disposição.

22.1 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Equipamento	Quant.
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1
Carrinho de transporte	1
Notebook Positivo Master N170I	45
Suporte para notebook em madeira	45
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1

23.1 Bibliografia básica por unidade curricular

São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES. Para os alunos da Faculdade Amazonas e demais IES e mantidas do GRUPO IME/FAMETRO está à disposição acervo digital das bibliotecas digitais PEARSONS; SARAIVA; GRUPO A

24.1 Bibliografia complementar por unidade curricular

São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca. Para os alunos da Faculdade Amazonas e demais IES e mantidas do GRUPO IME/FAMETRO está à disposição acervo digital das bibliotecas digitais PEARSONS; SARAIVA; GRUPO A

Periódicos online

1-Psicologia em Revista

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista>

2 – Psico-USF (Publicação da Universidade de São Francisco, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8271&lng=pt&nrm=iso

3 – Psicologia & Sociedade (Associação Brasileira de Psicologia Social)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7182&lng=pt&nrm=iso

4 – Revista Psicologia Clínica (Departamento de Psicologia PUC/RJ)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-5665&lng=pt&nrm=iso

5 – Psicologia USP (Instituto de Psicologia da USP)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-6564&lng=pt&nrm=iso

6 – Psicologia em Estudo (Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-7372&lng=pt&nrm=iso

7 – Psicologia: Ciência e Profissão (Conselho Federal de Psicologia)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-9893&lng=pt&nrm=iso

8 - Psicologia: Reflexão e crítica (Curso de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7972&lng=pt&nrm=iso

- 9 – Psicologia: teoria e pesquisa (Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-3772&lng=pt&nrm=iso
- 10 – Fractal Revista de Psicologia (Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-0292&lng=pt&nrm=iso
- 11 – Estudos de Psicologia da UNICAMP
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-166X&lng=pt&nrm=iso
- 12 - Estudos de Psicologia da UFRN
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso
- 13 - Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1983-8220&lng=pt&nrm=iso
- 14 – Psychology&Neuroscience (Versão em Português)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1983-3288&nrm=iso&rep=&lng=pt
- 15 - Revista Psicologia Organizações e Trabalho
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1984-6657&lng=pt&nrm=i
- 16 – Revista Ciências e Cognição
<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/index>
- 17 - Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental (Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-4714&lng=en&nrm=iso
- 18 - Memorandum: memória e história em psicologia
<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/apresenta.htm>
- 19 - Revista Brasileira de Psiquiatria (Associação Brasileira de Psiquiatria)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-4446&lng=pt&nrm=iso
- 20 - Revista Brasileira de Terapia Intensiva (Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-507X&lng=pt&nrm=iso

25.1 Laboratórios didáticos de formação básica

25.2 Laboratórios didáticos de formação básica do curso

Laboratório Anátomo Morfofuncional

O uso de laboratórios é extremamente importante para que os alunos conheçam os sistemas orgânicos que permitam a simulação de contextos fisiológicos e humanos e que possibilitem análises e tomadas de decisão para o contexto das funções dos diversos sistemas orgânicos.

25.3 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

Normas gerais para docentes e discentes durante as aulas práticas na área da saúde e tecnológico.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

1. A **reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor** solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;
2. No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;
3. É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;
4. É obrigatória a utilização de **BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO** para que proporcione maior segurança;
5. Usar **JALECO BRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;
6. Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;
7. Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
8. Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;
9. Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;
10. Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;
11. Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;
12. Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;
13. Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;
14. Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;
15. O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;
16. Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;
17. Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.

18. É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.
19. Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

Das posturas e procedimentos de segurança

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

1. Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.
2. Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
3. Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.
4. Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.
5. Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.
6. Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.
7. Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.
8. Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
9. Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
10. Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
11. Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);
12. Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;
13. Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;
14. Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;
15. Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;
16. Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpac, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

17. Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.
18. Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).
19. É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.
20. Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.
21. Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.
22. Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

Da permanência no laboratório

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

1. Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.
2. O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
3. Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

Biossegurança

1. As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
2. As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
3. Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
4. Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;
5. Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
6. Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
7. Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.
8. São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

Conservação e manutenção dos equipamentos de laboratório

1. Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
2. A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.
3. Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.
4. Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.
5. Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

Do empréstimo de material para os docentes

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA**.

Do agendamento de laboratório

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

26.1 Laboratórios didáticos de formação específica

26.2 Laboratórios didáticos de formação específica do curso

Para o Curso de Psicologia, estarão disponíveis os seguintes laboratórios específicos:

- 1. LABORATÓRIO DE NEUROCIÊNCIA /NEUROPSICOLOGIA:** é um espaço de aprendizagem do curso de Psicologia e áreas da saúde que visa integrar os conhecimentos teóricos e práticos das Neurociências no campo da saúde estando associado ao estudo do cérebro. A disciplina de Neurociência, 3º. Período e a Neuropsicologia, 8º. Período, o qual a principal área de atuação do psicólogo nessa área é a Neuropsicologia. O curso de Psicologia inclui a disciplina de Neuropsicologia, que pode utilizar o mesmo com maior intensidade, porém, também pode ser utilizado em aulas teórico-práticas das disciplinas relacionadas ao conhecimento do Sistema Nervoso Central e Periférico, possibilitar coletivamente o aprendizado discente.
- 2. LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:** O laboratório de psicologia experimental será utilizado para as aulas práticas do curso de Psicologia relativas à disciplina: Psicologia Experimental, 3º. Período e nas quais serão reproduzidos alguns experimentos clássicos na psicologia e para o desenvolvimento de pesquisa do comportamento animal. A área de pesquisa experimental será um local adequado para as atividades de aula e pesquisa, não contará com biotérios uma vez que, não se faz necessário realizar experimentação com roedores. O curso de Psicologia seguirá a orientação normativa da resolução de 12 de Setembro de 2013 sobre a restrição do uso de animais para fins experimentais e educacionais devendo utilizar outro método quando houver, outro para substituição. Portanto, será utilizado o programa **Sniffy – O rato virtual: versão PRO 2.0.** em 30 computadores serão alocados no ambiente físico com o intuito de simular o roedor de experimentação.

26.3 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

Normas gerais para docentes e discentes durante as aulas práticas nos laboratórios de informática

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

- 1. A reserva de laboratórios** e solicitação de **materiais** para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico **com a presença do professor**

- solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;
2. No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;
 3. É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, **NÃO** sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;
 4. É obrigatória a utilização de **BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO** para que proporcione maior segurança;
 5. Usar **JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS** sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;
 6. Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;
 7. Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;
 8. Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;
 9. Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;
 10. Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;
 11. Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;
 12. Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;
 13. Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;
 14. Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;
 15. O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;
 16. Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;
 17. Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.
 18. É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.

19. Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

Das posturas e procedimentos de segurança

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

1. Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.
2. Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.
3. Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.
4. Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.
5. Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.
6. Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.
7. Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.
8. Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.
9. Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;
10. Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;
11. Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);
12. Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;
13. Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;
14. Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;
15. Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;
16. Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

17. Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.
18. Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).
19. É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.
20. Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.
21. Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.
22. Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

Da permanência no laboratório

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

1. Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.
2. O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.
3. Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

Biossegurança

1. As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;
2. As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;
3. Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;
4. Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;
5. Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;
6. Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;
7. Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.
8. São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

Conservação e manutenção dos equipamentos de laboratório

1. Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.
2. A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.
3. Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.
4. Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.
5. Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

Do empréstimo de material para os docentes

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um **TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR**. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma **CAUTELA**.

Do agendamento de laboratório

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

26.4 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fases do Curso

Os alunos do curso Superior de Psicologia receberão apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional futura. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação do discentes deverá se dar em diferentes contextos educativos, com diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado.

27.1 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados

27.2 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

As unidades hospitalares que serão utilizadas pelo Curso de Psicologia estarão associadas ao convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de saúde, assim como da rede privada.

27.3 Sistema de Referência e Contrarreferência

Não se aplica

27.4 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

São inegáveis os avanços conquistados pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo das últimas décadas. No entanto, há evidências de que o setor de saúde brasileiro encontra-se em um cenário de crise no que se refere à sua forma de cuidar, devido a práticas ainda baseadas predominantemente na abordagem biologicista (Malta e Merhy, 2010). Tal panorama representa uma importante fragilidade para consolidar a mudança do modelo assistencial almejada pelos ideários da Reforma Sanitária Brasileira.

No Brasil, atenção primária à saúde (APS), considerada o principal mecanismo de reorganização do sistema de saúde, é preferencialmente representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF), à qual se atribui o desafio de romper com a lógica tradicional de assistência à saúde para que o cuidado seja baseado na família e no contexto social, por meio de uma atenção com base interdisciplinar (Costa et al., 2009) e atuação interprofissional.

No contexto atual do setor saúde há um debate crescente acerca do trabalho interprofissional e da necessidade de se fazer uma distinção entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Sendo que tal debate sugere que o termo interdisciplinaridade

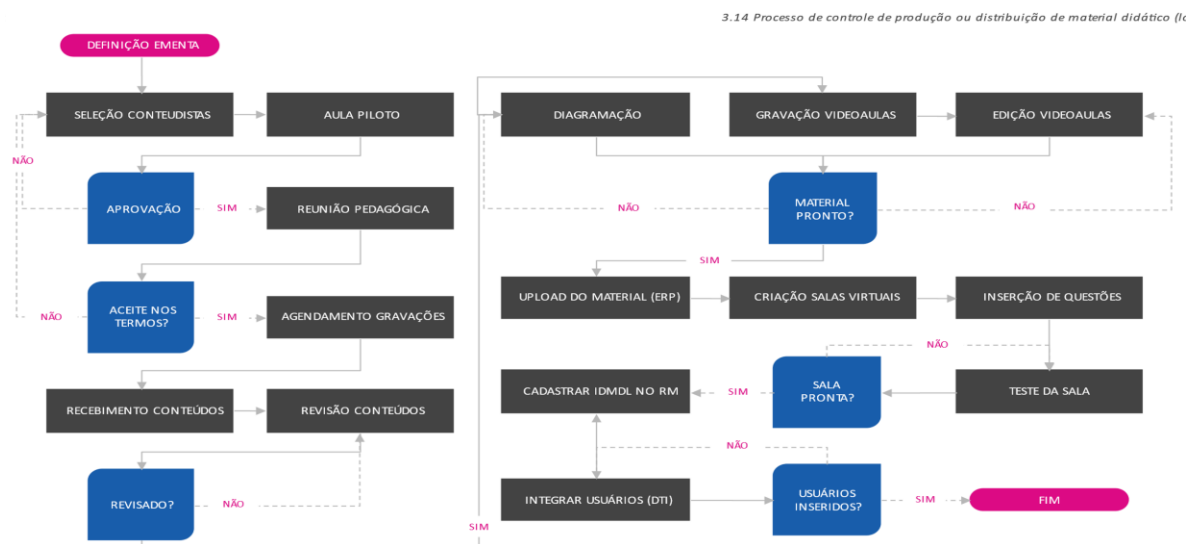
refere-se à integração de saberes, e interprofissionalidade à integração de práticas mediante a articulação intencional e colaborativa entre distintas profissões (Costa et al., 2015).

28.1 Biotérios

O curso de Psicologia seguirá a orientação normativa da resolução de 12 de Setembro de 2013 sobre a restrição do uso de animais para fins experimentais e educacionais devendo utilizar outro método quando houver, outro para substituição. Portanto, será utilizado o programa **Sniffy – O rato virtual: versão PRO 2.0.** em computadores serão alocados no ambiente físico com o intuito de simular o roedor de experimentação.

29.1 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais, apresenta 21 etapas entre a concepção da ideia e a conclusão do trabalho, visualizado no diagrama a seguir:



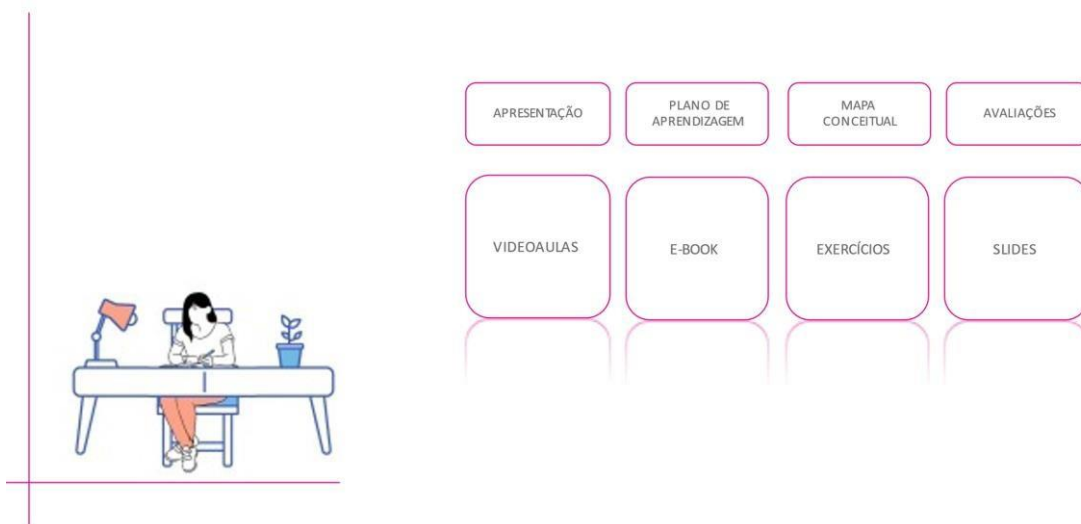
Material didático para uso na Modalidade de Educação à Distância

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático

MATERIAL DIDÁTICO: Composição

1.18 Material didático



13

MATERIAL DIDÁTICO: E-book: Transcrição

1.18 Material didático



15

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para

realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

Processo de Validação do Material didático pelo NEaD.

A produção de material didático na EaD é de grande importância para a efetiva aprendizagem do estudante e, para isso, exige alguns diferenciais em sua elaboração, aspectos que devem ser observados por todos os profissionais que integram o seu processo de produção.

O Núcleo de Educação à Distância (NeaD) da IES, é responsável pela concepção, gestão e avaliação de projetos em educação a distância, visando dar suporte pedagógico e tecnológico aos cursos presenciais e à distância oferecidos pela Instituição, através do desenvolvimento de tecnologia e mídias educacionais.

Equipe Multidisciplinar e a Produção de Materiais Didáticos

O Núcleo de Educação à Distância da IES, conta com uma equipe multidisciplinar responsável pelo planejamento, criatividade e produção de recursos didáticos voltados para a prática educativa, os quais, após finalizados, passam por um processo de validação, no qual observa-se especificidades de cada material produzido.

A equipe multidisciplinar da EaD da IES é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, coordenadores/as de curso, professores/as formadores/as, tutores/as, técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente das ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Composição da Equipe Multidisciplinar do NeaD:

- ✓ COORDENADOR EAD
- ✓ COORDENADORA DE ENSINO
- ✓ ASSESSORIA ACADÊMICO / PEDAGÓGICA EAD
- ✓ COORDENADOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ PROFESSORA REVISORA
- ✓ REVISORA DE TEXTOS
- ✓ PROFESSOR TUTOR EAD
- ✓ ASSISTENTE PEDAGÓGICO
- ✓ ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
- ✓ EDITOR DE IMAGEM

- ✓ EDITOR DE VIDEO
- ✓ DESIGNER MULTIMÍDIA
- ✓ ANALISTA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
- ✓ ANALISTA DE SUPORTE EAD
- ✓ DIAGRAMADOR
- ✓ ESTAGIÁRIO DE SISTEMAS
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PL
- ✓ ASSISTENTE DE SECRETARIA SR
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
- ✓ ANALISTA FINANCEIRO PLENO

São atribuições da Equipe Multidisciplinar do NEaD:

- ✓ Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores das IES;
- ✓ Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas de EaD, bem como acompanhar e avaliar a execução do processo de ensino aprendizagem nos Cursos ofertados na modalidade a Distância;
- ✓ Oferecer cursos e/ou atividades formativas de Graduação e de Pós-graduação lato sensu, e de Extensão;
- ✓ Produzir material didático e assegurar sua distribuição no AVA;
- ✓ Garantir a funcionalidade do AVA assim como a sua atualização contínua;
- ✓ Qualificar docentes e técnicos administrativos para atuarem em EaD;
- ✓ Assessorar e dar suporte a todas as iniciativas e experiências em EaD, no âmbito das IES
- ✓ Apoiar e incentivar a aplicação do conhecimento adquirido em EaD;
- ✓ Estudar, elaborar e difundir modalidades de EaD;
- ✓ Buscar o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias aplicadas à EaD;
- ✓ Propor normas de organização, gestão e avaliação da EaD no âmbito das IES;
- ✓ Promover as melhores práticas pedagógicas em todos os cursos ofertados em EaD;
- ✓ Promover parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais;
- ✓ Promover congressos, simpósios e similares sobre assuntos relacionados com

EaD

- ✓ Disseminar tecnologia, metodologias e os recursos educacionais para aEAD.

Por conseguinte, para a produção de material didático foi criado um fluxograma para definição dos processos, com o objetivo de otimização destes e estabelecimento de imediato, das estratégias necessárias para assegurar o processo de produção com a qualidade almejada pela IES. (anexo 1).

Validação de materiais didáticos para EaD

A contemporaneidade através das novas tecnologias nos trouxe grandes desafios, especialmente, no que diz respeito a planejar e organizar ambientes para aprendizagem online. Segundo Araújo Jr. e Marquesi (2012, p. 361), “a web constitui um espaço virtual que permite a experiência multissensorial de maneira bastante intensa, valorizando as diferentes formas de aprendizagem e disponibilizando os recursos multimidiáticos”, que deverão favorecer a aprendizagem dos educandos.

O Referencial de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p. 09) assevera que “os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos”, possibilitando criar e recriar formatos de materiais em vários contextos de aprendizagem.

Para que o processo de validação seja eficaz, a Equipe Multidisciplinar observa a construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados, quaisquer que sejam sua organização, disciplina, módulo, áreas e unidades.

Assim, torna-se relevante observar os critérios de qualidade dos produtos, antes que sejam postados no AVA. Para Schons (2009), “os critérios de qualidade relacionados ao conteúdo, linguagem e estética quando bem interligados, apresentando linguagem legível, conteúdo estruturado e estética apropriada permite um material organizado de forma a entreter o aluno”, pois se este não se identifica com o conteúdo proposto, a aprendizagem pode ficar comprometida. Neste sentido, é necessário estabelecer parâmetros de qualidade para cada ferramenta ou produto que constará no AVA.

Principais critérios de validação para inclusão no AVA

Os parâmetros de qualidade das atividades para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, do NeaD da IES, são classificados em três dimensões: tecnológica, pedagógica e comunicativa.

Na dimensão tecnológica são assegurados todos os recursos de tecnologia educacional no que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é buscar e práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de

ensino e aprendizagem.

Na dimensão pedagógica é entendido como aquela implicada diretamente com o processo de ensino–aprendizagem, em suas características de intencionalidade consciente e sistematização.

Na dimensão comunicativa é permitido verificar a adequação da linguagem utilizados nos avisos e nos enunciados das atividades, observando a clareza e a preocupação com a interação, para potencializar a aprendizagem apoiada no discurso das novas tecnologias.

Os materiais de aprendizagem e de organização da disciplina disponibilizados no AVA são elaborados e construídos pela equipe Multidisciplinar do EAD e contemplam todas as etapas de produção das disciplinas a distância.

- ✓ Durante toda a produção das disciplinas os respectivos processos se baseiam em:
- ✓ Abrangência, aprofundamento e coerência teórica;
- ✓ Organização e Apresentação;
- ✓ Consistência, Clareza e Objetividade;
- ✓ Cumprimento ao estabelecido na Ementa da Disciplina e Adequação Bibliográfica;
- ✓ Linguagem Dialógica, Inclusiva e Acessível;
- ✓ Acessibilidade Metodológica e instrumental

Itens Avaliados:

O material didático produzido é avaliado a partir dos critérios estabelecidos e abaixo listados, com o objetivo de assegurar a qualidade destes, conforme Anexo 2.

- a) Plano de Aprendizagem;
- b) E-book;
- c) Avaliações;
- d) Slides de apoio à compreensão da disciplina;
- e) Mapa conceitual com síntese da disciplina;
- f) Videoaulas.

Critérios para validação do plano de aprendizagem:

- ✓ Pertinência das temáticas em relação à ementa; relação do objetivo geral com o rol de conteúdos da ementa;
- ✓ Objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina;
- ✓ Distribuição e organização das unidades de ensino;
- ✓ Metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação; relação das

temáticas da ementa à bibliografia apresentada ao aluno.

Organização e normas na bibliografia básica e complementar.

Critérios para validação das avaliações:

- ✓ Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa;
- ✓ Contextualização dos enunciados;
- ✓ Ortografia e linguagem;
- ✓ Organização do conteúdo da avaliação no template.

Critérios para validação dos slides de Apoio:

- ✓ Formatação do conteúdo no slide;
- ✓ Aspectos didáticos na organização do slide (cores, fontes, gravuras etc.);
- ✓ Distribuição do plano de ensino no slide; estética do material apresentado pelo professor.

Critérios para validação das vídeoaulas:

Organização das temáticas; distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor; tempo de apresentação; clareza visual das cartelas de cores utilizadas; trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário); organização do roll, nomes, funções e palavras; organização da bibliografia no roll (normas da ABNT); ortografia e linguagem.

Critérios para validação do Mapa Conceitual:

Quantidade e qualidade de conceitos consideradas suficientes para compreensão e apreensão dos conceitos, níveis de hierarquização dos conteúdos, número de inter-relações, palavras de enlace e proposições com significado lógico, estrutura do mapa conceitual, representatividade dos conteúdos e criatividade.

É mister ainda destacar que os professores responsáveis pelas vídeoaulas são avaliados previamente nos quesitos abaixo, como critérios de avaliação das vídeoaulas-testes, a fim de assegurar a qualidade destas.

- ✓ Desenvoltura;
- ✓ Dicção;
- ✓ Postura;
- ✓ Adequação da Linguagem;

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO			
Disciplina:			
Item	Plano de Aprendizagem	Atende	Não Atende
1	Pertinência das temáticas em relação à ementa		
2	relação do objetivo geral com rol de conteúdos da ementa		
3	objetivos específicos correlacionados aos conteúdos da disciplina		
4	distribuição e organização das unidades de ensino		
5	metodologia de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação		
6	relação das temáticas da ementa às bibliografias básica e complementar		
7	Organização e normas na bibliografia básica e complementar.		
Avaliações			
8	Clareza e objetividade dos assuntos propostos pela ementa; .		
9	contextualização dos enunciados;		
10	ortografia e linguagem		
11	organização do conteúdo da avaliação no template		
Slides de Apoio			
12	Formatação do Conteúdo no Slide		
13	Aspectos Didáticos na Organização do Slide (cores, fontes, gravuras etc.)		
14	Distribuição do Plano de Aprendizagem no Slide;		
15	Estética do material apresentado pelo professor		
Videoaulas			
16	Organização das temáticas;		
17	distribuição dos conteúdos na tela e na oralidade do professor;		
18	tempo de apresentação;		
19	clareza visual das cartelas de cores utilizadas;		
20	trilha sonora para conteúdos de aprendizagem (se necessário);		
21	organização do roll, nomes, funções e palavras;		
22	organização da bibliografia no roll (normas da ABNT);		
23	ortografia e linguagem.		
Mapa Conceitual			
24	Quantidade e qualidade de conceitos, considerados suficientes para a compreensão e apreensão do conteúdo		
25	Níveis de hierarquização dos conteúdos		
26	Número de inter-relações entre conteúdos,		
27	Palavras de enlace e proposições com significado lógico,		
28	Estrutura do mapa conceitual,		
29	Representatividade dos conteúdos e criatividade.		

30.1 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicos reais

Não se aplica

30.2 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica

30.3 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

Não se aplica

30.4 Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica

30.5 Visita Orientadas

Não se aplica

30.6 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica

30.7 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica

31.1 Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta [plataforma EAD](#) é possível criar cursos ou disciplinas on line, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

31.2 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizaremos o formato modular carrossel que consistirá na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas on line em cursos presenciais cujo discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

31.3 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdos diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

APÊNDICES DO PPC – TOMO II DO PPC

Apêndice I – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE

Nome do Professor, Titulação e regime de trabalho

1. JULIO CESAR PINTO DE SOUZA, MESTRADO, INTEGRAL
2. ELIANA MARIA MONTENEGRO MONTEIRO, DOUTORADO, PARCIAL
3. FRANCIMEIRE GOMES PINHEIRO, DOUTORADO, PARCIAL
4. LISIANE THOMPSON FLORES, ESPECIALIZAÇÃO, PARCIAL
5. MAYARA DA SILVA DIEFENBACH, MESTRADO, INTEGRAL

Apêndice II – Infraestrutura

INFRAESTRUTURA FÍSICA

Instalações administrativas

As instalações administrativas atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone. A Descrição das dependências completas desta IES encontra-se anexa a este documento.

Salas de aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 80 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas tem a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição auditórios com capacidade para até 200 pessoas, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso a internet por rede wifi.

Sala de professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os

professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

Espaços para atendimento dos alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

Espaço de convivência e de alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contém estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo de, aproximadamente, 71.685 (setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco) livros, 120 títulos de periódicos assinados e 830 títulos de periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota

Biblioteca: Plano de atualização do acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

Instalações sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

Estrutura dos polos EAD

Não se aplica para a vigência desde PDI

Infraestrutura tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, maquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

Infraestrutura de execução e suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demanda administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

Plano de expansão e atualização de equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade

Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

Recursos de tecnologias de informação e comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, o CEUNI, adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.fametro.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

Apêndice III – Planilha de Docentes do Curso de Psicologia

AUTORIZAÇÃO CURSO DE PSICOLOGIA - FACULDADE AMAZONAS														QUANTIDADE DE PRODUÇÃO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS				
Nº	Docente	Função	Vínculo	Formação (Graduação)	Titulação Máxima	Regime	Experiência DENTRO do Magistério Superior	Experiência FORA do Magistério Superior	Experiência na Docência em Educação a distância	Experiência na Tutoria em Educação a distância	Data de admissão	Tempo de IES	Data do Termo	Artigos, livros, capítulos e traduções, traduções ou resumos	Projetos e produções técnicas ou artísticas e culturais	Propriedade intelectual resgistrada ou depositada	Produção didático pedagógica relevante publicada ou não	Total de Produções
1	ALBA TATIANA DE SOUZA GONÇALVES	DOCENTE/TUTORA	TERMO DE COMPROMISSO	ESTATÍSTICA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	11 ANOS E 4 MESES	4 ANOS E 4 MESES	1 ANO E 7 MESES	1 ANO E 7 MESES	X	X	04/02/2019	3	1	0	0	4
2	ALDEMIR PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	TURISMO	MESTRADO	PARCIAL	16 ANOS	3 ANOS E 11 MESES	1 ANO E 7 MESES		X	X	05/08/2019	0	3	0	0	3
3	ANA AUGUSTA DE OLIVEIRA SIMAS	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 4 MESES	4 ANOS E 2 MESES	1 ANO E 7 MESES		X	X	16/03/2018	0	12	0	0	12
4	CARLA CRISTINA DE SOUZA DIMARÃES	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	15 ANOS E 10 MESES	1 ANO E 2 MESES			X	X	04/02/2019	16	0	0	16	16
5	CLEISON GUIMARAES PIMENTEL	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 6 MESES	2 ANOS			X	X	16/03/2018	28	7	0	0	35
6	DAVID JORGE GOMES REZENDE	DOCENTE/TUTOR	TERMO DE COMPROMISSO	FILOSOFIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	10 ANOS E 7 MESES	4 ANOS E 8 MESES	1 ANO E 7 MESES	1 ANO E 7 MESES	X	X	04/02/2019	0	2	0	0	2
7	DEBORA DA CUNHA NOGUEIRA OLIVEIRA	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	PSICOLOGIA/ NORMAL SUPERIOR - ED. INF. E SÉRIES INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL	MESTRADO	PARCIAL	6 ANOS E 6 MESES	5 ANOS E 8 MESES			X	X	16/03/2018	3	27	0	0	30
8	DENILSON DA SILVA VERAS	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	FISIOTERAPIA	MESTRADO	PARCIAL	3 ANOS E 7 MESES	8 ANOS E 4 MESES			X	X	04/02/2019	6	14	0	0	20
9	ELIANA MARIA MONTENEGRO MONTEIRO	DOCENTE	CLT	PSICOLOGIA	DOUTORADO	INTEGRAL	15 ANOS E 2 MESES	1 ANO E 8 MESES			16/03/2018	03 ANOS E 5 MESES	X	0	8	0	0	8
10	EMERSON WLADI PORTO SANTARÉM	DOCENTE/TUTOR	TERMO DE COMPROMISSO	ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO	PARCIAL	12 ANOS E 3 MESES	20 ANOS	1 ANO E 7 MESES	1 ANO E 7 MESES	X	X	03/02/2020	0	3	0	0	3
11	FERNANDO CÉRCENA LEVENTI	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	PSICOLOGIA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS	4 MESES			X	X	03/02/2020	0	35	0	0	35
12	FRANCINEIRE GOMES PINHEIRO	DOCENTE	CLT	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUTORADO	PARCIAL	14 ANOS E 5 MESES	13 ANOS E 2 MESES			04/02/2019	2 ANOS E 1 MÊS	X	30	37	0	0	67
13	JULIO CESAR PINTO DE SOUZA	DOCENTE	CLT	PSICOLOGIA E CIÊNCIAS MILITARES	MESTRADO	INTEGRAL	5 ANOS E 6 MESES	30 ANOS E 10 MESES			16/03/2018	03 ANOS E 5 MESES	X	42	34	0	0	76
14	LISIANE THOMPSON FLORES	DOCENTE	CLT	PSICOLOGIA	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL	13 ANOS E 1 MÊS	27 ANOS E 2 MESES			16/03/2018	03 ANOS E 5 MESES	X	0	23	0	0	23
15	ROSENIRA RIBEIRO DE ALMEIDA DANTAS	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	PSICOLOGIA	ESPECIALIZAÇÃO	HORISTA	7 ANOS E 7 MESES	1 ANO E 2 MESES			X	X	04/02/2019	0	6	0	0	6
16	SUELÂNIA CRISTINA GONZAGA DE FIGUEIREDO	DOCENTE	CLT	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	MESTRADO	PARCIAL	19 ANOS E 3 MESES	5 ANOS E 3 MESES	1 ANO E 7 MESES		16/02/2021	06 MESES	02/02/2016	44	10	0	0	54
17	VALÉRIA DA ROCHA BREVES DE SOUSA	DOCENTE/TUTORA	TERMO DE COMPROMISSO	LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA	MESTRADO	PARCIAL	5 ANOS E 7 MESES	2 ANOS E 8 MESES	1 ANO E 7 MESES	1 ANO E 7 MESES	X	X	16/03/2018	0	13	0	0	13
18	WANILCE DO SOCORRO PIMENTEL DO CARMO	DOCENTE	TERMO DE COMPROMISSO	FILOSOFIA / ADMINISTRAÇÃO	MESTRADO	PARCIAL	18 ANOS E 5 MÊS	12 ANOS E 3 MESES	1 ANO E 7 MESES		X	X	02/02/2016	4	2	0	0	6

Apêndice IV – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO NEAD

Nº	NOME	CARGO
1	ARNALDO JOSÉ CRIPPA	GESTOR DO DTI
2	JOÃO GABRIEL FERREIRA AGUIAR	SUPORTE DTI
3	RAIMUNDO MARQUES DE FREITAS	SUPORTE DTI
4	GISELLE MARIA FARIAS PINTO	GESTORA SECAD
5	PRISCILA DA SILVA RODRIGUES	SUPORTE SECAD
6	VIVIANE QUEIROZ DA SILVA	SUPORTE SECAD
7	AMENAYDE CRISTIANE CORREA	LOGISTICA DE IMPRESSOS
8	LUCIANA FREIRE BRAGA	DESIGN GRÁFICO
9	JASMIM BARBOSA RIBEIRO	DESIGN GRÁFICO
10	LEONARDO FLORENCIO DA SILVA	GESTOR
11	KELEN PRISCILA DE OLIVEIRA BURASLAN MARCIÃO	PEDAGOGICO
12	ADILSIMAR SARAIVA MACIEL	ACADEMICO/PEDAGOGICO
13	LAURO ROSAS NETO	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
14	ANA AUGUSTA DE OLIVEIRA SIMA	MATERIAL DIDÁTICO
15	ANNE CAROLINE DO NASCIMENTO RIBEIRO	MATERIAL DIDÁTICO
16	KATYANNE FERREIRA PINTO	MATERIAL DIDÁTICO: MEDIAÇÃO
17	RONILSON MORAES SOARES	MATERIAL DIDÁTICO
18	WENDERSON ROCHA DA COSTA	MATERIAL DIDÁTICO
19	MARCELO MORAES VIEIRA	MATERIAL DIDÁTICO
20	LICIA BELÉM FERNANDES GONÇALVES	MATERIAL DIDÁTICO
21	MANUEL JANDEIR DA SILVA MUNIZ	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
22	JESSICA NOGUEIRA DA SILVA	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
23	JOEL DOS SANTOS SOUZA	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
24	RONALDO LUCAS VALE CORDEIRO	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
25	LILIAN GISELLE MAIS SANTOS	SUPORTE/ORIENTAÇÃO E COORDENADORES
26	ILMARA PEREIRA DE ALMEIDA ARAUJO	SUPORTE/ORIENTAÇÃO E COORDENADORES
27	MARCIA MELLO DA COSTA	SUPORTE/ORIENTAÇÃO E COORDENADORES
28	LUCAS MATHEUS SAMPAIO CAMPOS	APOIO POLOS: CAPACITAÇÃO
29	PRISCILA DA SILVA RODRIGUES	APOIO POLOS
30	ERENILDA SILVA MELO	APOIO POLOS

Apêndice V – PROJETO COMPLEMENTAR

PROJETO COMPLEMENTAR DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

Em consonância com a Resolução N° 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011, que instituiu as **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de PSICOLOGIA E LICENCIATURA em PSICOLOGIA** estabelece tais objetivos a seguir para a formação de professores em Psicologia e na **RESOLUÇÃO N° 2, DE 1° DE JULHO DE 2015**, *que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.*

1.1. OBJETIVO DO CURSO

Tal qual preconiza as Diretrizes Nacionais do Curso de licenciatura em Psicologia a proposta se apresenta na forma complementar na matriz curricular de Graduação **em Psicologia para a formação de professores de Psicologia da resolução no. 5 de março de 2011**, no qual, assegura que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências.

A organização do curso de **Licenciatura em Psicologia** baseada nessa resolução de 2011, deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências para o curso de Graduação em Psicologia seguido das competências das partes diversificadas – ênfases – sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação. Assim, o projeto complementar curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva do curso, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de autoavaliação periódica dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

O projeto pedagógico complementar do curso de Psicologia apresentara sua matriz curricular para a formação de Professores de Psicologia, baseada na DCN do

curso de Psicologia, no qual no § 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas: a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas; b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

As atividades referentes à formação de professores a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos do curso de Graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização. Será apresentado com um **total de 828 horas acrescidas na matriz curricular do curso de Psicologia, sendo 528 horas em conteúdos específicos da área da educação e 300 horas em estágio supervisionado.**

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

De acordo com a DCN do Curso de Psicologia o projeto pedagógico complementar para a **Formação de Professores de Psicologia** tem por objetivos:

- a) Complementar a formação dos psicólogos articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;
- b) Possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;
- c) Formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo novos contextos de pensamentos e ação.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O **curso de licenciatura em Psicologia** deverá assegurar no perfil do graduando a visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor; que articule e utilize conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor, que considere as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o

contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção; deve ter conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente; a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo. A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas..

2. Conteúdo curriculares

Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino. A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, **800 (oitocentas) horas**, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;

b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

Ao referir às atividades referentes à Formação de Professores no § 7º a diretriz curricular especifica que as atividades devem ser assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização e no § 8º os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas do curso de Psicologia, a licenciatura. (Desta forma segue primeiramente, os núcleos, conteúdos curriculares e disciplinas do curso em Graduação e em seguida, núcleos, conteúdos curriculares e disciplinas em licenciatura.)

Os conteúdos que caracterizam **a Formação de Professores de Psicologia da IES** devem ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino com carga horaria de 828 horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia e serão distribuídas em cinco

períodos: **5o. 6o. 7o. 8o. 9o. Períodos** visto que, o aluno já complementar **50% do curso de graduação** e já apresenta base teórica e prática para lidar com situações diversas. Os conteúdos teóricos serão ministrados em horário de contra turno para não haver conflito nas disciplinas curriculares do bacharelado bem, como, os estágios em licenciatura serão apresentados nos **8º e 9º. Períodos**.

Representação gráfica Perfil gráfica dos conteúdos para a licenciatura

Perfil do egresso em licenciatura (Núcleos de formação da diretriz e os conteúdos curriculares da diretriz) Formação de professores	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz) as disciplinas específicas para licenciatura. 5o. 6o. 7o. 8o. e 9o. períodos	Contexto educacional (demandas do curso) O planejamento acadêmico deve assegurar em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:
Destacar e promover uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor.	Didática, Psicologia e escola, Políticas públicas e legislação educacional brasileira; Necessidade educacionais especiais e inclusão social; Estágio supervisionado I; Estágio supervisionado II;	Aulas, conferências e palestras; Exercícios em laboratórios de Psicologia; Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos; Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso; Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
Articular e utilizar conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;	Psicologia e escola; Projeto de diagnóstico e intervenção na escola; Necessidade educacionais especiais e inclusão social ; Gestão escolar	Aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos; Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia; Projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição; Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variadas representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio

		supervisionado. No art. da DCN, os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação,
Considerar as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;	Didática e História da educação; Psicologia e escola; Projeto de diagnóstico e intervenção na escola; Estágio supervisionado I; Estágio supervisionado II;	Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos; Práticas didáticas na forma demonstrações e exercícios como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
Promover o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes a educação no Brasil, assim como a analisar as questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho do docente.	Didática, Psicologia e escola; Projeto de diagnóstico e intervenção na escola; Gestão escolar Políticas públicas e legislação educacional; Necessidade educacionais especiais e inclusão social	Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos; Aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos; Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia; Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
Estimular a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo	Didática e História da educação; Psicologia e escola; Projeto de diagnóstico e intervenção na escola; Políticas públicas e legislação educacional; Necessidade educacionais especiais e inclusão social	Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos; Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso; Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes; Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;

3. Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

a) complementar a formação dos psicólogos articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim

como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;

b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;

c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

c) Competências e Habilidades Gerais:

. A proposta complementar para a **Formação de Professores de Psicologia** deve assegurar que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

1. Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais que preparam o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;

2. Psicologia e Instituições Educacionais que preparam o formando para a compreensão das dinâmicas, políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político- pedagógicos autônomos e emancipatórios;

3. Filosofia, Psicologia e Educação que proporcionam ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

4. Disciplinaridade e interdisciplinaridade que possibilitam ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber em uma perspectiva de educação continuada.

d) Competências e Habilidades Específicas:

No art. 17.da DCN, as atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional.

Abaixo segue as capacidades que o aluno terá que desenvolver no curso de

Licenciatura em Psicologia da IES.

1. capacidade de compreender o papel social do educador;
2. capacidade de trabalhar em grupos nos contextos educacionais
3. capacidade de compreender e trabalhar dentro do projeto político pedagógico da escola;
3. capacidade de analisar e interpretar manifestações verbais e corporais expressas na escola, como fontes primárias de acesso a estados subjetivos, permitindo utilizar esse conteúdo como fonte de projetos alternativos pedagógicos no contexto da educação
4. capacidade de realizar entrevistas na escola e sintetizar sistematicamente os dados coletados;
5. capacidade de utilizar métodos, técnicas e processos da Psicologia para o desenvolvimento da educação

Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação. E no Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- I - aulas, conferências e palestras;
- II - exercícios em laboratórios de Psicologia;
- III - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- IV - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- V - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- VI - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- VII - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;
- VIII - visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- IX - projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- X - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

4. METODOLOGIA

A aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. As atividades de pesquisa e prática são estimuladas pelo professor. Acredita-se que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender. Mais do que isto, pensar que o ensino superior deve adotar a lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Assim as metodologias de ensino, **tanto para o curso a Graduação quanto a licenciatura em Psicologia** são entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, e deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento. Para garantir esse tipo de dinâmica, a linha horizontal possibilitará a consolidação da relação entre teoria e prática. Nessa linha, os alunos são motivados a problematizar e contextualizar os saberes adquiridos com a linha vertical. A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve:

1. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;
2. Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

3. Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;
4. Promover continuamente a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

A IES está organizada segundo uma abordagem construtivista da educação de adultos e busca a estimular a capacidade de aprender a aprender o trabalho em equipe, a postura ética, colaborativa e compromissada com as necessidades da sociedade.

Visa aprofundar, de modo crítico e reflexivo, o conhecimento cientificamente produzido nas áreas exatas, sociais, de gestão, saúde e educação e o diálogo entre esses saberes e as necessidades advindas da realidade.

O trabalho do profissional é orientado pelo modo como se entende a educação e as teorias que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem. A seleção de conteúdos, as estratégias que são utilizadas, as expectativas sobre o impacto da ação educacional e, especialmente, o modo como se posiciona quando troca saberes e lida com os educandos, são reflexos de uma determinada concepção educacional.

Assim, nas propostas educacionais aqui apresentadas, privilegia-se a contextualização dos conteúdos a serem trabalhados. Essa estratégia traduzida para promover processos reflexivos, por meio de narrativas sobre a prática, e para o desenvolvimento de projetos de intervenção, visando à transformação. Considerando o contexto apresentado, podemos destacar que as propostas educacionais da IES para os seus Cursos contemplam:

- A identificação dos conhecimentos prévios dos estudantes;
- O reconhecimento de seus interesses, facilidades, dificuldades e bloqueios;
- O apoio ao desenvolvimento da compreensão de conceitos essenciais, dando preferência pelo entendimento em profundidade;
- O estímulo ao desenvolvimento de sínteses que favoreçam a organização do conhecimento em redes semânticas articuladas e contextualizadas;
- A promoção do respeito ao outro, considerando a diversidade de ideias e valores;
- O desenvolvimento de responsabilidade e postura ética, particularmente como profissional e cidadão do mundo.

Metodologias ativas de ensino-aprendizagem

Estas metodologias têm algumas características principais:

- O aluno é responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender;
- O currículo é integrado e integrador e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado. Essa linha se traduz nas unidades educacionais temáticas do currículo e nos problemas, que deverão ser discutidos e resolvidos nos grupos tutoriais;
- A IES oferece uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de laboratórios, experiências e estágios hospitalares e comunitários, bibliotecas e acesso a meios eletrônicos (Internet);
- O aluno é precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;
- O aluno é constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento de habilidades necessárias à profissão;
- O currículo é maleável e pode ser modificado pela experiência;
- O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados;
- A assistência ao aluno é individualizada, de modo a possibilitar que ele discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e outros, quando necessário.

O processo de ensino-aprendizagem proposto está ancorado em:

- Teorias interacionistas;
- Metodologia científica;
- Aprendizagem significativa;
- Reflexão a partir da prática;
- Dialogia;
- Estratégias educacionais apropriadas a cada conteúdo.

Dessa forma, serão utilizadas de forma sistemática e contínua, durante todo o desenvolvimento do curso, estratégias educacionais consideradas como Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem:

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL- Problem Based Learning);
- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL- Team Based Learning);
- Problematização;
- Simulação Realística;
- Jogos Dramáticos.

Processo de avaliação no ensino - aprendizagem

Os procedimentos de avaliação da habilitação não diferem dos procedimentos previstos para o curso de Psicologia (Formação de Psicólogo) presentes no PPC do mesmo. O sistema de avaliação da aprendizagem em uma análise sistêmica e global das diretrizes do curso superior em Psicologia, do PDI e do PPC institui que os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecerem uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina. Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um acerto de contas entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento. Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências. É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de

avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes. Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados. **Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, que permite ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequada às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver.**

Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's, as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto-avaliação, a

resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos latitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais. A auto-avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação. Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza diagnóstica, Formativa e Somativa.

Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto-avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

- Apuração de freqüência às atividades escolares;
- Avaliação do aproveitamento escolar.

O Curso de Psicologia segue as normas institucionais e o rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada. Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular; Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco); Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas, as duas primeiras são no mínimo 2 atividades de avaliação e a última é uma atividade de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (CINCO) estará reprovado. Caso o aluno ao final do semestre, N1 + N2 obtiver a média final entre 4,0 a 4,99 poderá realizar uma prova final constando todo o conteúdo da disciplina, se alcançar média 5 ou mais estará aprovado. Aquele aluno que obtém média na N1 + N2 igual a 5,0 ou mais estará aprovado e não precisa fazer a Prova Final. Portanto a média em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$M(N1 + N2) / 2 + PF = \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da Prova Institucional- N1 + AV1/2 (composição da média é de 2 atividades avaliativas que serão computadas através da prova institucional no valor de 0,0 a 10,0 pontos mais avaliação parcial que poderá ser realizada com várias atividade durante o bimestre, no entanto o valor final dessa avaliação será de 0,0 a 10,0 pontos que somados e divididos por 2 e obter a media de N1).

N2 = média da Prova Institucional-N2 + AV2/2 (média de 2 atividades avaliativas que serão computadas através da prova institucional no valor de 0,0 a 10,0 pontos mais a avaliação parcial que poderá ser realizada com várias atividade durante o bimestre, no entanto o valor final será de 0,0 a 10,0 pontos que somados e divididos por 2 e assim obter a media de N2).

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

5. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Psicologia está voltado para um currículo dinâmico em uma análise sistêmica e global com itens direcionados para a flexibilidade, interdisciplinaridade, transversalidade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, articulado à da teoria com a prática. A carga horária total de **4022 horas** refere-se ao **curso de Graduação em Psicologia** com acréscimo de **828 horas** com disciplinas para o **curso complementar – Licenciatura, tendo uma somatória total: 4850 horas** com uma matriz curricular organizada em disciplinas, atividades complementares e atividades praticas distribuídas em estágios curriculares, aulas de laboratório e trabalho de conclusão de curso-TCC. A estrutura curricular está baseada no desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético. Incluindo: **Flexibilidade:** a matriz do curso possui **disciplinas optativas** que são ofertadas periodicamente no curso proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. **Interdisciplinaridade:** A Atividade interdisciplinares promove a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos para todos os cursos da IES. A metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional (PDI) **Transversalidade:** Atividades transversais promovem a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnicas racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. A metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade. **Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal:** A instituição promoverá a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual

de metodologia de ensino e avaliação da instituição. Compatibilidade da Carga Horária Total: obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos graduados e em licenciatura. A carga horária do curso está calculada em hora relógio.

Articulação da Teoria com a Prática: O curso de graduação da instituição prevê em suas disciplinas, carga horária teórica e prática. Apresenta um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito e apoiado no professor como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, bem como o tutor presencial e tutor on-line que estão aptos a auxiliar o aluno; o tutor na presencial estará na instituição em horário e lugar específico para auxiliar o aluno que necessita de ajuda e o tutor online, no qual, auxiliara através dos recursos de mídia. O Curso será desenvolvido em cinco (5) anos ou dez (10) semestres. A Estrutura Curricular compreende as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado e licenciado. Portanto, a estrutura curricular do curso em licenciatura é formada por tais períodos a seguir, constando a matriz curricular no formato Bacharelado e a partir do **5o. 6o. 7o. 8o. E 9o. Período apresenta disciplinas no formato Licenciatura em Psicologia** para aquele aluno que optar pela formação de professor. É importante ressaltar que na matriz curricular na formação em Psicologia nos períodos de 1º. Ao 10º. Consta disciplinas comuns para Graduação e Licenciatura. Segue abaixo as disciplinas específicas do curso para a **Graduação e em licenciatura.**

A estrutura curricular do curso será apresentada com disciplinas, atividades de Estagio supervisionado básico I e II, Estagio supervisionado específico, Trabalho de Conclusão de Curso I e II– TCC na modalidade presencial e, disciplinas específicas e estágio supervisionado em Licenciatura. De acordo com a DCN o § 4º Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino. § 5º A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

Abaixo será apresentada a estrutura curricular do curso Graduação e Licenciatura em Psicologia.

Estrutura curricular- Graduação e licenciatura

1o. Período: Leitura, interpretação e Produção de textos, (EAD) 88h, Anatomia Fisiologia humana, 66h; Sociologia e Antropologia, 66h; História e Psicologia Geral, 66h, Metodologia do Trabalho Científico, 88 h **Total:352 horas.**

2o. Período: Neurociência 66h; Processos psicológicos básicos,66h; Psicologia da aprendizagem, 66h; Psicologia infantil, 66h; Filosofia ética (EAD),88h; **Total: 352 horas.**

3o. Período: Aspectos psicossociais e culturais 66h; Psicologia experimental,66h; Psicologia da Personalidade, 66h; Psicologia da adolescência,66h; Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade (EAD), 88h **Total: 352horas.**

4o. Período: Psicologia social, 66h; Pesquisa em Psicologia, 66h; Psicologia ambiental 66h; Psicologia da adultez e 3ª idade, 66h; Estatística (EAD),88 h; **Total: 352 horas.**

5o. Período: Psicopatologia I, 66h; Dinâmica de grupo 66h; Psicologia clínica I, 66h; Estágio Básico I, 88h; Políticas públicas (EAD), 88h; **Total: 374horas.**

6o. Período: Psicologia organizacional (EAD), 88h; Psicopatologia II,66h; Psicologia clínica II, 66h; Técnicas Psicométricas, 66h; Estágio Básico II, 198h; **Total: 484 horas;**

7o. Período: Psicodiagnóstico, 66h; Psicologia clínica III, 66h; Técnicas Projetivas 66h; Teorias e Técnicas Psicoterápicas, 66h; Psicoterapia Familiar, 66 h; **Total: 330 horas.**

8o. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – SAÚDE: Psicologia positiva, 66h; Psicologia comunitária, 66h; Psicofarmacologia, 66h; Neuropsicologia, 66h; Trabalho de conclusão de curso TCC- I , 66h **Total: 330 horas;**

8o.ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO PSICOSSOCIAL: Psicologia positiva, 66h; Psicologia comunitária, 66h; Psicofarmacologia, 66h; Psicologia escolar, 66h; Trabalho de conclusão de curso TCC- I, 66h; **Total: 330 horas.**

9o. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO SAÚDE: Psicologia hospitalar, 66h; Dependência Química e adições contemporânea,66h; Optativa I (EAD), 88h; Psicologia do gênero e atualidades, 66h; Estágio específico I, 198h; **Total: 484horas;**

9o.ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO–PSICOSSOCIAL: Psicologia jurídica, 66h; Dependência química e adições contemporâneas, 66h; Optativa I (EAD), 88h; Psicologia do gênero e atualidades, 66h; Estágio específico I, 198h; **Total: 484horas;**

10o. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – SAÚDE: LIBRAS, 66h; Trabalho

de Conclusão de curso TCC II, 66h; Optativa II (EAD), 88h; Estágio específico II, 198h; Empreendedorismo e inovação (EAD), 88h, **Total: 506 horas;**

10o. Período: ENFASE NA ÁREA DE ATUAÇÃO – PSICOSSOCIAL: LIBRAS, 66h; Trabalho de Conclusão de curso TCC II, 66h; Optativa II (EAD), 88h; Estágio específico II, 198h; Empreendedorismo e inovação (EAD), 88h, **Total: 506 horas;**

RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS:

DISCIPLINAS OPTATIVAS EM SAÚDE: English for the job Market, 88h; Ethics Sustainability and Human Rights in Brazil, 88h; Tópicos especiais I, 88h; Tópicos especiais II, 88h; Relações éticas raciais e afrodescendência, 88h; Saúde Trabalhador, 88h; Cuidados Paliativos, 88h;

DISCIPLINAS OPTATIVAS EM PSICOSSOCIAL: English for the job Market, 88h; Ethics Sustainability and Human Rights in Brazil, 88h; Tópicos especiais I, 88h; Tópicos especiais II, 88h; Relações éticas raciais e afrodescendência, 88h; Psicologia do trânsito, 88h; Psicologia do Esporte, 88h;

Matriz curricular complementar: Formação de professores- licenciatura

5o. Período: Licenciatura: Historia da Educação, 66h; **Total: 66h**

6o. Período: Licenciatura: Didática, 66h; **Total: 66h**

7º. Período licenciatura: Psicologia e escola, 66h; Necessidades educacionais especiais e inclusão social, 66 h. **Total:132 horas**

8º. Período – LICENCIATURA: Políticas e legislação educacional brasileira 66h; Libras, 66h; Estágio Supervisionado I- didática e licenciatura na educação básica (educação infantil, educação fundamental e ensino médio)- 120 h; **Total: 252 h**

9º.PERÍODO- LICENCIATURA: Projeto de diagnóstico e Intervenção na escola, 66h Gestão escolar, 66h; Estágio supervisionado III – didática e licenciatura nos cursos Técnicos e do Ensino superior- 180 h. **Total: 312 horas**

RESUMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Disciplinas Presenciais: **2.442h**

Disciplinas em EAD- 19,69%: **792h**

Atividades Complementares: **106h**

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 4022 H

Na carga horária total já estão incluídas:

Estágio Supervisionado obrigatório: (básico e Específico): **682h**

Trabalho de conclusão de curso: **132h**

Optativa (2) cada uma com: 88h

RESUMO DO CURSO EM LICENCIATURA

Disciplinas com conteúdo específico: **528 horas**

Estagio Específico Obrigatório: **300 horas**

Total: 828 horas

TOTAL GERAL: 4850 H

5.1 MATRIZ CURRICULAR – GRADUAÇÃO

MATRIZ DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PRESENCIAL	
1º Período	Carga horária
Leitura, Interpretação e Produção de Textos (EAD)	88
Anátomo Fisiologia Humana	66
Sociologia e Antropologia	66
História e Psicologia Geral	66
Metodologia do Trabalho Científico	66
Sub-Total	352
2º Período	Carga horária
Neurociência	66
Processos Psicológicos Básicos	66
Psicologia da Aprendizagem	66
Psicologia Infantil	66
Filosofia e Ética (EAD)	88
Sub-Total	352
3º Período	Carga horária
Aspectos Psicossociais e Culturais	66
Psicologia Experimental	66
Psicologia da Personalidade	66
Psicologia da Adolescência	66
Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade (EAD)	88
Sub-Total	352
4º Período	Carga horária
Psicologia Social	66
Pesquisa em Psicologia	66

Psicologia Ambiental	66
Psicologia da Adulterez e Terceira Idade	66
Estatística (EAD)	88
Sub-Total	352
5º Período	Carga horária
Psicopatologia I	66
Dinâmica de Grupo	66
Psicologia Clínica I	66
Estágio Básico I	88
Políticas Públicas (EAD)	88
Sub-Total	374
6º Período	Carga horária
Psicologia Organizacional (EAD)	88
Psicopatologia II	66
Psicologia Clínica II	66
Técnicas Psicométrica	66
Estágio Básico II	198
Sub-Total	484
7º Período	Carga horária
Psicodiagnóstico	66
Psicologia Clínica III	66
Técnicas Projetivas	66
Teorias e Técnicas Psicoterápicas	66
Psicoterapia Familiar	66
Sub-Total	330
8º Período – ÊNFASE SAÚDE	Carga horária
Psicologia Positiva	66
Psicologia Comunitária	66
Psicofarmacologia	66
Neuropsicologia	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Sub-Total	330
8º Período – ÊNFASE PSICOSSOCIAL	Carga horária
Psicologia Positiva	66
Psicologia Comunitária	66
Psicofarmacologia	66
Psicologia Escolar	66
Trabalho de Conclusão de Curso I	66
Sub-Total	330
9º Período – ÊNFASE SAÚDE	Carga horária

Psicologia Hospitalar	66
Dependência Química e Adicções Contemporâneas	66
Optativa I (EAD)	88
Psicologia do Gênero e Atualidades	66
Estágio Específico I	198
Sub-Total	484
9º Período – ÊNFASE PSICOSSOCIAL	Carga horária
Psicologia Jurídica	66
Dependência Química e Adicções Contemporâneas	66
Optativa I (EAD)	88
Psicologia do Gênero e Atualidades	66
Estágio Específico I	198
Sub-Total	484
10º Período – ÊNFASE SAÚDE e ÊNFASE PSICOSSOCIAL	Carga horária
LIBRAS	66
Trabalho de Conclusão de Curso II	66
Optativa II (EAD)	88
Estágio Específico II	198
Empreendedorismo e Inovação (EAD)	88
Sub-Total	506
OPTATIVAS (EAD)	Carga horária
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	66
English for the job Market	66
Ethics, Sustainability and Human Rights in Brazil	66
Tópicos Especiais I	66
Tópicos Especiais II	66
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	66
Saúde do Trabalhador	66
Cuidados Paliativos	66

RESUMO DO CURSO	
Disciplinas Presenciais	2.442h
Disciplinas em EAD 19,69%	792h
Atividades Complementares	106h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	4.022h
Na carga horária total já estão incluídas:	
Estágio Supervisionado Obrigatório (Estágio Básico + Estágio Específico)	682h
Trabalho de Conclusão de Curso	132h
Optativa (2) cada uma com:	88h

MATRIZ CURRICULAR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES - LICENCIATURA

MATRIZ CURRICULAR CURSO DE PSICOLOGIA - LICENCIATURA	
5º Período	Carga horária
Historia da Educação	66
Subtotal	66
6º Período	Carga horária
Didática	66
Subtotal	66
7º Período	Carga horária
Psicologia e Escola	66
Necessidades Educacionais especiais e inclusão social	66
Subtotal	132
8º Período	Carga horária
Políticas e legislação educacional brasileira	66
Libras	66
Estágio Supervisionado I – didática e licenciatura na educação básica	120
Subtotal	252
9º Período	Carga horária
Projeto de diagnóstico e intervenção na escola	66
Gestão Escolar	66
Estágio Supervisionado II – didática e licenciatura nos cursos técnicos e do ensino superior	180
Subtotal	312
QUADRO RESUMO	
Disciplinas	528
Estagio Especifico obrigatório	300
Carga horaria Total	828

QUADRO RESUMO GERAL	
Graduação	4022
Licenciatura	828
Carga horaria Total	4850

6. EMENTÁRIO

1º PERÍODO

1.DISCIPLINA: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS – EAD

EMENTA: Leitura: Diretrizes para leitura. Interpretação: Análise textual, temática interpretativa. Problematização. Análise interpretativa de textos diversos. Semiótica:

de gráficos, tabelas, figuras, charges, letras de música e poesia. Produção textual: introdução, desenvolvimento, conclusão. Coesão e Coerência e informatividade. Práticas de produção de textos variados. Revisão e reescrita orientada de textos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.AZEVEDO, Roberta Adalgisa Gê-Acaiaba de. Português básico. Porto Alegre: Penso, 2015.
- 2.BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Leitura e produção textual. Porto Alegre: Penso: 2016
- 3.SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2018 (Coleção Linguagem & Ensino)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.AIUB, Tania (Org.) Português: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015
2. FAULSTICH, Enilde L. de. Como ler, entender e redigir um texto. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011
- 3.FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2012
- 4.MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010 (Estratégias de Ensino, 20)
- 5.MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

2.DISCIPLINA: ANATOMO FISIOLOGIA HUMANA

EMENTA: Introdução à Anatomia Humana (morfologia, topografia das estruturas, planos e eixos). Inter-relações da Fisiologia com a Psicologia com ênfase em suas expressões clínicas psicossomáticas. Nomeação e descrição as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano. Exploração do sistema locomotor (sistemas muscular, esquelético e articular) e da esplancnologia: sistema respiratório, circulatório, digestório supradiafragmático e infradiafragmático, urinário-genital. Abordagem sobre o circuito neural: sistema nervoso central e periférico, sistema tegumentar e endócrino. Fundamentação da biofísica dos fenômenos celulares e fisiologia dos sistemas orgânicos. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; sistema respiratório; sistema excretor; sistema endócrino; sistema neuromuscular; sistema digestório. Abordagem sobre bioenergética, osmose, pressão osmótica, equilíbrio de Gibbs-Donnan. Estudo do transporte através de membranas, regulação ácido-base, radio biologia.

Desenvolvimento de prática laboratorial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.GUYTON A. C.; HALL, Jonh. E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- 2.PAULSEN, F.; WASCHKE, J.Sobotta, atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. v.1. 24.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
- 3.TORTORA, Gerald J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.DANGELO, J. G. e Fattini, C. A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011
- 2.NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
- 3.AIRES, Margaria de Mello. Fisiologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- 4.COSTANZO, Linda. S. Fisiologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- 5.TORTORA, Gerald J.; NIELSEN, Mark T. Princípios de anatomia humana. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

3.DISCIPLINA: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

EMENTA: O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. As perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012
- 2.MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria. Antropologia: uma introdução. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019
- 3.PLUMMER, Ken. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Homem, cultura e Sociedade).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- 2.HELMAN, Cecil. G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- 3..LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22.ed. Rio de

Janeiro: Zahar, 2008.

4..MORGAN, Lewis Henry; TYLOR, Edward Burnett; FRAZER, James Georger. Evolucionismo cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

5.ROCHI, Carlos César. Cultura e as organizações: antropologia e cultura brasileira. Curitiba: Juruá, 2012.

4.DISCIPLINA: HISTÓRIA E PSICOLOGIA GERAL

EMENTA: Evolução da ciência psicológica: as origens epistemológicas e o surgimento da Psicologia científica. A Psicologia como ciência do comportamento e dos processos mentais: objeto e métodos. As grandes escolas psicológicas. História da psicologia no Brasil. As tendências da atualidade. A relação da Psicologia com as outras ciências. Principais atividades do psicólogo e seus campos de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.BRAGHIROLL, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo: Rizzon, Luiz Antônio; Nicoletto, Ugo. Psicologia geral. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

2.BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia, 15.ed. São Paulo: Saraiva. 2018.

3.WEIYEN, Wayne. Introdução à psicologia: temas e variações. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.DAVIDOF, Linda, L. Introdução à Psicologia. 3.ed. São Paulo: Editora Pearson, 2000.

2.FIGUEIREDO, Luiz Claudio M. Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos Psicológicos. 6.ed. Rio de Janeiro: 2011.

3.JACO-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. História da psicologia: rumos e percursos. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013(Col. Ensino da Psicologia)

4.FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2015

5.SCHLTZ, Duane P.; SCHLTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

5.DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Métodos de Estudo: Tipos de Análise de Texto, Técnicas de Sublinhar e Esquematizar, Resumos, Fichamentos, Mapa Conceitual. Orientação para Avaliação de Desempenho. Ciência e Conhecimento: Tipos de Conhecimento, Métodos Científicos, Iniciação Científica, Fontes de Pesquisa Científica e ética na produção científica. Plágio. O Trabalho Científico: Estrutura, Formatação e Construção de Redação Científica. Orientações para Apresentação Pública de Trabalhos e

Comunicações Orais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- 2.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia científica ao alcance de todos. 3.ed. São Paulo: Manole, 2013
- 2.CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 3.FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final (Monografia. Dissertação. Tese) São Paulo: Contexto, 2013
- 4.KOLLER, Silvia Helena; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean (Orgs.) Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014
- 5.SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

2º PERÍODO

1.DISCIPLINA: NEUROCIÊNCIA –

EMENTA: Aspectos históricos e avanços das neurociências e suas repercussões na Psicologia. Cérebro e comportamento. Anatomia e desenvolvimento do Sistema nervoso. Células nervosas, neurotransmissores à cognição. A cognição e o córtex. Função executiva e atenção, Percepção, Linguagem, memória e emoções. Alterações e lesão cerebral. Noções básicas das síndromes neurológicas e psicológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.FUENTES, Daniel; MALLY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Cândida H. Pires; CONSENZA, Ramon Moreira. Neuropsicologia: teoria e prática. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
- 2.KANDEL, Eric; SCHWARTZ, James; JESSELL, Thomas M. [et al.]. Princípios de Neurociências. 5.ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.
- 3.MACHADO, Angelo B. M.; HAETEL, Lucia Machado. Neuroanatomia funcional. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências:

desvendando o sistema nervoso. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

2.MIOTO, Eliane Correa; LUCIA, Maria Cristina Souza de; SCAFF, Milberto.

Neuropsicologia clínica. 2.ed. São Paulo: Roca, 2017.

3.KREBS, Claudia; WEIBERG, Joanne; AKESSON, Elizabeth. Neurociências ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2014.

4.LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais de neurociências. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

5.STERNBERG, Robert J.; STERNBERG, Karin. Psicologia Cognitiva. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

2.DISCIPLINA: PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS

EMENTA: Conceitos básicos: linguagem, emoção, inteligência, percepção, afeto, memória, atenção, consciência, pensamento, conduta, motricidade. A complementaridade existente entre as abordagens biológica, psicológica e social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.DAVIDOF, Linda, L. Introdução à Psicologia. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

2.FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

3.MYERS, David. Psicologia. 11.ed Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.NOLEN-HOEKSEMA, Susan; FREDCKSON, Bárbara L.; LOFTUS, Geoffrey R.; LUTZ, Christel. Atkinson & Hilgard: introdução à psicologia. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

2.BRAGHIROLL, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo: Rizzon,Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. Psicologia geral. 28.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015

3.DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

4.HÜBNER, Maria Martha Costa; MOREIRA, Márcio Borges. Fundamentos de psicologia: temas clássicos de psicologia sob a ótica da análise do comportamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

5.WEIIYEN, Wayne. Introdução à psicologia: temas e variações. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

3. DISCIPLINA PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

EMENTA: A aprendizagem: Conceito e características, a importância da aprendizagem. Comportamento inato e aprendido. Teorias da aprendizagem:

Condicionamento e aprendizagem. Teoria clássica da Gestalt. Teoria Psicodinâmica da aprendizagem. Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem: Piaget. Desenvolvimento cultural e aprendizagem: Vygotsky. Desenvolvimento integral e aprendizagem: Wallon. Humanismo e aprendizagem: Rogers. Construtivismo e aprendizagem: Emilia Ferreiro. Motivação e os processos de ensino e aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. Psicologia da aprendizagem: da teoria, do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2017
2. CAMPOS, Dinah M. Psicologia da Aprendizagem. 31.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
3. FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ILLERIS, Knud. Teorias contemporâneas da aprendizagem. Porto Alegre: Penso, 2013
2. FONSECA, Vítor da. Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz Vygotsky. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
3. GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, s.d.
4. GOMES, Maria de Fátima Cardoso; SENA, Maria das Graças de Castro (Orgs.) Dificuldades de aprendizagem na alfabetização. Belo Horizonte: Autentica 2010.
5. REGO, Tereza Cristina (Org.) Cultura, aprendizagem e desenvolvimento. v.2. Rio de Janeiro: Vozes, 2011

4.DISCIPLINA PSICOLOGIA INFANTIL

EMENTA: Desenvolvimento pré-natal: da concepção até o nascimento, desenvolvimento cerebral, motor e sensorio/percepção. Desenvolvimento da linguagem, Desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Desenvolvimento psicosssexual: a teoria de Freud. Desenvolvimento cognitivo: Piaget e Bruner. Desenvolvimento moral: os estudos de Kohlberg. Teorias contemporâneas: Teoria de René Spitz. Teoria do apego de Bowlby. Desenvolvimento infantil em Winnicott. Psicoterapia infantil: técnicas do brinquedo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARTORELL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à

adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014 (Série A).

2.Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D.. Desenvolvimento humano (8. ed., D. Bueno, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed. 2014.

3.RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, W.R.; DAVIS, C. Psicologia do desenvolvimento: Conceitos Fundamentais. São Paulo: E.P.U.,

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.BOWLBY, John. Apego e Perda: Apego. V. 1 da trilogia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. s.d

2.DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

3.SPITZ, Rene A. O primeiro ano de vida. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

4.WINNICOTT, D. W. Os bebês e suas mães. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

5.WINNICOTT, D.W. Segurança. In: A família e o desenvolvimento individual. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

5.DISCIPLINA: FILOSOFIA E ÉTICA - EAD

EMENTA: Fundamentos da Filosofia: Filosofia, Ética e Moral; A questão do conhecimento e da argumentação. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais. Ética aplicada: As questões da ética aplicada nos negócios empresariais; A crise moral nas organizações. A argumentação moral nas organizações; Responsabilidade Social e Moral. Ética profissional e o código de ética profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1.BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

2.CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2014.

3.VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 37.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia? 3.e.d São Paulo: Editora 34, 2010

2.GALLO, Sílvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 20.ed. São Paulo: Papirus, 2012.

3.MATTAR, João. Introdução à filosofia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010

4.MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Filosofia e ética. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014 (Série Bibliografia Universitária Pearson)

3º PERÍODO

1.DISCIPLINA: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS

EMENTA: Territorialidade e povos tradicionais. Indígenas, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, coletores e seus processos identitários. Resistências culturais e políticas de Migração e imigração. Fronteiras entre o rural e o urbano. Unidades de conservação, conflitos ambientais, movimentos sociais e políticas públicas. Práticas sociais e de saúdes contextualizadas – Os desafios do SUS e do SUAS no território nacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.AYRES, J.R.C.M., O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde, Saúde e Sociedade v.13, n.3, p.16-29, set-dez 2004
- 2.CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. (Orgs.). Nos Interiores da Amazônia: Leituras Psicossociais. Curitiba: CRV, 2016.
- 3.PINHEIRO, Wallace Meirelles. Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Valer, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália F. (org.). Família, redes, laços e políticas Públicas. 3a. edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- 2.ALVES, Domingos Sávio; GULJOR, Ana Paula. “O cuidado em Saúde Mental”. In: Cuidado: as fronteiras da integralidade. Roseni Pinheiro e Ruben Araujo de Matos (org). Rio de Janeiro, Hucitec, ABRASCO, 2004. p.221-239.
- 3.BATISTA, Djalma. Amazônia: cultura e sociedade. Manaus: EDUA, 2003.
- 4.BARBALHO. Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.) Organização e produção da cultura. Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-5
- 5.CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) O Psicólogo e As Políticas Públicas de Assistência Social. Rio de Janeiro: vozes, 2012

2.DISCIPLINA: PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Ementa: Bases filosóficas e epistemológicas da Psicologia enquanto ciência experimental. Aspectos históricos antecedentes ao Behaviorismo Metodológico e

Radical. Análise do Comportamento: Respondente e operante. Esquema de reforços. Contingências e Metacontingências. Abordagem experimental dos processos básicos. Instrumentos, registro e prática em Psicologia Experimental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.LOMBARD-PLATET, V. L. V. Psicologia experimental: Manual teórico e prático de análise do comportamento. 5. ed. São Paulo: Edicon, 2015.
- 2.MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto. Princípios básicos de análise do comportamento. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
- 3.SKINNER, B. F. Ciência e Comportamento Humano. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BAUM, W. Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- 2.KANTOWITZ, Barry H.; ROEDIGER II, Henry L.; ELMES, David G. Psicologia experimental: psicologia para compreender a pesquisa em psicologia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2006
- 3.CABALLO, Vicente E. Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento. 2.ed. São Paulo: Santos, 2007
- 4.SKINNER, B. F.; HOLLAND, James Gordon. A análise do comportamento. São Paulo: EPU, 1992.
- 5.SKINNER, B. F. Sobre o Behaviorismo. 5. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

3.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE

Ementa: Introdução ao estudo da Personalidade: História e Conceitos Básicos. Relação entre aspectos psicológicos, biológicos e socioculturais no desenvolvimento e na dinâmica da personalidade. Principais teorias: Psicodinâmicas; Humanistas/Existenciais; Cognitivistas; Evolucionistas, Fatoriais e de Traço. Principais técnicas de investigação da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.BARLOW, David H (Org.). Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2016
- 2.FEIST, Jess; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. Teorias da personalidade. 8.ed. Porto Alegre: AMGH, 2015..
- 3.CHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sidney. Teorias da personalidade. 10.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BARNHILL, John W. Casos clínicos do DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2015
- 2.BERGERET, J. Psicopatologia: teoria e clínica. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 3.HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner.; CAMPBELL, Jonh B. Teorias da Personalidade. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008
- 4.HUTZ, Cláudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marcelli (Orgs.). Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- 5.BECK, Aaron T.; DAVIS, Denise D.; FREEMAN, Arthur. Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

4.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA

Ementa: Conceitos histórico-culturais do adolecer. Fundamentos biológicos, psicodinâmicos, cognitivos e sociais. Inserções familiares, sociais e culturais. Gênero, afetividade e sexualidade. Corpo e autoimagem. Construção identitária e subjetiva. Protagonismo social. Escolarização, trabalho e carreira. Violência e comportamentos de risco. ECA e os direitos do adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.MARTORELL, Gabriela. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência. Porto Alegre: AMGH, 2014 (Série A).
- 2.PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- 3.ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.FONSECA, A. C. L. Direitos da criança e do adolescente. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- 2.CASTORINA, José A.; CARRETERO, Mário. Desenvolvimento cognitivo e educação. 2vs. Porto Alegre: Penso, 2014
- 3.DELVAL, Juan. O desenvolvimento psicológico humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 4.OUTEIRAL, José. Adultecer. Rio de Janeiro: Revinter, 2008
- 5.SANTROCK, John. W. Adolescência. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

5.DISCIPLINA: RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – EAD

EMENTA: Visão histórica e os conceitos ambientais. O paradigma do Desenvolvimento Sustentável. A Inovação e a Responsabilidade Socioambiental como estratégia de competitividade. Políticas públicas e responsabilidade socioambiental. A preservação do meio ambiente e recursos naturais da Amazônia. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.DIAS, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014
- 2.MILLER JÚNIOR, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012
- 3.PHILLIPI JR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: Manole, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012
- 2.DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010
- 3.PHILLIPI JR, Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014
- 4.RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012
5. SOLHA, Raphaela Karla de toledo; CALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Vigilância em saúde ambiental e sanitária. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

4º PERÍODO

1.DISCIPLINA: PSICOLOGIA SOCIAL

EMENTA: Desenvolvimento histórico da psicologia Social. Principais teóricos da Psicologia social. Psicologia social cognitiva e seus paradigmas. Interação social: comportamentos, pensamentos, afetos e emoções. Conceitos e características da Psicologia social: identidade pessoal e social, papéis sociais, atitudes, estereótipos,

preconceitos, discriminação, representações sociais, grupos, percepção social, fenômenos sociais de massa. Psicologia Social crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.MYERS, David. G. Psicologia social. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014
- 2.ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. Psicologia social. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015
- 3.CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CRISP, Richard J; TURNER, Rhiannon N. Psicologia social essencial. Rio de Janeiro: LTC, 2013
- 2.JACQUES, Maria da Graça; STREY, Marlene Neves. (Orgs.). Psicologia Social contemporânea. Livro-texto. 21.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017
- 3.JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). Textos em representações sociais. 14.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- 4.LIMA, Aluísio Ferreira. (Org.) Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo. Porto Alegre: Sulina. 2012.
- 5.RODRIGUES, Aroldo. Psicologia social para principiantes: estudo da interação humana. 12.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010

2.DISCIPLINA: PESQUISA EM PSICOLOGIA

EMENTA: A pesquisa em psicologia e suas especificidades. Construção, aplicação e avaliação de instrumento de pesquisa para observação indireta. Instrumento de avaliação pesquisa intervenção. Análise de dados dos instrumentos de pesquisa e intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.CANZONIERI; A.M. Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011
- 2.MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do Trabalho Científico. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- 3.SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Revista e Atual. SãoPaulo: Cortez, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CRESWELL, J. w. Projeto de pesquisa – Métodos Qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed.: Artmed, 2010.
- 2.MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- 3.RUDIO, F. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- 4.SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F; LUCIO, M.P.B. Metodologia de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Penso, 2013.
- 5.VIEIRA, S.; HOSSNE, W.S. Metodologia Científica para a área de saúde. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

3.DISCIPLINA: PSICOLOGIA AMBIENTAL

EMENTA: Evolução da psicologia ambiental: conceitos, teorias, aplicações. Aprofundamento dos conceitos da psicologia ambiental. Estudo da relação entre a psicologia e a interação do indivíduo com seu ambiente. Teorias e aplicações da psicologia ambiental ao contexto atual. A relação homem-ambiente. Qualidade de vida. Ocupação de espaços florestais, invasões e palafitas. Educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). Temas básicos em psicologia ambiental. Rio de Janeiro: Vozes. 2011
- 2.HESS, André Felipe. Psicologia ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011
- 3.MOSER, Gabriel. Introdução à psicologia ambiental: pessoa e ambiente. São Paulo: Alínea, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CARVALHO, Isabel Cristina de. Educação ambiental: formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012
- 2.MILLER JUNIOR, G. Tyler. Ecologia e sustentabilidade. 6.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012
- 3.ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2015
- 4.DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004
- 5.ROSA, André Henrique; FRACETTO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS,

Viviane (Orgs.) Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

4.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA ADULTEZ E TERCEIRA IDADE

EMENTA: A adultez e a terceira idade entendidas como fases significativas do desenvolvimento humano. Suas características e crises típicas. A Psicodinâmica da adultez. Aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e espirituais. O idoso e núcleo familiar. Aposentadoria. Direito do idoso. Sexualidade na 3ª idade. Processos demenciais. Psicoterapia na terceira idade. A velhice e o morrer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.BERGER, Kathlenn Stassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. 9.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- 2.FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia. Tratado de geriatria e gerontologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017
- 3.QUADROS, Emérico Arnaldo de. Psicologia e desenvolvimento humano. Rio de Janeiro: Vozes, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CORDIOLI, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 3.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 2.ELZIRIK, Cláudio L.; BASSOLS, Ana Margareth S. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013
- 3.FALCÃO, Deusivânia Vieira da Silva; ARAÚJO, L. Fernandes de. Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2011
- 4.NERI, Anita Liberalesso (Org.) Fragilidade e qualidade de vida na velhice. São Paulo: Alínea, 2013 (Coleção Velhice e Sociedade)
- 5.POPOV, Débora Cristina Silva. Gerontologia e geriatria: aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde)

5.DISCIPLINA: ESTATÍSTICA- EAD

EMENTA: Universo da ciência estatística e suas aplicações no contexto do mundo dos negócios; estudo dos principais conceitos e medidas de estatística descritiva;

construção e análise de gráficos e tabelas com ferramentas computacionais; números índices; parâmetro e estimulador; distribuições de probabilidade; amostragem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BECKER, João Luiz. Estatística básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015
2. DANCEY, Christine P.; REIDY, John G.; ROWE, Richard. Estatística sem matemática para ciências da saúde. Porto Alegre: Penso, 2017
3. TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 12.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2012
2. LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010
3. MOORE, David S.; NOTZ, William I. A estatística básica e suas práticas. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014
4. VIEIRA, SONIA. Introdução à bioestatística. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
5. SPIEGER, Murray R.; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

5º PERÍODO

1.DISCIPLINA: PSICOPATOLOGIA I

EMENTA: História da psicopatologia. Conceito de psicopatologia. Evolução do conhecimento psicopatológico. O normal e o patológico. Anamnese e a entrevista clínica. As alterações das funções psíquicas. A reforma psiquiátrica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIATION PSIQUIATRICA AMERICAN. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo: Cengage Learning. 2015.
3. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015
- 2.**World Health Organization Geneva (WHO). Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID -10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993**
- 3.CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
- 4.FREUD, Sigmund. O ego e os mecanismos de defesa. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- 5.WHITBOURNE, S.K.; HALGIN, R.P. Psicopatologia: perspectivas clínicas do transtorno psicológico. Trad. Maria Cristina Monteiro. 7.ed. São Paulo: AMGH, 2015

2.DISCIPLINA: DINÂMICA DE GRUPO

EMENTA: Fundamentos em dinâmica de grupo. Tipos de grupos. Papeis e identidades grupais. Avaliação do processo grupal. Técnicas de dinâmica de grupo. Grupos em Instituições e Organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.ANDREOLA, Balduino A. Dinâmica de grupo: jogo de vida e didática do futuro. 28.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 2.MAILHIOT, G.B. Dinâmica e gênese dos grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 3.AFONSO, Maria Lucia M. Oficinas em dinâmicas de grupo: um método psicossocial. 3.ed. Belo Horizonte: Artesã, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BORGES, Geovanna Leal. Dinâmicas de grupo: redescobrimos valores. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 2.MINICUCCI, A. Dinâmica de grupo. Teoria e Sistemas. São Paulo: Atlas, 2009.
- 3.BEAUCLAIR. Dinâmica de grupos: Metodologia de Oficinas Psicossocioeducativas. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- 4.FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmica de grupo. 2vs. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013
- 5.MOREIRA, L. Dinâmicas de grupo e oficina. 3.ed. Salvador: EDUFBA, 2011

3.DISCIPLINA: PSICOLOGIA CLÍNICA I

EMENTA: A teoria psicanalítica de Sigmund Freud - Fundamentos históricos e epistemológicos da teoria. Neurose, psicose e perversão. Setting terapêutico; insight,

transferência, contratransferência, associação livre; principais teóricos contemporâneos; psicoterapia com abordagem psicanalítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.COSTA, Gley P. **A clínica psicanalítica das psicopatologias contemporâneas**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- 2.JUNG, Carl Gustav. A prática da psicoterapia. 16.ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2012.
- 3.SANTOS, Moisés do Vale dos. Introdução à teoria psicanalítica: Freud, psicanálise e conceitos. Curitiba: Juruá, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.**CORDIOLI**, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 2.LAPLANCHE & PONTALLIS. Vocabulário de psicanálise. São Paulo: Martins fontes, 2016.
- 3.FREUD, Sigmund. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, s.d.
- 4._____. O mal estar da civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936). v.18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- 5.ZIMERMAN, David E. Manual de técnica psicanalítica. Porto Alegre: Artmed, 2008.

4.DISCIPLINA: ESTÁGIO BÁSICO I

EMENTA: Ética na profissão. A atuação do profissional. Desenvolvimento da escuta e observação clínica. Técnicas de entrevista. Principais áreas de atuação do psicólogo. Diretrizes de elaboração de relatório e plano de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- 2.BRÍGIDO, M. A. S. Entrevista psicológica. Curitiba: Appris, 2015.
- 3.OLIVEIRA, M. M. Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.WHITBOURNE, Susana Kraus; HALGIN, Richard P. Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos. 7.ed. Porto Alegre: Artmed. 2015.

- 2.DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- 3.MORRISON, J. Entrevista inicial em saúde mental. Porto Velho: Artmed, 2009.
- 4.ROMARO, R. A. Ética na psicologia. 4.ed. Rio de janeiro: Vozes, 2013.
- 5.BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo. Cengage Learning, 2015.

5.DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS- EAD

EMENTA: As políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde (SUS); Histórico da reforma sanitária; A constituição do campo da Saúde Coletiva e o desenvolvimento do processo de construção do SUS; as redes de atenção à saúde e saúde mental; Mecanismos de referência e contra-referência, interdisciplinaridade, intersetorialidade, acolhimento, e vigilância em saúde. Subsistema de saúde indígena. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS); LOAS. O CRAS e o CREAS; O psicólogo na assistência social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.AGUIAR, Zenaide Neto. SUS – Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.
- 2.BRASIL. Lei nº 8.080, de 19/09/1990. Sistema Único de Saúde (SUS).
- 3.CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) O Psicólogo e As Políticas Públicas de Assistência Social. Rio de Janeiro: vozes, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRASIL. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Lei orgânica de assistência social.
2. CORREA, Maria Juliana Moura; PINHEIRO, Tarcísio Marcos Magalhães; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs). Vigilância em saúde do trabalhador no SUS: teorias e práticas. São Paulo: COOPMED, 2013.
3. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de Saúde: contextualização, programas e estratégias públicas sociais. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).
4. Malfatti, Carlos Ricardo Maneck; SOARES, Kelly Cristina Nogueira. Promoção da saúde: atuação interdisciplinar em inovação e políticas públicas. Curitiba: Appris, 2017.

5. SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Iátria, 2014.

6º PERÍODO

1.DISCIPLINA: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

EMENTA: O trabalho e os trabalhadores: uma visão histórica. Cultura, Clima e Comportamento Organizacional. Comportamento humano no trabalho, influências culturais, étnicas e regionais. Recrutamento, Seleção, Treinamento, Cargos e Salários, Diagnóstico organizacional. Liderança. Motivação. Avaliação de desempenho. Gestão de pessoas. Ações interdisciplinares, intervenções individuais e grupais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.ROTHMANN, I.; COOPER, C. Fundamentos de psicologia organizacional e do Trabalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- 2.SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2010.
- 3.ZANELLI. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BANOVA, Márcia Regina. Recrutamento, seleção e competências. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.
2. CASTRO, Luciana. Psicologia organizacional: 400 questões com gabarito comentado. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
3. FIORELLI, José Osmir. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2014
4. MORIN, Estelle M.; AUBÉ, Caroline. Psicologia e gestão. São Paulo: Atlas, 2009
5. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

2.DISCIPLINA: PSICOPATOLOGIA II

EMENTA: Do sintoma à síndrome. Síndromes e transtornos psiquiátricos. Manuseio DSM-5 e CID 10..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIATION PSIQUIATRICA AMERICANA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. BARLOW, David H. Psicopatologia: Uma abordagem integrada. São Paulo. Cengage Learning, 2015.
3. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Porto Alegre: Artmed, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. COSTA, G. P. A Clínica de Psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
5. WHITBOURNE, S.K.; HALGIN, R.P. Psicopatologia: perspectivas clínicas do transtorno psicológico. Trad. Maria Cristina Monteiro. 7.ed. São Paulo: AMGH, 2015

3.DISCIPLINA: PSICOLOGIA CLÍNICA II

EMENTA: História e fundamentação empírica e teórica da Terapia Cognitivo comportamental; Apreciação crítica da eficácia e aspectos éticos da TCC. As Técnicas psicoterápicas cognitiva-comportamentais. Tratamento cognitivo-comportamental dos transtornos psicológicos. A relação terapêutica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BECK, J, Terapia cognitiva comportamental- teoria e pratica 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
2. COSTA, A. J.; MOURA, R.; HAASE, V. G. Compêndio de Testes Neuropsicológicos. Atenção, Funções Executivas e Memória. São Paulo: hogrefe, 2017
3. RANGÉ, Bernard (org.) Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.

2. CORDIOLI, A.V. Psicoterapias: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
3. NUNES, M.A; et al. Transtornos alimentares e obesidade. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. DSTERNBEERG, R. J. Psicologia cognitiva. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
5. ASSOCIATION PSIQUIATRICA AMERICANA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

4.DISCIPLINA: TÉCNICAS PSICOMÉTRICAS -EAD

EMENTA: Introdução ao exame psicológico. Funções e origens dos testes: psicometria clássica e a atual. A medida em psicologia: possibilidades e limites. Conceitos básicos de psicometria: precisão, padronização, validade e fidedignidade. Escalas de avaliação psicológica. A importância do desenvolvimento de estudos normativos para a população brasileira e/ou regional. Aspectos culturais e étnicos na testagem psicológica. Adaptação e validade dos testes. A diferença entre testes projetivos e testes psicometricos, testes gráficos e não gráficos. Testes psicológicos: aplicação, correção e avaliação. Organização de baterias. A ética no exame psicológico. SATEPSI

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HUTZ, Cláudio. S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016
2. LINS, M.R.C.; BORSA, J.C. Avaliação Psicológica. Aspectos Teóricos e Práticos Rio de Janeiro: Vozes, 2017
3. PASQUALI, Luis. Instrumentação Psicológica: fundamentos e pratica. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANASTASI, A, URBINA, S. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
2. COSTA, A. J.; MOURA, R.; HAASE, V.G. Compêndio de Testes Neuropsicológicos. Atenção, Funções Executivas e Memória. São Paulo: hogrefe, 2017.
3. CUNHA, Jurema Aalcides. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2011
4. ERTHAL, T.C. Manual de psicometria. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

5. PASQUALI, Luis. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

5.DISCIPLINA: ESTÁGIO BÁSICO II

EMENTA: Desenvolvimento da escuta e observação clínica. Produção do relatório e plano de estágio. Acompanhar as atividades laborais desenvolvidas pelos psicólogos nas diversas áreas. Realização de atividades psicoeducativas. Elaboração de anamnese e triagem de pacientes sob orientação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, A.V.B.; GONDIM, S.M.G. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: ARTMED, 2010
2. OLIVEIRA, M.M. Como fazer: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo: Elsevier, 2010
3. RIBEIRO, J. R. Psicoterapia: Teorias e Técnica Psicoterápicas. São Paulo: Summus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARNHILL, John W. Casos Clínicos: DSM V. Porto Alegre: Artmed, 2015.
2. CORDIOLI, A.V. Psicoterapias: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
3. COSTA, G. P. A Clínica de Psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. BARLOW, D.H. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 4. ed. São Paulo: Cengage learning, 2011.
5. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

7º PERÍODO

1.DISCIPLINA: PSICODIAGNÓSTICO

EMENTA: Fundamentos do Psicodiagnóstico: objetivos e tipos. O contato com o paciente, entrevistas e o Exame Mental. O processo diagnóstico e seu plano de avaliação. Testes, métodos e técnicas. Psicodiagnóstico Interventivo. Documentos psicológicos e a devolutiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANCONA-LOPES, Sílvia (Org.) Psicodiagnóstico interventivo: evolução de uma prática. São Paulo: Cortez, 2018
2. CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2011.
3. HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. OCAMPO, Maria Luisa. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
3. ARZENO, M. E. G. Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições. Porto Alegre: Artmed, 1995.
4. CAMOS, Dinah Martins de Souza. O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade. São Paulo: Vozes, 2014.
5. McWILLIAMS, Nancy. Diagnóstico psicanalítico: entendendo a estrutura da personalidade no processo clínico. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

2.DISCIPLINA: PSICOLOGIA CLÍNICA III

EMENTA: A Fenomenologia Transcendental de Husserl, a Hermenêutica de Heidegger com seus desdobramentos na Daseinanalyse e o Existencialismo de Sartre. O fazer psicoterápico de base fenomenológico-existencial. A Gestalt-Terapia de Perls e a clínica do contato.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de.; PROTASIO, Mirian Moreira (Orgs.) Situações clínicas I: análise fenomenológica de discursos clínicos. Rio de Janeiro: IFEN, 2015.
2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de. Existência & Psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: IFEN, 2017.
3. FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Situações clínicas em Gestalt-Terapia. v.6. São Paulo: Summus, 2019. (Coleção Gestalt-terapia: fundamentos e práticas)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. EVANGELISTA, Paulo Eduardo Rodrigues Alves. Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger. Curitiba: Juruá, 2016
2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de (Org). A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial. 2.ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2010.
3. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calpo de; Lessa, Maria bernadete. (Orgs.). Psicopatologia: fenomenologia, literatura e hermenêutica. Rio de Janeiro: IFEN, 2016.
4. FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Gestalt-Terapia: Fundamentos Epistemológicos e Influências Filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.
5. SANTOS, José Henrique. Do empirismo à fenomenologia: a crítica do psicologismo nas investigações lógicas de Husserl. Rio de Janeiro: Loyola, 2010

3.DISCIPLINA: TÉCNICAS PROJETIVAS

EMENTA: Histórico e conceito de projeção. Os tipos de testes projetivos: gráficos, estruturais e temáticos. Caracterização, utilização e fundamentação teórica das técnicas projetivas. Importância e normatização das técnicas projetivas. Aplicação, correção, análise e relatório dos testes HTP e Palográfico. Aspectos éticos. Limitações dos testes projetivos. Elaboração de laudos psicológicos por meio do uso dos testes projetivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARROSO, Sabrina Martins; SCORSOLLINI-COMIN, Fabio; NASCIMENTO, Elizabeth do. Avaliação Psicológica: da teoria às aplicações. Rio de Janeiro: Vozes,

2015.

2. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. O teste do desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade. 47. ed. São Paulo: VOZES, 2014. (Disponível na editora)

3. COHEN, Ronald Jay; SWERDLIK, Mark E.; STRUMAN, Edward D. Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALCHIERI, João Carlos; CRUZ, Roberto Moraes; SARDÁ, Jamir João. Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional. 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

2. URBINA, Susan. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2007

3. NUNES, Maria Lúcia Tiellet (Org.) Técnicas projetivas com crianças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010 .

4. RETONDO, M. F. N. G. Manual prático de avaliação do HTP (casa-árvore-pessoa) e Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

5. VILLEMOR-AMARAL, Ana Elisa de; WERLANG, Bianca. Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica. São Paulo: Casapsi, 2008.

4.DISCIPLINA: TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS

EMENTA: Fundamentos teórico-práticos das principais psicoterapias. Terapia breve e focal. Psicoterapia de apoio e Acompanhamento Terapêutico. Terapia Interpessoal. Base do trabalho em grupoterapia. Intervenção em crise.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CORDIOLI, Aristides Volpato. Psicoterapias: abordagens atuais. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019

2. FIORINI, Hector Juan. Teoria e técnica de psicoterapias. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

3. RIBEIRO, Jorge Ponciano. Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas. 2. ed. São Paulo: Summus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BORGES, Edson Sá. Psicologia clínica hospitalar: trauma e emergência. São Paulo: Vetor, 2009.

2. FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo de. A prática da psicoterapia. São Paulo: Pioneira, 2010.

3. FERREIRA-SANTOS, Eduardo. Psicoterapia breve: abordagem sistematizada de

situações de crise. 5.ed. São Paulo: Ágora, 2013

4. MELO, Wilson Vieira (Org.) A prática das intervenções psicoterápicas: como tratar pacientes na vida real. Novo Hamburgo: Synopsis, 2019

5. MALAN, David. Psicoterapia dinâmica intensiva breve: um método inovador. Porto Alegre: Artmed, 2008.

5.DISCIPLINA: PSICOTERAPIA FAMILIAR

EMENTA: Concepções históricas de família. Tipos, estruturas e dinâmicas familiares. União, casamento e separações. Relações extraconjugais, recasamento e casais homossexuais. Sexo e intimidade. Relações entre irmãos. Conceitos básicos e evolução das abordagens em psicoterapia familiar. Modelos psicanalítico, comportamental, experiencial, intergeracional e sistêmico. Intervenções conjugais e familiares. Questões de gênero na terapia familiar e de casal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TEODORO, Maycoln L.; BAPTISTA, Makelim Nunes. Psicologia de família. Porto Alegre: Artmed, 2020.

2. MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge. O desafio de trabalhar com famílias de alto risco social. São Paulo: Roca, 2012.

3. OSORIO, Luiz Carlos. Manual de terapia familiar. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DATTILIO, Frank M. Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias. Porto Alegre: Artmed, 2011

2. WAGNER, Adriana. Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011

3. MINUCHIN, Salvador; NICHOLS, Michael P.; LEE, Wai-Yung. Família e casais: do sintoma ao sistema. Porto Alegre: Artmed, 2009.

4. OSORIO, Luiz Carlos. Manual de terapia familiar. Vol. 1. Porto Alegre: Artmed, 2009.

5. CARTER, Betty. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

8º PERÍODO

1.DISCIPLINA: PSICOLOGIA POSITIVA(ÊNFASE EM SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Aspectos históricos da psicologia positiva, bases teóricas, conceitos e temas de estudo na área, campo de atuação. Métodos de intervenção e avaliação e

perspectivas futuras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HUTS, C. S. Avaliação em Psicologia Positiva. Artmed: Porto Alegre, 2014.
2. SELIGMAN, M. E. P. & CAPELO, N. Felicidade autêntica: use a Psicologia Positiva para alcançar todo potencial. Rio de Janeiro. Objetiva. 2019.
3. CORRÊA, Andrea Perez (Org.) Psicologia positiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Leader, 2016. (Coletânea Biblioteca Positiva)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHAMINE, S. Psicologia Positiva: por que só 20% de alunos e indivíduos alcançam seu verdadeiro potencial e como você pode alcançar o seu. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
2. DELLAGLIO, D. D., KOLLER, S. H., & YUNES, M. A. Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: casa do Psicólogo, 2010.
3. SEIBEL, B. L. Psicologia Positiva: Teoria, pesquisa e intervenção. Uruá: Rio de Janeiro, 2016.
4. SELIGMAN, M. E. P. LOPES, C. P. Florescer. Objetiva: Rio de Janeiro, 2011.
5. SNYDER, C. R., LOPEZ, S. J. Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas. Artmed: Porto Alegre, 2008.

2.DISCIPLINA: PSICOLOGIA COMUNITÁRIA (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Psicologia Comunitária: origem histórica e definição; articulação com outros campos de saberes-práticas. Abordagens teórico-práticas do conceito de comunidade. A problemática da comunidade no mundo contemporâneo. Instituições sociais; Novo paradigma da prática profissional; Psicologia comunitária no Brasil e Amazonas; papel do psicólogo comunitário e sua relação com a comunidade. Planejamento, elaboração e avaliação de projetos comunitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BASTOS, R. L. Ciências humanas e complexidades projetos, métodos e técnicas de pesquisa. Juiz de Fora: EDUFJF, 2012.
2. BLEGER, José. Psico-higiene e psicologia institucional. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. STELLA, C. Psicologia comunitária: contribuições teóricas encontros e expectativas. Rio de Janeiro: Vozes. 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SARRIERA, Jorge Castella. Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2017.

2. SMITH, Jonas A. Psicologia qualitativa: um guia prático para métodos de pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2020
3. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
4. FERREIRA, R. C. Psicologia social e comunitária: fundamentos, intervenções e transformações. São Paulo: Érica, 2014.
5. CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 14.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

3.DISCIPLINA: PSICOFARMACOLOGIA (ÊNFASE DE SAÚDE E PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Fundamentos da psicofarmacologia. Princípios do tratamento farmacológico. Neuroquímica e psicofarmacoterapia. Psicofármacos e seus mecanismos de ação. Terapêutica farmacológica atual nos diferentes quadros psicopatológico. Aspectos dos tratamentos associados. Trabalho interdisciplinar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. STAHL, S. M. Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e Aplicação práticas. 4.ed. rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
2. SADOCK, B. J., SADOCK, V. A., RUIZ, P. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016
3. SHATZBERG, A. F., DEBATTISTA, C. Manual de Psicofarmacologia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTR

1. BEATTIE. M. Codependência nunca mais. Pare de controlar os outros e cuide de você mesmo. Editora: Best Seller. 2013.
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. CORDIOLI, Aristides Volpato; GALLOIS, Carolina Benedetto; ISOLAN, Luciano (Orgs.) Psicofármacos: consulta rápida. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
4. OLIVEIRA, Irismar Reis de; SCHWARTZ, Thomas; STAHL, Stephen M. Integrando psicoterapia e psicofarmacologia. Porto Alegre: Artmed, 2014
5. SADOCK, Benjamin; SADOCK, Virgínia; SUSSMAN, Norman. Manual de Farmacologia Psiquiátrica de Kaplan & Sadock. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

4.DISCIPLINA: NEUROPSICOLOGIA (ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: Fundamentos da neuropsicologia. Estudo, diagnóstico e repercussão de lesões sobre a neurocognição. Compreensão das bases neurológicas do

comportamento. Análise e compreensão das patologias neuropsicológicas. Avaliação: instrumentos, técnicas, testes, anamnese e entrevista. Diagnóstico, planejamento terapêutico e laudos. Reabilitação cognitiva. As áreas de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Cândida; COSENZA, Ramon M. Neuropsicologia: teoria e prática. 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.
3. MALLOY-DINIZ, Leandro F.; MATTOS, Paulo; ABREU, Neander; FUENTES, Daniel (Org.) Neuropsicologia: aplicações clínicas. Porto Alegre: Artmed, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
2. EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Manual de psicologia cognitiva. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
3. KANDEL, Eric R.; SCHWARTZ, James H.; JESSELL, Thomas M.; SIEGELBAUM, Steven A. [et.al.] Princípios de neurociências. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
4. KREBS, Claudia [et.al.] Neurociências ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2013
5. LENT, Roberto. Neurociência da mente e do comportamento. 1.ed. São Paulo: Guanabara Koogan. 2008.

4.DISCIPLINA: PSICOLOGIA ESCOLAR (ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: A escola, origem e função social. Organização do sistema educacional brasileiro, Leis de Diretrizes e bases. História da psicologia escolar/educacional e suas concepções. Bases teóricas da psicologia da educação e saúde. Formação e campo de atuação do psicólogo escolar. Visão crítica do papel e a prática nas instituições do psicólogo escolar. Ética e profissão. Contexto escolar e desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2015
2. FONSECA, V. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.
3. GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: fundamentos teóricos aplicações à prática pedagógica. 16.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPONE, Vicenza. Psicologia no ambiente escolar: teoria e prática. Curitiba: Juruá,

2020

2. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar. 2.ed. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2007
3. MACHADO, Adriana Marcondes; SOUZA, Marilene Proença R. de. (Orgs.) Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010
4. MARINI, Elaine. Psicologia escolar: uma reflexão sobre a educação. São Paulo: Vetor, 2012
5. TADA, Iracema Neno Cecílio; MAROLDI, Alexandre Masson. Psicologia escolar e processos educativos: reflexões críticas. Curitiba: Appris, 2013.

5.DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC I – PROJETO DE PESQUISA (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Análise dos princípios da bioética nas pesquisas em psicologia com seres humanos. Redação científica conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Orientação para o planejamento e execução dos projetos de pesquisa em psicologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016
2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017
3. KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.) Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2010
2. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014
3. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
4. _____. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
5. SOUZA, Maria Suzana de Lemos. Guia para redação e apresentação de monografias, dissertações e teses. 4.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2012.

1.DISCIPLINA: PSICOLOGIA HOSPITALAR (ÊNFASE DA SAÚDE)

EMENTA: Fundamentos da psicologia hospitalar: definição, características e origens históricas. O psicólogo no hospital: campo de atuação, parâmetros e dificuldades. Níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. Sistema de referência e contrarreferência. Matriciamento. Fundamentos em psicologia médica e psicossomática. Organização de proposta de intervenção em Psicologia preventiva: psicodiagnóstico no âmbito hospitalar, intervenção e avaliação. O processo de humanização hospitalar e o psicólogo - PNH.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. E a psicologia entrou no hospital. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.
2. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. Psicologia hospitalar: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
3. CAMPOS, Elisa Maria P.; VILAÇA, Anali Póvoas O.; MAGALHÃES, Bárbara S. de Paula; OLIVEIRA, Walter Lisboa. Psicologia da saúde-hospitalar: abordagem psicossomática. São Paulo: Manole, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BAPTISTA, Makilim Nunes; DIAS, Rosana Righetto; BAPTISTA, Adriana Said D. Psicologia hospitalar: teorias, aplicações e casos clínicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018
2. BROERING, Camila Volpato (Org.) Psicologia hospitalar: pesquisa e formas de atuação. Curitiba: Juruá, 2019
3. BRUSCATO, Wilze Laura. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
4. FILGUEIRAS, Maria Stela Tavares; RODRIGUES, Fernanda D.; BENFICA, Tania Mara Silva (Orgs.) Psicologia hospitalar e da saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2011
5. ISMAEL, Sílvia Maria Cury. Psicologia hospitalar: sobre o adoecimento... articulando conceitos com a prática clínica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013

2.DISCIPLINA: DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ADICÇÕES CONTEMPORÂNEAS (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Conceito de Dependência e outras adicções. Seus aspectos particulares, suas múltiplas causas e consequências. Tratamento das adicções de forma individual e familiar. Intervenções na Prática Clínica e núcleos de atendimento. Psicopatologia das Adicções. Integração e Relações Interpessoais. Política de redução de danos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARLOW, David H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo. Porto Alegre: Artmed, 2010
2. DIEHL, Ronaldo. Tratamentos farmacológicos para dependência química: da evidência científica à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. BRUSCATO, Wilze Laura. A prática da psicologia hospitalar na Santa Casa de São Paulo: novas páginas em uma antiga história. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015
2. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
3. DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo (Orgs.) Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018
4. GAMA, Luan. Dependência química: um modelo fácil e prático para a recuperação de dependentes químicos. São Paulo: Viva, 2015
5. ZANELATTO, Neide; LARANJEIRA, Ronaldo (Orgs.) O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais: um guia para terapeutas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

3.DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA (ÊNFASE EM PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Definição, histórico, objetivo, áreas de atuação da Psicologia Jurídica. Integração entre a Psicologia e outras ciências na Justiça. O trabalho do Psicólogo com: laudos para subsidiar decisões jurídicas, mediação de conflitos jurídicos (cíveis, penais e trabalhistas), avaliação para adoção, guarda parental e acolhimento de vítimas. Legislação e implantação dos serviços de Psicologia Jurídica. Psicopatologia nos processos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GONÇALVES, Hebe S.; BRANDÃO, Eduardo p. (Orgs.) Psicologia jurídica no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011
2. FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya R. Psicologia Jurídica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015.
3. PINHEIRO, Carla. Manual de psicologia Jurídica. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEMFICA, Aline Guimarães (Org.) Psicologia jurídica: ética, transmissão e política. São Paulo: Imago, 2011

2. COIMBRA, Cecília Maria Boças. Pivetes: encontro entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2010.

3. JESUS, Fernando de. Psicologia aplicada à justiça. 3.ed. Goiânia: AB, 2010.

4. LOPÉZ, Emilio Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. 2.ed São Paulo: Vida Livros, 2011.

5. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

4.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO GÊNERO E ATUALIDADES (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Diferença entre sexo e gênero. Teorias de gênero. Concepções de gênero e a Psicologia. Gênero e sexualidade. As relações de gênero e violência. O discurso sobre as transformações em direção à igualdade. Movimentos feministas e mudanças sociais. Gênero e reconstrução de identidades sociais. Políticas públicas de inclusão social. O papel desempenhado pelos movimentos sociais. Teoria e prática psicológica em defesa da inclusão social no contexto atual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global (compreendendo o gênero, da esfera pessoal à política, no mundo contemporâneo). São Paulo: Versos, 2015

2. GONGALVES, Maria da Graça M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.

3. LINS, Beatriz Alccioly. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. 1 ed. São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CONNELL, Raewyn. Gênero em tempos reais. São Paulo: Versos, 2016

2. DIAS, Alfrancio Ferreira; PACHECO, Ana Claudia Lemos (Org.) Gênero, trans e multidisciplinar. São Paulo: Paco Editorial, 2013

3. HOLOVKO, Cândia Sé; CORTEZZI, Cristina Maria. Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise. Rio de Janeiro: Blucher, 2017

4. OSTERMANN, A. C.; MENEGHEL, S. N. (Orgs.) Humanização, gênero, poder: contribuição dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

5. SAX, Leonard. Por que gênero importa? São Paulo: LVM, 2019.

5.DISCIPLINA: ESTÁGIO ESPECÍFICO I (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Experiência profissional supervisionada por docente do curso habilitado (supervisão acadêmica), acrescidas de supervisão local realizada por profissional psicólogo habilitado. Plano e relatório de estágio com avaliação da prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Manual de Publicação da APA. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
2. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. CARRIÓ, Francisco Borrell. Entrevista Clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELSKY, Janet. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.
2. BERGER, Kathlenn Stassen. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
3. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
4. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019
5. URBINA, Susan. Fundamentos de testagem psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2007.

10º PERÍODO

1.DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO TCC – II (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: A construção da parte textual do Trabalho de Conclusão de Curso: aperfeiçoamento da fundamentação teórica, implementação da coleta de dados, análise e discussão dos resultados, comprovação ou negação de hipóteses, elaboração de considerações finais, finalização, preparação de material de apresentação/defesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Como fazer monografias:

TCC, dissertações e teses. 4.ed. São Paulo, 2013.

2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017

3. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

2. CANZONIERI, Ana Maria. Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

3. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014

4. GERHARHT, T. E; SILVEIRA, D.T. (Orgs.) Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

5. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico (Procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações de trabalhos científicos) 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

2.DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO – EAD (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Empreendedorismo: características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospeção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018

2.DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017

3.OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.

2. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

3. MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Empreendedorismo. São Paulo: Pearson, 2012

4. SOUZA, Pedro Henrique. Empreendedorismo passo-a-passo. São Paulo: Viena,

2013.

5. TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, 2017 (Série Eixos. Gestão e Negócios)

3.DISCIPLINA: ESTÁGIO ESPECÍFICO II (ÊNFASE DE SAÚDE E PARA ÊNFASE DE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Experiência profissional supervisionada por docente do curso habilitado (supervisão acadêmica), acrescidas de supervisão local realizada por profissional psicólogo habilitado. Plano e relatório de estágio com avaliação da prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015
2. CHENIAUX, Elie. Manual de Psicopatologia. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2013.
3. HUTZ, Claudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Manual de Publicação da APA. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
2. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes. O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. CARRIÓ, Francisco Borrell. Entrevista Clínica: habilidades de comunicação para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012
4. DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
5. OCAMPO, Maria Luisa. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

OPTATIVAS -EAD

1.DISCIPLINA: ETHICS, SUSTENTABILITY AND HUMAN RIGHTS IN BRAZIL (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

Content: Principles of classical ethics. Models of ethics. Applied ethics and Interdisciplinarity. Bioethics, Health and Environment. Ethics in research. Globalization and sustainability. Power and the new technologies. Ethics, Education and Culture. Human rights and Human dignity. Economic and politics ethics. Management and entrepreneurship.

BASIC BIBLIOGRAPHY

- 1.BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: human rights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011.
2. BOERSEMA, David. Philosophy of human rights: theory and practice. Colorado: Westview Press, 2011
- 3.HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a brief history of tomorrow. London: Random House, 2017

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

- 1.CLAPHAM, Andrew. Human rights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007.
- 2.DRESNER, Simon. Thi principles of sustainability. New York: Routledge, 2008.
- 3.HOLSTON, James. Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
4. SANTOS, Boaventura de Sousa. Human rights: a fragile hegemony. IN.:CREPEAU, Françoisande Sheppard. Human rights and diverse societies: challenges and possibilities. Newcastle: Cambrigde Schlars Publishing, 2013.
5. SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentals ethics. Oxford: Oxfor Uk, 2011

2. DISCIPLINA: ENGLISH FOR THE JOB MARKET

Content: Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

- 1.BADGER, Ian. Flash on english for business conversation. (Book with MP3 audio files). London: ELI, 2016
- 2.COMFORT, Jeremy; MASCULL, Bill. Best parctice intermediate (Business english in a global context). Boston: Cengage Learning, 2007
- 3.GEFFNER, Andrea B. Business english: the writing skills you need for today's workplace. 5.ed. New York: Barrons Education, 2010

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

- 1.Cambridge business english dictionary. São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011
- 2.DAY, Jeremy; SANDFORD, George. Cambridge english for human resources (Student's Book with 2 Audio CD). São Paulo: Cambridge University Press do Brasil, 2011
- 3.ELLISON, Patrícia T. Business english for the 21ST Century. 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006

4. LIVING LANGUAGE. Business english. New York: Living Language/Random House, 2009

5. ROSENBERG, Marjorie. Communicative business english activities. Newbury: Express Publishing, 2018.

3. DISCIPLINA: LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino de Libras; Libras diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

3. QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.

2. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

5. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

4. DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS I (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: Fundamentar e explorar a amplitude da aplicabilidade dos temas e conhecimentos psicológicos à realidade humana. Práticas interdisciplinares e interfaces da psicologia com outras áreas do conhecimento. Interface da psicologia do desenvolvimento, saúde e comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2011
2. FELDMAN, Robert S. Introdução à psicologia. 10.ED. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015
3. CHENIAUX, Elie. Manual de psicopatologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia na comunidade: uma experiência. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013
2. AMERICAN PSYCHATRIC ASSOCIATION. Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
3. EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. Manual de psicologia cognitiva. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017
4. GOODWIN, C. James. História da psicologia moderna. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 2010
5. ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde OMS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE - OPAS. CID 10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde. 3vs. 10.ed. São Paulo: EDUSP, 2017

5.DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS II (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Fundamentar e explorar a amplitude da aplicabilidade dos temas e conhecimentos psicológicos à realidade humana. Práticas interdisciplinares e interfaces da psicologia com outras áreas do conhecimento. As psicologias e os dilemas da sociedade contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAMAROTTI, Maria Henriqueta; BARRETO, Adalberto; FREIRE, Teresa (Orgs.) A terapia comunitária integrativa no cuidado da saúde mental. Brasília: Kiron, 2013.
2. FREIRE, Izabel Ribeiro. Raízes da Psicologia. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
3. PAPALIA, Diane E.; FELDIMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AMERICAN PSYCHATRIC ASSOCIATION. Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. FERREIRA NETO, João Leite. Psicologia, políticas públicas e o SUS. 2.ed. São Paulo: Escuta, 2011
3. ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde OMS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA

SAÚDE - OPAS. CID 10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde. 10.ed. 3vs. São Paulo: EDUSP, 2017

4. MORATO, Henriette Tognetti Penha; BARRETO, Carmem Lúcia Brito Tavares; NUNES, André Pardo. Fundamentos de psicologia: aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, s.d.

5. SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da psicologia moderna. 10.ed. São Paulo: Cengage, Learning, 2014

6.DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA (ÊNFASE PSICOSSOCIAL E ÊNFASE SAÚDE)

EMENTA: A disciplina analisa a educação das relações étnico-raciais na multiplicidade de temas conceitos, fontes e metodologias que a subsidiam. Enfatizam-se os seguintes tópicos: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; efeitos psicossociais do racismo; relações étnico-racial nas medidas socioeducativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AQUINO, R.; VIEIRA, Fernando; AGOSTINHO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. Sociedade brasileira: uma história. Rio de Janeiro: Record, 2010.

2. MATTOS, Regiane Augusto. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007

3. MICHALISZYN, Mario Sérgio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: Intersaberes, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem. São Paulo: Contexto, 2016

2. SANCHES, Cleber. Fundamentos da cultura brasileira. 3.ed. Manaus: Valer, 2009

3. MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2015

4. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. Comunicação, cultura e cidadania dos Quilombolas. São Paulo: Paco Editorial, 2015

5. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5.ed. Autêntica, 2019(Coleção Cultura Negra e Identidades)

7. DISCIPLINA: SAÚDE DO TRABALHADOR (ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Ambiente de trabalho e saúde; relação saúde, saúde mental e trabalho; psicopatologias do trabalho; relações interpessoais no trabalho; qualidade de vida no trabalho; o trabalho na constituição da subjetividade do indivíduo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, Cristiano de Jesus (Org.) Saúde mental e trabalho: temas emergentes

na contemporaneidade. Curitiba: CRV, 2018

2. BARUKI, Luciana Veloso. Riscos psicossociais e saúde mental do trabalhador. 2.ed. São Paulo: LTr, 2018

3. SEBBEN, Lucia Simões. Avaliação psicossocial: psicologia aplicada à segurança no trabalho. São Paulo: Vetor, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BACIUK, Erica Passos (Org.) Políticas públicas e desenvolvimento humano. Curitiba: CRV, 2018

2. FERREIRA, André Sousa. Meio ambiente do trabalho e o direito à saúde mental do trabalhador. São Paulo: LTr, 2019

3. FERREIRA, Maria Cristina. Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais. São Paulo: casa do psicólogo, 2012

4. MENDONÇA, Helenides. Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012

5. ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. 2. ed. São Paulo: Cengage learning, 2011.

8. DISCIPLINA: CUIDADOS PALIATIVOS (ÊNFASE EM SAÚDE)

EMENTA: Princípios de Cuidados Paliativos e filosofia a partir de sua evolução histórica. Realidade atual dos Cuidados Paliativos no contexto de diferentes condições de saúde, doença e as modalidades de assistência nos serviços. Fatores determinantes do atendimento humanizado e a melhoria na qualidade da assistência multiprofissional direcionada aos pacientes fora de possibilidades terapêuticas de cura e sua família. Eutanásia, distanásia e ortotanásia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CORADAZZI, Ana Lúcia; SANTANA, Marcella Tardela; CAPONERO, Ricardo. Cuidados paliativos: diretrizes para melhores práticas. São Paulo: MG, 2019

2. TRENTINI, Mercedes; PAIM, Lygia; GUERREIRO, Denise. Condições crônicas e cuidados inovadores em saúde. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013

3. SANTANA, Júlio César Batista; PESSINI, Leocir; SÁ, Ana Cristina de. Cuidados paliativos: uma reflexão bioética. Curitiba: CRV, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Ricardo Tavares; PARSONS, Henrique Afonseca. Manual de cuidados paliativos. 2.ed. São Paulo: ANCP, 2012 Disponível em <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>

2. MORITZ, Rachel Duarte. Cuidados paliativos nas unidades de terapia intensiva. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012

3. RUBIO, Andrezza Juliane; SOUZA, Jussara de Lima e. Cuidado paliativo pediátrico e perinatal. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018
4. SANTOS, Franklin Santana. Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio de sintomas. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010
5. SANTOS, Franklin Santana. Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer. Rio de Janeiro: Atheneu, 2009.

9.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO ESPORTE (ÊNFASE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: História da Psicologia do Esporte. Personalidade e Motivações na prática esportiva. Competição e cooperação: Ativação, estresse e ansiedade. Inteligência e regulação emocional. Conscientização de processos internos. Feedback e reforço. Dinâmicas e Comunicação em equipe. Liderança esportiva. Treinamento de habilidades psicológicas. Mentalização, concentração e metas. Comportamentos patológicos, treinamento excessivo e lesões. Agressividade no esporte. Trabalho interdisciplinar em equipe desportiva de alto rendimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BURITI, Marcelo de Almeida. Psicologia do esporte. 4. ed. São Paulo: Alinea, 2012.
2. GOULD, Daniel. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
3. MEDEIROS, C. Psicologia do esporte na atualidade: reflexões necessárias. São Paulo: Passavento, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FERNANDES, Paula Teixeira (Org.) Interdisciplinaridade na psicologia do esporte. Curitiba: CRV, 2019
2. GARTNER, Gilberto. Psicologia e ciência do esporte. Curitiba: Juruá, 2009
3. PEIXOTO, Evandro Moraes; NAKANO, Tatiana de Cássia; BABINOTTI, Marcos Alencar Abaide. Novas perspectivas para avaliação em psicologia do esporte e do exercício físico. Curitiba: CRV, 2016
4. SAMUSLSKI, Dietmar. Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009
5. ROLIM, R. M.; BATISTA, Emerson D.; SILVA, G. H. G. (Orgs.). Psicologia do esporte: perspectivas de atuação na escola. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

10.DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO TRÂNSITO (ÊNFASE PSICOSSOCIAL)

EMENTA: Aspectos históricos da mobilidade urbana. Compartilhamento do tráfego entre diferentes modais. Influências socioambientais nos comportamentos e atitudes

de motoristas. Instrumentos de avaliação e o informe psicológico do processo de obtenção da CNH. Comportamento e percepção de risco de motoristas. Prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Intervenções em fobia de trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA DO TRÁFEGO. Psicologia no Tráfego: Questões e Atualidade. v.1. Curitiba: Editora CRV, 2017 (Coleção Psicologia no Tráfego)
2. GUNTHER, H. et al. Pesquisas sobre comportamento no trânsito. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
3. CRISTO, Fábio de. Psicologia do trânsito e transporte: manual do especialista. São Paulo: Vetor, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BELLINA, Cecília. Dirigir sem medo. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012
2. CRUZ, Roberto Moraes.; WIT, Paulus A. J. M. de; SOUZA, Caroline Zaneripe de. Manual de psicologia do trânsito. São Paulo: Nilapress, 2017
3. JARDIM, A. P. P. Psicologia e mobilidade: o espaço público como direitos de todos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010.
4. CRISTO, Fábio de. Psicologia e trânsito: Reflexões para pais, educadores e (futuros) condutores. São Paulo: 2012.
5. FONSECA, Yone Xavier Felipe da. Medo de dirigir: terapia cognitivo comportamental no tratamento da fobia de trânsito. São Paulo: Vetor, 2013.

DISCIPLINAS LICENCIATURA

5º. PERÍODO

1. DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EMENTA: Reflexões, investigações, abordagem crítica e sínteses dos marcos da relação histórica escola–sociedade brasileira em diferentes contextos e temporalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, s.d
2. GHIRALDELLI, JR., Paulo. História da Educação Brasileira. 5.ed.. São Paulo: Cortez, 2015.
3. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil. 40.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VILHA, Ana Lúcia de O. Morales; LIMA, Marilene; LIMA, Franciele Busico; SILVA, Patrícia Vivolo Rotondaro da. História da educação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013
2. FRELLER, Cíntia Copit. Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.
3. MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação da Antigüidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo Cortez, 2010
4. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Didática: o ensino e suas relações. São Paulo: Papirus, s.d. (Coleção Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico)
5. GHIRALDELLI, JR., Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. 2.ed. São Paulo: Manole, 2009.

6o. PERÍODO

1. DISCIPLINA: DIDÁTICA

EMENTA: Didática e ciência. Pedagogia e “Didática”. O papel mediador do professor no processo ensino aprendizagem. A sala de aula como um espaço de inter-relações. Planejamento. O uso de recursos tecnológicos. Avaliação do processo ensino aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BORDENAVE, Juan Diaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
2. CANDAU, Vera Maria (Org.) A didática em questão. 36.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014
3. MALHEIROS, Bruno Taranto. Didática geral. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018
2. CANDAU, Vera Maria (Org.) Rumo a uma nova didática. 24.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
3. PIVA JR., Dilermando. Sala de aula digital: uma introdução à cultura digital para educadores. São Paulo: Saraiva, 2013
4. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Didática: o ensino e suas relações. 18.ed. São Paulo: Papirus, 2019 (Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)
5. _____. Lições de didática. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2019 (Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico)

7o. PERÍODO

1. DISCIPLINA: PSICOLOGIA E ESCOLA

EMENTA: O desenvolvimento moral da criança e do adolescente: Piaget e Kölbherg. A disciplina escolar na visão da Psicanálise e da Psicologia Social. Práticas disciplinares mais comuns na escola. Violência na sociedade e no cotidiano escolar. O papel do professor no estabelecimento das normas disciplinares

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CLÁUDIO, Claudemiro Esperança. Globalização, adolescência e violência na escola. Curitiba: Appris, 2018
2. SANTOS, Maria dos Prazeres dos. O dilema da indisciplina escolar e as práticas pedagógicas: um olhar para além da escola. Curitiba: Appris, 2020
3. FAVA, Débora Cristina. A prática da psicologia na escola. Belo Horizonte: Artesã, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014
2. FRELLER, Cintia Copit. Histórias de indisciplina escolar: o trabalho de um psicólogo numa perspectiva winnicotiana. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008
3. PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: Contexto, 2008
4. SHCILLING, Flávia. A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Summus, 2014.
5. SILVA, César Augusto Alves da. Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos. São Paulo: Papyrus, s.d. (

2. DISCIPLINA: NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E INCLUSÃO SOCIAL

EMENTA: Estudo das deficiências, desde a evolução do conceito, passando pelos diversos tipos de comprometimentos apresentados nos diferentes quadros de desenvolvimento. Trabalho do pedagogo junto às pessoas com necessidades especiais, no que diz respeito à inclusão social e escolar. Estudo da Legislação Brasileira que regem a Educação Especial e o processo de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. ARAÚJO JÚNIOR, Carlos de; FERREIRA, João Bosco; SOUSA, Teresinha Sirley Ribeiro; CARDOSO, Lauriane Rosa. Educação especial e inclusão: saberes, práticas e desafios. Curitiba: Appris, 2017

2. MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. Rio de Janeiro: Cortez, 2017
3. NAKAIAMA, Antonia Maria. Educação inclusiva: fundamentos e perspectivas. Curitiba: Appris, 2019

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MARTINS, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp; XAVIER, Ana Paula (Orgs.) Imersões cotidianas na educação inclusiva: múltiplos olhares, múltiplos saberes. 2vs. Curitiba: Appris, 2020
2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca: UNESCO, 1994 Disponível em [http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaração_Salamanca.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaração_Salamanca.pdf)
3. ASSUMPÇÃO Jr., Francisco Batista; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury. Psicologia do excepcional: deficiência física, mental e sensorial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
4. MATOS, Maria Almerinda de Souza. Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus: EDUA, 2013
5. UHMANN, Silvana Matos. Alunos com deficiência: inclusão, desafios, interações e possibilidades. Curitiba: Appris, 2018

8o. PERÍODO

1.DISCIPLINA: POLITICAS PUBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA-

EMENTA: Histórico e análise da Legislação Educacional e as principais políticas educacionais aplicadas no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e suas implicações na Educação. Estudo e reflexão crítica sobre o sistema educacional brasileiro, sua contextualização no cenário nacional e internacional. Principais programas educacionais federais, estaduais e municipais.

BIBLIOGRAFIA BASICA

1. RODRIGUES, Isabel Cristina; FREITAS, Aline da Silva; JESUS, Ester zuzo de (Orgs.) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: estudos em virtude dos 20 anos da Lei 9.394/1996. São Paulo: LTr, 2017
2. SANTOS, Arlete ramos dos; CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; CAETANO,

Maria Raquel. Políticas educacionais no cenário brasileiro. Curitiba: Appris, 2019

3. VASCONCELLOS, Maria Celi; NAJJAR, Jorge. A LDB e as políticas educacionais: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois. Curitiba: Appris, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo-a-passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no.394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo. São Paulo: AVERCAMP, 2018

2. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 23.ed. São Paulo: Papirus, s.d. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico) **(Biblioteca Virtual. E-book)**

3. HARGREAVES, A. O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, s.d.

4. NEY, Antonio. Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, s.d.

5. SOUZA, Angelo Ricardo de; GOUVEIA, Andrea Barbosa; TAVARES, Taís Moura. Políticas educacionais: conceitos e debates. Curitiba, Appris, 2016

2. DISCIPLINA: LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS

EMENTA: Manifestações linguísticas no contexto histórico da Língua de Sinais; Teoria que embasa a educação de surdos no Brasil e seus aspectos filosóficos; Política da Educação Inclusiva Pessoas com surdez; Atendimento Educacional Especializado às pessoas com surdez; Aspectos intrínsecos e extrínsecos ao ensino de Libras; Libras diferentes gêneros e estruturas, explorando a diversidade de temas e contexto em que se enquadram; Relações entre informações linguísticas do ensino de LIBRAS; Didática e dinâmica na aula com surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscilla [et.al.] Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

3. QUADROS, Ronice MILLER; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.

2. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação,

2012.

3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
4. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
5. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFSCar, 2013.

3. DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO I - didática e licenciatura na educação básica (educação infantil, educação fundamental e ensino médio) -

EMENTA: supervisão acontecera para discutir sobre as questões teóricas atuais sobre a Didática, histórico e construção do campo, bem como o planejamento e os elementos do processo de ensino. Discutir o trabalho docente, a cultura docente, a cultura e o cotidiano escolar. Realizar atividades de observação, investigação e análise da cultura escolar em uma escola de educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.CANDAU, Vera Maria (Org.) Magistério: construção cotidiana. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- 2._____. Tecendo: reinventando saberes e práticas. São Paulo: 7 Letras, 2018
- 3.SAVIANI, Nereide. Saber escolar: currículo e didática (problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. São Paulo: Autores Associados, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.CANDAU, Vera Maria (Org.) A didática em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 2010
- 2.MASCHIO, Elaine Cátia Falcade; SOARES, Eliane do Sacramento. Cultura escolar, tecnologias e práticas: perspectivas históricas e contemporâneas. Curitiba: Appris, 2017
- 3.PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; MARTINS, Nilza da Silva; GUEDES, Marildes Queiroz. Educação básica: políticas, formação e prática pedagógica. Curitiba: Appris, 2019
- 4.PIMENTEL, Gabriela Souza Rêgo; GUEDES, Marildes Queiroz; MARTINS, Nilza da Silva. Educação básica: política, formação e prática pedagógica. Curitiba: Appris, 2019
- 5.VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) Repensando a didática. 21.ed. São Paulo: Papirus, s.d..

9º. PERÍODO

DISCIPLINA: PROJETO DE DIAGNOSTICO E INTERVENÇÃO NA ESCOLA

EMENTA: Elaboração de um projeto de intervenção na escola. Observação e acompanhamento na escola com elaboração de projeto de diagnóstico e intervenção. O aluno deve seguir o roteiro de um projeto de diagnóstico e intervenção e no final deverá apresentá-lo na escola como fechamento da disciplina com o acompanhamento de um professor supervisor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- 1.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017
- 2.MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- 3.LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 1.BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. Rio de Janeiro: Vozes, s.d.
- 2.KOLLER, Sivia H.; COUTRO, Maria Clara P. de; VON HOHENDORFF, Jean (Orgs.) Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014
- 3.LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de metodologia científica das ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 2008
- 4.LIMA, Aluísio Ferreira de; LARA JUNIOR, Nadir. Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica. Porto Alegre: Sulina, 2014
- 5.SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

DISCIPLINA: GESTÃO ESCOLAR –

EMENTA: Conceituação de administração escolar, diferencial da empresa. Processos de administração escolar, planejamento transformação social e a superação da sociedade de classes. O caráter conservador da administração escolar vigente e suas consequências no atraso desenvolvimentista. A natureza do processo de produção pedagógica atual na escola e administração escolar para a transformação social contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- 1.BELLOTO, Aneridis Aparecida Monteiro; RIVERO, Cléia Maria da Luz; GONSALVES, Elisa Pereira. (Orgs.) Interfaces da gestão escolar. 2.ed. São Paulo:

Alínea, 2013.

2.MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2013.

3.LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1.ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.) História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor. São Paulo: Alínea, 2013

2.GROCHOSKA, Márcia Andréia. Contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica: uma experiência de gestão democrática. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

3.HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. São Paulo: Papyrus, s.d. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

4.LUCK, Heloísa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. 29.ed. Rio de Janeiro: Vozes, s.d

5.PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17.ed. São Paulo: Cortez, s.d

DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO II - didática e licenciatura nos cursos Técnicos e do Ensino superior-

EMENTA: Supervisão ocorrerá em sala de aula com um professor A estrutura, organização e funcionamento do curso técnico e do ensino superior. O processo de avaliação da aprendizagem. Atividades interdisciplinares para articulação entre os conhecimentos estudados na academia e a realidade social e pedagógica dos cursos técnicos no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1.SANTOS, Akiko; SUANNO, João Henrique; SUANNO, Marilza Vaness Rosa. Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade. Porto Alegre: Sulinas, 2013

2.FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores: teoria e prática pedagógica. Rio de Janeiro: Vozes, 2014

3.GHEDIN, Evandro; OLIVIEREA, Elisângela; ALMEIDA, Whasgthon, A. de. Estágio com pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015

BIBLIOGRAIFA COMPLEMENTAR

- 1.SAVIANI, Dermeval; GOERGEN, Pedro. Formação de professores: a experiência internacional sob olhar brasileiro. São Paulo: Autores Associados, s.d.
- 2.LINHARES, Célia; GARCIA, Regina Leite; CORREA, Carlos Alberto Alves (Orgs.) Cotidiano e formação de professores. São Paulo: Autores Associados, 2011
- 3.LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011
- 4.MOREIRA, Antonio Flávio (Org.) Currículo: políticas e práticas. 13.ed. São Paulo: Papirus, 2013
- 5.PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro; MATTOS, Maria José Viana Marinho de (Orgs.) A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Porto Alegre: Penso, 2014

7. Currículo de Licenciatura em Psicologia e as DCNs

A habilitação em Licenciatura em Psicologia atende às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais- DCN, na medida em que apresenta disciplinas com conteúdo teórico e estágio supervisionado em Licenciatura, totalizando **828 horas, sendo o projeto complementar do curso de Graduação em Psicologia**. Um currículo diversificado com um conjunto de disciplinas de domínio de teorias, métodos e técnicas em Psicologia com o suporte à prática do magistério no Ensino básico e Médio. Um conjunto de disciplinas específicas na área de formação pessoal e profissional do professor- educador, especialmente voltada para a realidade brasileira. O currículo proposto atende às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, no que se refere à oferta da habilitação em Licenciatura – Resolução nº5 de 15 de Março de 2011

8. Estágio Supervisionado em Licenciatura

O estágio da licenciatura num total de **300 horas, oferecido no 8º e 9º anos do curso**, tem por objetivo dar ao aluno a possibilidade de exercitar as atividades práticas, as competências relativas às habilidades previstas pela Resolução nº5 de 15 de Março de 2011. Previsto em dois semestres as horas deverão ser distribuídas no decorrer desses períodos. O estágio será supervisionado no formato presencial por um professor da instituição e deve ocorrer em escolas públicas e particulares. As normas do estágio e os critérios de avaliação estão submetidos ao Regulamento de Estágio de Licenciatura. Os alunos estagiários terão supervisão acadêmica semanal, provida

na forma de atendimento coletivo com até 8 estagiários por supervisão. Sendo cada supervisão com 3h/a. Os professores supervisores de estágio estarão sempre em contato com as instituições onde os estágios se realizarão visando o acompanhamento e avaliação do trabalho. Caberá aos professores supervisores orientar os estagiários na elaboração dos trabalhos escritos (projetos de estágio e relatório final) e supervisionar os casos atendidos pelos estagiários.

Regulamento do Estágio Supervisionado em licenciatura

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. O Estágio Supervisionado do Curso de Psicologia em licenciatura é componente curricular obrigatório, é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional em licenciatura, pois objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas áreas de atuação, escola pública e privada. Como importante instrumento da formação acadêmica, deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, entre a teoria e a prática constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino/ aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

- a) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- b) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82);
- c) Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 Institui Política Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente e dá outras providências;
- e) Resolução CNE/CES no. 5, de 15/03/11 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia.

III - DA DEFINIÇÃO

Art 3. Considera-se Estágio Curricular as atividades acadêmicas supervisionadas e desenvolvidas em ambiente de trabalho que visam à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando cursos de graduação e licenciatura em instituições de ensino superior podendo ocorrer em duas modalidades:

- a) Curricular obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.
- b) Curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional,

acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da IES.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 4. O estágio supervisionado em licenciatura será em dois momentos: **Estágio supervisionado I, no 8o. Período com 120 horas e Estágio Supervisionado II, no 9o. Período com 180 horas. Compondo 300 horas totais de estagio. O Estágio supervisionado I**, com 120 horas, deverá se realizar da seguinte forma: 100 horas no local de estágio com um supervisor local e 20 horas em orientação em sala de aula com um professor do curso. No campo de estágio ocorrerá atividade prática através de observação técnica e atividades da formação do Psicólogo em licenciatura. Nesse estágio, o aluno deverá ser capaz de formatar e apresentar um plano de estágio com base nas atividades práticas desenvolvidas ao longo do semestre letivo. Será necessário o cumprimento de 100 horas no campo de estágio e 20 horas de orientação acadêmica. Ao término, o aluno deverá entregar ao orientador um relatório final constando as atividades realizadas no campo de Estágio. No **Estágio supervisionado II** será necessário o cumprimento de 180 horas de estágio por meio da observação técnica e atividades da formação do Psicólogo em licenciatura. Sendo estas realizadas no local de estágio. Nesse Estágio Supervisionado II será necessário o cumprimento de 180 horas sendo dividido em 140h no campo de estágio e 20h de orientação acadêmica. Ao término, o aluno deverá entregar ao orientador um relatório final constando as atividades realizadas no campo de Estágio.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 6º É definido como objetivo geral do estágio proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos e práticos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de licenciatura.

Art. 7º Para o estágio são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;
- b) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças;
- c) Promover a transição do acadêmico a atividades práticas abrindo aos estagiários, oportunidades de conhecer o uso das tecnologias, diretrizes, organização e funcionamento das instituições que empregam psicólogos;

- d) Possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;
- e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, proporcionando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;
- f) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- g) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;
- h) Possibilitar vivências com o cotidiano dos diversos agentes sociais visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º Os Estágios serão organizados sob a Coordenação do Curso de Psicologia.

Art. 9º Fica a cargo do orientador e estagiário a escolha e/ou oportunidade de estágio através das vagas disponíveis na organização conveniada para realização do estágio desde que atenda aos objetivos e às normas deste manual e que o local possua, impreterivelmente, termo de convênio com a IES.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 10º Os horários de estágio curricular supervisionado obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária, conforme legislação vigente, não podendo ultrapassar 6 horas diárias.

Art. 11. Os estágios supervisionados serão considerados componentes obrigatórios da matriz curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

Art. 12. A realização do estágio se processará em diferentes etapas nas quais o aluno será avaliado a partir do desenvolvimento de um plano de atividades que deverá ser elaborado e desenvolvido com o acompanhamento de um professor- orientador.

Art. 13. Os estágios serão realizados por um supervisor de campo devidamente registrado no conselho regional de Psicologia.

Art. 14. Estão previstos para a realização dos estágios, encontros periódicos sob orientação do professor-orientador objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação, bem como, verificar junto ao supervisor de campo o desenvolvimento das atividades de estágio.

Art. 15. As atividades relacionadas no relatório de estágio devem guardar consonância com as atividades relacionadas às áreas de cada estágio.

Art. 16. O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho (se possuir convênio com a IES), desde que desempenhe atividades relacionadas à sua área de formação e que o horário de estágio não conflite com a jornada de trabalho já realizado.

Art. 17. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a IES.

Art. 18. Os estágios serão realizados conforme determinação da matriz curricular do curso.

Art. 19. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 20. O estágio curricular supervisionado não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VIII DAS FUNÇÕES

Art. 21. Do Coordenador do Curso:

- a) Pronunciar-se sobre os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
- b) Realizar reuniões periódicas com o Psicólogo/ supervisor local e os Docentes orientadores de Estágio com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- c) Participar de decisões quanto a questões extras normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
- d) Manter arquivados em processos individualizados de cada estagiário a documentação comprobatória da realização do estágio curricular após a verificação, aprovação e avaliação pelo orientador de Estágio;
- e) Selecionará e encaminhará a lista de Professores Orientadores devendo ser todos pertencentes ao quadro do Curso de Graduação e licenciatura;
- f) Contatar, aprovar e cadastrar em banco de dados, as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
- g) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio entre estagiário e a parte concedente indicando as condições de adequação do estágio ao projeto pedagógico de cada curso, a etapa e modalidade da formação escolar do estudante, horário e o calendário escolar;
- h) Realizar visitas periódicas ou quando se fizer necessário ir aos locais de estágio, a fim de avaliar as instalações, seu funcionamento e sua adequação à formação

profissional do estagiário;

- i) Fornecer os formulários de avaliação e de frequência dos estagiários, aos Docentes Orientadores e supervisores de campo.
- j) Participar, conjuntamente com os Docentes Orientadores das reuniões de estágio, previamente definidas;
- k) Realizar reuniões periódicas com os Docentes Orientadores de Estágio com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- l) Participar do processo de avaliação dos alunos e do campo de estágio;

Art. 22. Do Professor Orientador de Estágio

- a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de curso e aos alunos;
- b) Acompanhar os alunos, orientando-os integralmente, em seu campo de atuação;
- c) Realizar a escala de tarefas dos alunos, regularmente;
- d) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
- e) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
- f) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
- g) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;
- h) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a IES.
- i) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre;
- j) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades de estágio;
- k) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
- l) Elaborar junto com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a sua execução.

IX- DAS OBRIGAÇÕES

Art. 23. Da parte concedente:

- a) Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular supervisionado;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo atividades que requerem a prática supervisionada.

- c) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhamento da IES;
- d) Facilitar o acesso do coordenador e/ou orientador de estágio aos locais destinados ao estágio;
- e) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;
- f) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de comprovação;
- g) Assegurar a jornada de atividades de estágio curricular que deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;
- h) Aplicar ao estagiário a legislação pertinente e relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 24. Do estagiário

- a) Cumprir com eficiência e eficácia das tarefas que lhe forem pertinentes exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- c) Informar ao Professor orientador as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;
- d) Comparecer, pontual e assiduamente ao local de estágio;
- e) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;
- f) Elaborar e entregar dentro dos prazos fixados o plano de estágio;
- g) Elaborar e entregar dentro dos prazos fixados os relatórios de avaliação de estágio;
- h) Revelar ajustamento à situação de estágio zelando pelo relacionamento harmonioso com os professores - orientadores, colegas, clientes, pacientes e com a equipe de trabalho da instituição conveniada e da clínica integrada;
- i) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária preestabelecidas para a frequência;
- j) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;
- k) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;
- l) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teórico/práticas que se apresentarem;
- m) Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes

de situações previsíveis;

n) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;

o) Comunicar imediatamente por escrito (de preferência) ao professor- orientador qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;

p) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 25. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno, pelo professor orientador, a quem compete monitorar o desenvolvimento das ações técnicas; da elaboração e da apreciação dos planos e relatórios de ação, além da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 26. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos do curso, conforme seu Projeto Pedagógico.

Art. 27. Considerar-se-á aprovado o aluno que cumprir no mínimo 75% da carga horária do estágio curricular como pré-requisito de aprovação e obtiver média de no mínimo 5,0 pontos.

Art. 28. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/75.

Art. 29. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

XI- DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 30 São documentos necessários para registro das atividades de estágio, para avaliação e controle de frequência, seguem os formulários relacionados:

a) Ficha de inscrição de estágio;

a) Encaminhamento do estagiário para empresa concedente;

b) Declaração de autorização para cumprimento do estágio;

c) Termo de compromisso de estágio;

d) Controle de frequência de estágio;

e) Declaração de cumprimento de carga horária, assinado pelo supervisor local;

f) Formulário de avaliação do supervisor de campo e orientador acadêmico assinado

pelo supervisor local e acadêmico.

Art. 31 O Coordenador de Curso deverá receber, ao final de cada semestre, dos professores - orientadores de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 32 O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada na coordenação bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio supervisionado I e II em licenciatura conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

a) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

b) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estágio deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próximo e encaminhar a Direção-Geral, relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

c) Nos anexos do PPC encontram-se os formulários que devem ser preenchidos para registro das atividades de estágio.

ANEXOS

I. DOCUMENTOS UTILIZADOS DURANTE OS ESTÁGIOS LICENCIATURA

1.Modelo de Ficha para inscrição do aluno para o local de Estágio

ENCAMINHAMENTO DO ALUNO PARA ESTÁGIO	
CURSO: Psicologia/ licenciatura	
DADOS DO ALUNO NOME COMPLETO DO ALUNO: NÚMERO DE MATRICULA: RG: CPF DATA DE NASCIMENTO;	
PERÍODO DO ESTÁGIO () MATUTINO () VESPERTINO () NOTURNO	
DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE NOME DA INSTITUIÇÃO QUE O ALUNO DESEJA FAZER O ESTÁGIO:	
NOME DA INSTITUIÇÃO DEFINIDA:	
PSICÓLOGO LOCAL/CRP:	
TURNOS: MATUTINO () VESPERTINO () NOTURNO ()	
DATA:	ASSINATURA DO ALUNO:

2.Termo de Compromisso de Estágio

Ao xxxx dia do mês de xxxxx de xxxxxxx, na cidade de xxxxx, neste ato, as partes a seguir nomeadas:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A IES xxxxxx situada na cidade de xxxxx. Razão Social: xxxxx
 , representada neste ato pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
 portador da Carteira de Identidade nº. XXXXX.

UNIDADE CONCEDENTE

LOCAL xxxxx, situado, xxxxx bairro xxxx na cidade de xxxxx, representado por seu representante legal xxxxx, portador da Carteira de Identidade nº xxxxxx.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de Estágios dos estudantes do Curso de Psicologia da IES xxxx junto à Unidade Concedente, o qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, entendido o Estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em decorrência do presente Acordo celebra-se um Termo de Compromisso de Estágio, entre o estudante e a Unidade Concedente, com interveniência e assinatura da IES e coordenação de curso, no termos do Art. 6º do Decreto 87.497/82, o qual constituirá comprovante da inexistência de vínculo empregatício.

CLÁUSULA TERCEIRA - As condições básicas para realização de Estágio de Estudante estão explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio que se vincula ao presente acordo.

CLÁUSULA QUARTA - São integrantes deste termo: a Unidade Concedente, com interveniência e assinatura da IES e, de outro lado, o estagiário regularmente matriculado nessa Faculdade.

ESTAGIÁRIO

O (A) acadêmico (a) XXXXXXXX, residente na rua XX , nº XX, bairro XXXXX, na cidade de XXXX regularmente matriculada no Curso de XXXXX de nível superior, com matrícula n.º XXXXX.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA QUINTA - O Termo de Compromisso de Estágio que decorre do Convênio de Estágio tem por finalidade particularizar a relação jurídica especial existente entre o Estagiário e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA SEXTA - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

- Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, podendo ser cancelado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;
- As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário serão desenvolvidas nos dias XXXX, horário XXXXX, somando o total de 06 (SEIS) horas diárias e no máximo 30 (TRINTA) horas semanais, podendo existir alterações nos horários diários.

CLÁUSULA SÉTIMA - As atividades desenvolvidas pelo Estagiário em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere são: xxxxx.

CLÁUSULA OITAVA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento do estágio, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

- Proporcionar aos Estagiários, atividades que envolvem o processo ensino /aprendizagem voltadas para atividades práticas supervisionadas em contexto básico da profissão ao qual o seu curso se refere;
- Proporcionar à IES sempre que necessários subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao estagiário:

1. Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para seu Estágio;
2. Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;
3. Elaborar e entregar à IES para análise e avaliação, os relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Constituem motivos para a interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

- a. A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;
- b. O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso de Estágio, bem como no Acordo de Cooperação Técnica ou Convênio de Estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em acordo inteiro e comum com as condições e diretrizes do Acordo de Cooperação Técnica ou Convênio de Estágio e do Termo de Compromisso de Estágio, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

Local xx,, xx de xxxxxxxx de xxxx.

UNIDADE CONCEDENTE

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

ESTAGIÁRIO

3. Declaração de Encaminhamento do Aluno para o Local de Estágio

CURSO DE PSICOLOGIA

Local xxx, xx de xxxx de xxxx.

De: COORDENAÇÃO DE PSICOLOGIA

Para: xxxxxxxxxxxxxxxx

Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assunto: Encaminhamento para o Estágio supervisionado I - licenciatura

Prezado (a) Senhor (a)

Cumprimentando Vossa Senhoria, encaminhamos o (a) acadêmico (a) xxxxxxxxxxxxxx, matriculado (a) no 8o. período no Curso de Psicologia / licenciatura - pretendente a realização de estágio nessa instituição acima referida.

Informamos que a carga horária total do estágio é de **120 horas**, sendo 100 horas a serem cumpridas no local de estágio e as restantes 20 horas em orientação acadêmica, com um professor docente do curso.

Antecipadamente agradecemos vossa gentileza e nos colocamos à sua inteira disposição.

Atenciosamente,

Coordenador de Psicologia

4. FICHA DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I e II EM LICENCIATURA

ALUNO (A): _____ MÊS: _____

ESCOLA/INSTITUIÇÃO: _____

DIA	ENTRADA	ASSINATURA	SAÍDA	ASSINATURA	HORAS
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
TOTAL DE HORAS					

Supervisor de campo
Assinatura e Carimbo

Orientador Acadêmico
Assinatura e Carimbo

5. MODELO DE PLANO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II EM LICENCIATURA

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Matrícula:

Turma:

Período:

Turno:

Telefone:

E-mail:

2 - IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

Nome:

Endereço:

CEP:

Telefone:

Período de realização:

Turno:

Carga horária total:

Carga horária local:

Carga horária de orientação acadêmica:

3 - DADOS DA ORIENTADORA ACADÊMICA

Nome do orientador acadêmico:

CRP do orientador acadêmica:

Telefone:

4 - DADOS DA SUPERVISORA DE ESTÁGIO

Nome da supervisora de campo:

CRP da supervisora de campo:

Telefone:

Horário da supervisão:

JUSTIFICATIVA

II – CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTÁGIO (descrever o local)

III – OBJETIVOS:

Objetivo geral: _____

Objetivos específicos: _____

IV - ATIVIDADES A REALIZAR - (Citar a atividade e colocar um referencial teórico sobre a mesma); (Citar as psicopatologias e os respectivos referenciais)

V – CRONOGRAMA

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Local _____, _____ de _____ de 20 _____
(Data de entrega do Plano de estágio)

Assinatura do estágio

Local, _____ de _____ de 20 _____
(Data de entrega do Plano de estágio)

Assinatura do Orientador Acadêmico

6. MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II EM LICENCIATURA

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do aluno:

Matrícula:

Turma:

Período:

Turno:

Telefone:

E-mail:

2 . IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

Nome:

Endereço:

Cep:

Telefone:

Período de realização:

Turno:

Carga horária total:

Carga horária local:

Carga horária de acadêmica:

3 - DADOS DO ACADÊMICO

Nome do orientador acadêmico:

CRP da orientadora acadêmica:

Telefone:

4 - DADOS DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Nome do supervisor de campo:

CRP do supervisor de campo:

Telefone:

Horário da supervisão:

5. Atividades desenvolvidas durante o estagio

6. Cronograma de orientação acadêmica

7. Relato de experiência sobre o aprendizado

Local, _____ de _____ de 20____
(Data de entrega do Plano de estágio)

Assinatura do estágio

Local, _____ de _____ de 20____
(Data de entrega do Plano de estágio)

Assinatura do Orientador Acadêmico

7. MODELO DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO

Aluno(a) _____ Mês: _____
ESCOLA/Instituição: _____

DIA	ENTRADA	ASSINATURA	SAÍDA	ASSINATURA	HORAS
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
TOTAL DE HORAS					

Assinatura Supervisor de campo

Assinatura Orientador Acadêmico

8. TERMO DE COMPROMISSO DO ESTAGIÁRIO

Ano: _____ Semestre: _____

Eu, _____,acadêmico (a) do curso de psicologia EM LICENCIATURA, do período _____, matriculado(a) número _____,assumo o o compromisso de exercer o estágio curricular da disciplina de _____ no período de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

Estou ciente e concordo que o exercício do estágio curricular exige:

- I. Cumprir com Normas estabelecidas no Programa de Estágio Curricular;
- II. Cumprir no máximo de 6 horas (diárias) e máximo de 30 (trinta horas) semanas de estágio supervisionado, no local de estágio;
- III. Cumprir 02 (duas) horas semanais de estágio supervisionado na Faculdade, juntamente com o Professor Orientador;
- IV. Desenvolver o Plano de Estágio e Relatório de Estágio elaborado junto com o Professor Supervisor de campo;
- V. Cumprir as disposições legais estatutárias e regimentais da , e as constantes das normas do Estágio Curricular do curso de Psicologia em licenciatura
- VI. Comparecer ao estágio curricular munido de material estabelecido pelo Plano de Estágio.

Com Plena ciência de que a aludida atividade não constitui vínculo empregatício e, para firmar a validade do que aqui se estabelece, assino o presente Termo de Compromisso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, fazendo jus aos benefícios do aludido Programa somente enquanto nele permanecer na .

Local _____, _____ de _____ de _____

Supervisor de campo

Orientador Acadêmico

Estagiário

9. MODELO DE FREQUÊNCIA E DADOS DA ESCOLA/ EMPRESA

Aluno (a) _____ Mês: _____

DIA	Assinatura do Acadêmico	Empresa/Instituição
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
30		
TOTAL DE HORAS		

10. FICHA DE ENTREGA DO PLANO DE ESTÁGIO

Data entrega do Plano (Aluno)

Local _____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Estagiário

Data da Devolução do Plano (Professor)

Local _____, ____ de _____ de 20____.

Professor Orientador Acadêmico

11. FICHA DE ENTREGA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Data entrega do Relatório (Aluno)

Local _____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Estagiário

Data da Devolução do Relatório (Professor)

Local _____, ____ de _____ de 20____.

Professor Orientador Acadêmico

Assinatura e Carimbo

12. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO

NOME DO ALUNO (A):	
INSTITUIÇÃO:	
SETOR/PROGRAMA/PROJETO:	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
1. DISCIPLINA:	
a) Pontualidade (cumpre os horários de entrada e saída do estágio). (0,5)	NOTA MÁXIMA (2,0)
b) Assiduidade (não falta ao estágio) (0,5)	
c) Cumpre com as normas e regulamentos da Instituição. (0,5)	
d) Respeito à Hierarquia. (0,5)	
2. COMPROMETIMENTO/COMPORTAMENTO PROFISSIONAL	
a) Mantém sigilo Profissional. (1,0)	NOTA MÁXIMA (7,0)
b) Envolvimento e Participação nas atividades desenvolvidas. (1,0)	
c) Mantém relacionamento Interpessoal no estágio (1,0)	
d) Contribui com inovações e criações com os colegas. (1,0)	
e) É responsável mostrando preocupação com as atividades. (1,0)	
f) Possui iniciativa própria para desenvolver as atividades e resolver os problemas. (1,0)	
g) Procura discutir as ações de trabalho com supervisor comunicando-o sobre as decisões. (1,0)	
3. CONHECIMENTO ESPECÍFICO	
a) Procura os conhecimentos necessários para desenvolver as atividades de psicólogo/ licenciatura (0,5)	NOTA MÁXIMA (1,0)
b) Colabora om textos e práticas relacionadas com as vivências durante o estágio. (0,5)	
TOTAL 10,0	
OBSERVAÇÕES:	
_____ ASSINATURA DO ALUNO	DATA: ____/____/____
_____ ASSINATURA E CARIMBO DO SUPERVISOR DE CAMPO	

13. PROCESSO DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

APROVAÇÃO DO ORIENTADOR _____ ____/____/____ PROFº ORIENTADOR ASSINATURA E CARIMBO	NOTA:
APROVAÇÃO SUPERVISOR DE CAMPO _____ ____/____/____ SUPERVISOR DE CAMPO ASSINATURA E CARIMBO	NOTA:
 _____ ____/____/____ ASSINATURA ALUNO	NOTA FINAL

14. PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO

APROVAÇÃO ORIENTADOR ACADÊMICO _____ ____/____/____ PROFº ORIENTADOR ASSINATURA E CARIMBO	NOTA:
APROVAÇÃO SUPERVISOR DE CAMPO _____ ____/____/____ SUPERVISOR DE CAMPO ASSINATURA E CARIMBO	NOTA:
 _____ ____/____/____ ASSINATURA ALUNO	NOTA FINAL

